

Ma. Ana Maria Gomes dos Santos  
Dra. Angelica da Trindade Henrique  
Esp. Anne Karoline Toledo  
Me. Danilo Barbosa Morais  
Ma. Érika Flávia Soares da Costa  
Esp. Gislene Muniz dos Santos  
Esp. José Jerfferson de Lacerda da Silva  
Ma. Kassia Alice Anjos de Lima  
Ma. Mariana da Silva Pacheco  
Ma. Rafaelle Higino de Lemos  
Ma. Vivia Pereira de Moraes Santos  
Profa. Esp. Maria Larissa dos Santos  
(Organizadores)

# EXTENSÃO EM AÇÃO

VOLUME II

**EXTENSÃO  
EM AÇÃO**

**VOLUME 2**

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Betijane Soares de Barros

**REVISÃO ORTOGRÁFICA:** Autores

**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira da Silva

**DESIGNER DE CAPA:** Autores

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Hawking estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2019 Editora HAWKING

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, 57057-780

[www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br)

[editorahawking@gmail.com](mailto:editorahawking@gmail.com)

### **Catálogo na publicação**

**Elaborada por Bibliotecária Bruna Heller (CRB10/2348)**

E96

**EXTENSÃO EM AÇÃO [recurso eletrônico]: VOLUME 2 / Érika Flávia Soares da Costa ... [et al.] (Organizadores). – Maceió, AL: Editora Hawking, 2025.**

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-88220-99-3

1. Extensão. 2. Ação universitária. 3. Universidade. 4. Programa. 5. Integração. I. Costa, Érika Flávia Soares da. II. Henrique, Angelica da Trindade. III. Santos, Vivia Pereira de Moraes. IV. Toledo, Anne Karoline. V. Santos, Maria Larissa dos VI Título.

CDU 378.4

Índice para catálogo sistemático:

CDU: Ensino superior 378.4

# Direção Editorial

---

Dra. Betijane Soares de Barros, Instituto Multidisciplinar de Alagoas  
– IMAS (Brasil)

# Conselho Editorial

---

Dra. Adriana de Lima Mendonça/Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dra. Ana Marlusia Alves Bomfim/ Universidade Federal de Alagoas –  
UFAL (Brasil)

Dra. Ana Paula Morais Carvalho Macedo /Universidade do Minho  
(Portugal)

Dra. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli/Universidade Federal de  
Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Eduardo Cabral da Silva/Universidade Federal de Pernambuco -  
UFPE (Brasil)

Dr. Fábio Luiz Fregadolli//Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Maria de Lourdes Fonseca Vieira/Universidade Federal de  
Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Jamyle Nunes de Souza Ferro/Universidade Federal de Alagoas –  
UFAL (Brasil)

Dra. Laís da Costa Agra/Universidade Federal do Rio de Janeiro-  
UFRJ (Brasil)

Dra. Lucy Vieira da Silva Lima/Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Brasil)

Dr. Rafael Vital dos Santos/Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dr. Anderson de Alencar Menezes/Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Brasil)

Ma. Ana Maria Gomes dos Santos  
Dra. Angelica da Trindade Henrique  
Esp. Anne Karoline Toledo  
Me. Danilo Barbosa Morais  
Ma. Érika Flávia Soares da Costa  
Esp. Gislene Muniz dos Santos  
Esp. José Jerfferson de Lacerda da Silva  
Ma. Kassia Alice Anjos de Lima  
Ma. Mariana da Silva Pacheco  
Ma. Rafaelle Higino de Lemos  
Ma. Vivia Pereira de Moraes Santos  
Profa. Esp. Maria Larissa dos Santos  
(Organizadores)

# **EXTENSÃO EM AÇÃO**

**VOLUME 2**

## SUMÁRIO

---

### **A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NOTA FISCAL CIDADÃ PARA O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS**

Luis Vinícius da Silva Santos

Angelica da Trindade Henrique

Alaiane Samara Calheiros da Silva..... 11

### **CUIDANDO DE QUEM CUIDA: Estratégias de apoio aos cuidadores de alunos neuro divergentes das escolas da rede municipal de Penedo-Al.**

Gabrielle Nancy Soares Ferreira

Jessica de Souza Muniz Nascimento

Kamila Valeska Salgueiro Almeida

Mariah Byatriz Barbosa Muniz Santos

Woshington Ribeiro Rocha..... 28

### **MAPEAMENTO E INTEGRAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO, COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL INFORMAL.**

Carlíane Santos Silva

Ingrid Barbosa Dos Santos

João Luiz Pinheiro De Oliveira Gomes

Lucilene Tôrres Marinho

Robson Martins De Lima

Victor Assunção Barreto

Guilherme Augusto Souza Godoy..... 48

**MEMÓRIAS QUE ACOLHEM: FOMENTANDO A  
QUALIDADE DE VIDA E O DIÁLOGO  
INTERGERACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO  
DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS**

Daniele Silva da Costa

Iasmim Gomes da Silva

Janiele Vieira dos Santos

Jorge Luís Reis Muniz

Júlia Silva Macena

Marcela da Silva Muniz

Maynara Luyze dos Santos

Nathalya Letícia Nascimento Santos

Stephany Rayssa Ferreira da Silva

Vanderley Brito Salgueiro

Wesley Bezerra de Lima

Yasmim Carvalho Santos

Yago Beserra Marinho Martins..... 71

**EXERCÍCIO TERAPÊUTICO FUNCIONAL NAS  
COMUNIDADES: SAÚDE, BEM ESTAR E  
QUALIDADE DE VIDA**

Alana Cerqueira Souza Monte

Patrícia Fernandes Ferreira

Themise Vécio Higino de Oliveira

Evenlyn Kamily da Silva Santos

Marcos Vinícius Santos Pereira

Ivan dos Santos Sopouch

Jadson Farias Silva

Nívia Hevellyn de Oliveira Santos Engrácio

Julia Vitória Santos de Oliveira Silva

Walber Maurício Nascimento Santos

Letícia Costa Silva

Danilo Barbosa Morais..... 87

**EMPODERANDO MULHERES PARA O PARTO:  
A EXPERIÊNCIA DAS RODAS DE CONVERSA**

Antônio Francisco Santos Ribeiro  
Clevison Santos da Silva  
Elisangela dos Santos  
Francielly Andrade Santos da Silva  
Izadora Lima da Silva  
Josevania Severiano Santos Pereira  
Julirriane Santos Duarte  
Mary Carmen Ferreira da Silva  
Mayara Victória Araújo da Silva  
Roseane dos Santos Padilha  
Vivian Gabrielle Valões Pimentel  
Yago Beserra Marinho Martins..... 116

**CORPO, CUIDADO E CONSCIÊNCIA:  
ABORDAGENS INCLUSIVAS PARA A  
EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL**

Alana Beatriz Nunes França  
Beatriz dos Santos  
Carla Sophia Santos Oliveira  
Edclesia Bispo Dias  
Gleide Selma dos Santos Lima..... 139

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELA  
COMUNIDADE INDÍGENA SANTA LUZIA DE  
ORIGEM XUCURU – KARIRI PARA  
SOBREVIVER LONGE DA ALDEIA: COMO  
POSSO TE AJUDAR?**

Jaíne Ferreira Lima  
Maura Roberta Soares Santos  
Simone Santos de Jesus  
Maria Lúcia Pereira Silva Lima..... 155

**DISCUSSÕES E REFLEXÕES ACERCA DO  
PROJETO EXTENSIONISTA: “FAMÍLIA E  
FOCO: ORIENTAÇÃO E APOIO JURÍDICO NA  
COMUNIDADE”**

Laura Lima Branco

Marcele Farias dos Santos

Yasmin Isaelly de Lima Ramos

Ulysses Xavier Pinheiro..... 172

# A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NOTA FISCAL CIDADÃ PARA O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

---

Luis Vinícius da Silva Santos<sup>1</sup>

Angelica da Trindade Henrique<sup>2</sup>

Alaiane Samara Calheiros da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da Nota Fiscal Cidadã na promoção da igualdade social e no fortalecimento do terceiro setor, estudando a seguinte questão: qual a importância da nota fiscal cidadã na promoção da igualdade social e no atendimento de demandas de instituições sem fins lucrativos? Através de um estudo qualitativo, utilizando a bibliografia que trata da temática e das ações realizadas pelos alunos do oitavo período do curso de Administração da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, buscou-se compreender como a NFC estimula a cidadania fiscal, direciona recursos para instituições sem fins lucrativos e contribui para a construção de uma sociedade mais justa. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a NFC desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania fiscal, incentivando os cidadãos a exigirem a emissão do documento fiscal em suas compras, pois a participação das instituições sem fins lucrativos no programa contribui para a construção de uma sociedade

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Administração da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo (FRM). luisviniciuz20@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do curso de Administração da FRM-Penedo. Doutora em Economia pela UFPE; Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); MBA em Administração, Contabilidade e Finanças pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF); Licenciada em Matemática pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF).angelica.henrique@gmail.com; prof.angelica.trindade@frm.edu.br.

<sup>3</sup> Graduanda em Administração pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo (FRM). alaianecalheiros@hotmail.com.

mais justa e equitativa, ao possibilitar que essas organizações ampliem suas ações e alcancem um público maior. No entanto, a pesquisa também identificou desafios a serem superados, como a necessidade de ampliar a divulgação da NFC e facilitar o acesso dos cidadãos ao programa. Em suma, a NFC se configura como uma importante política pública, já que ao estimular a participação cidadã e fortalecer o terceiro setor, contribui para aumentar o bem-estar social.

**Palavras-chave:** igualdade social; terceiro setor; cidadania fiscal; políticas públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo do programa Nota Fiscal Cidadã, a partir de seu impacto junto às instituições do terceiro setor, bem como fonte de controle social, torna-se imprescindível, para não só compreender o impacto social da iniciativa, na valorização da cidadania fiscal, no apoio ao terceiro setor, na formação de políticas públicas e na promoção da equidade social, mas também para aprofundar a discussão sobre ações e parcerias que o setor público e o setor privado podem realizar, objetivando construir uma sociedade mais justa.

Assim, a partir da atividade de extensão, realizada pelos alunos do oitavo período do curso de Administração da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) de Penedo, com foco no cadastro dos cidadãos no programa da Nota Fiscal de Cidadã da Receita do estado de Alagoas e, também na campanha de sensibilização buscando conscientizar a população de Penedo e região sobre a importância do controle fiscal, torna-se relevante, estudar a problemática a partir da seguinte questão: qual a importância da nota fiscal cidadã na promoção da igualdade social e no atendimento de demandas de instituições sem fins lucrativos?

Para isso, buscar-se-á evidências empíricas que atendam ao objetivo geral do trabalho, a saber, analisar como a Nota Fiscal Cidadã, ao estimular a cidadania fiscal, contribui para a promoção da igualdade

social, com destaque para o importante papel das instituições sem fins lucrativos nesse processo.

Especificamente, pretende-se:

- i. Avaliar o volume de recursos destinados às instituições sem fins lucrativos por meio do programa e como esses recursos foram/são utilizados;
- ii. Identificar os principais mecanismos através dos quais a Nota Fiscal Cidadã impulsiona a cidadania fiscal e fomenta a igualdade social;
- iii. Realizar uma investigação sobre como a participação nas instituições sem fins lucrativos no programa leva à sociedade a ser mais justa e equitativa.

Para realização dos objetivos será realizado um estudo sobre os incentivos oferecidos aos cidadãos para que solicitem a nota fiscal, como sorteios, descontos em impostos e a possibilidade de destinar parte do imposto para instituições de sua escolha. Buscando também avaliar a percepção das instituições sem fins lucrativos sobre a Nota Fiscal Cidadã e identificar desafios e oportunidades para o programa, bem como, avaliar o potencial da Nota Fiscal Cidadã para fortalecer o terceiro setor e ampliar sua atuação na promoção do bem-estar social.

Ao final do estudo e da ação de extensão, espera-se contribuir com a discussão sobre o tema, levando a um melhor entendimento sobre o papel da Nota Fiscal Cidadã na promoção da cidadania fiscal e da igualdade social. Aumentando a conscientização da população sobre a relevância de pagar impostos e sobre o destino desses recursos, incentivando assim, a participação dos cidadãos sobre a aplicação dos recursos, assim como, fortalecendo o controle social e transparência no uso do dinheiro público.

## **2 CIDADANIA FISCAL E INCLUSÃO SOCIAL DIANTE DO PROGRAMA NOTA FISCAL CIDADÃ**

A presente secção trará o conceito da nota fiscal cidadã para as instituições sem fins lucrativos, bem como quais são os principais meios que potencializam a cidadania fiscal e a igualdade social. Em seguida, discutir-se-á como a participação nas instituições sem fins lucrativos no programa leva à sociedade a ser mais justa e equitativa para estimular o acesso de mais pessoas a adotar uma instituição vinculando o seu CPF no ato da emissão de uma nota fiscal, levando-as a realizar seus objetivos.

### **2.1 A nota fiscal cidadã e a educação fiscal da população**

A Nota Fiscal Cidadã é um programa de incentivo fiscal, que busca promover a participação dos consumidores na prestação de contas públicas a partir da inclusão do CPF nas notas fiscais. Desse modo, a nota fiscal cidadã surgiu como um programa de incentivo, e está presente em diversos estados brasileiros, realizando sorteios e premiações diárias para o fomento da igualdade em impostos e simplificações dos processos públicos incluindo a diminuição da sonegação de impostos (Governo de Alagoas, 2024).

Sendo assim, o conceito de nota fiscal cidadã está diretamente associado à democratização da cidadania fiscal, para permitir que os cidadãos participem mais ativamente no processo tributário. Esse modelo promove maior transparência nas transações e eficiência na arrecadação de impostos, além de integrar de forma mais eficaz as esferas municipais e federais. Com isso, o controle e a fiscalização tanto de pessoas físicas quanto jurídicas se tornam mais simplificados e precisos, contribuindo para a redução de fraudes, a melhoria da gestão pública e o fortalecimento da relação entre pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com Costa Júnior et al. (2022), a função social do tributo está relacionada ao dever do Estado de promover o bem comum por meio da arrecadação de impostos. Nesse processo, o contribuinte

desempenha um papel crucial ao possibilitar o pleno desenvolvimento das atividades estatais e o atendimento das necessidades sociais da população. Assim, é fundamental que a gestão pública seja socialmente responsável, assegurando os direitos sociais, e que a aplicação dos recursos públicos ocorra de maneira transparente.

A partir da análise da relação do conceito da Nota Fiscal Cidadã e a relação entre o o contribuinte desempenha um papel crucial ao possibilitar o pleno desenvolvimento das atividades estatais, os autores avaliaram se o Estado está adotando as medidas necessárias para a democratização da cidadania fiscal, bem como, apontaram a necessidade de aprimorar as práticas existentes (Rodrigues et al. 2021).

Sendo assim, a educação fiscal da população é fundamental para fortalecer a cidadania fiscal, pois contribui para o entendimento do papel dos tributos no funcionamento do Estado e na garantia dos direitos sociais. Quando os cidadãos compreendem a importância dos impostos e da transparência na gestão dos recursos públicos, tornam-se mais conscientes de seus deveres e direitos, colaborando ativamente para o controle social e a eficiência da administração pública.

## **2.2 O crescimento da cidadania fiscal como meio de equilíbrio na sociedade**

O conceito de cidadania fiscal refere-se ao exercício do direito dos cidadãos de serem devidamente informados sobre a origem e a aplicação dos recursos públicos, acompanhando e fiscalizando a conversão dos tributos pagos em obras e serviços de qualidade (Governo, 2024). Com isso, os indivíduos devem ter conhecimento dos seus direitos e deveres<sup>4</sup> enquanto membro de uma comunidade, organizada sob a forma de Estado e que requer recursos financeiros para o seu funcionamento no longo prazo.

---

<sup>4</sup>Para saber mais sobre exercer a cidadania fiscal dentro de seus direitos e deveres acesse:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=125897>.

Acesso em: 18 out. 2024.

Para Santos (2019) e Marques (2019) o conceito de legitimação da tributação moderna visa fortalecer os direitos dos contribuintes, permitindo sua participação na elaboração do orçamento de Estado e na definição do destino dos recursos públicos. Assim, a cidadania fiscal só é plena com transparência nas finanças públicas, pois o cidadão precisa não apenas entender os impostos, mas também como os recursos são aplicados. E, o programa Nota Fiscal Cidadã contribui com esse objetivo, ao fazer com que, os consumidores cadastrados tenham acesso ao histórico de suas compras.

Nesse contexto, é importante apontar que o atual Sistema Tributário Brasileiro é amplamente reconhecido por sua elevada onerosidade e complexidade, o que dificulta o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas e gera um ambiente de insegurança. Essa onerosidade existente é resultado da tributação concentrada no consumo, o que aprofunda as desigualdades sociais<sup>5</sup>.

Assim, a complexidade decorre da repartição de competências tributárias estabelecida pela Constituição Federal, criando uma intrincada rede de normas que dificultam o cumprimento das obrigações fiscais e aumentam o custo de conformidade. Como consequência, o sistema é visto como um obstáculo ao desenvolvimento, especialmente no contexto de cidadania fiscal e crescimento contínuo na transparência e igualdade entre as classes sociais e planos financeiros vigentes (Almada, 2023).

Dessa maneira, o cidadão ao exercer o papel de fiscalizador das ações feitas pelas entidades públicas contribui para a promoção da transparência na gestão pública, assegurando que o governo cumpra suas obrigações de maneira eficiente e ética. Essa participação ativa da população é essencial para fortalecer a relação de confiança entre sociedade e Estado, além de garantir que os tributos cumpram seu objetivo de melhorar o bem-estar social. Desse modo, a cidadania fiscal

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a reforma tributária acessar: [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria\\_.pdf](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria_.pdf). Acesso em: 18 out. 2024.

é um componente vital para uma governança mais justa e equitativa, que reflete os verdadeiros interesses da coletividade.

### **3 METODOLOGIA**

O artigo busca analisar a importância do Programa Nota Fiscal Cidadã no fortalecimento das instituições sem fins lucrativos. Com isso, para levantamento dos dados do estudo foi efetuada uma pesquisa de natureza básica, que tem como finalidade aprofundar o campo de conhecimento sem que haja a preocupação de desenvolver soluções para o problema apurado em seus resultados (Lunetta, 2023; Guerra, 2023).

No que se refere a abordagem o estudo ampara-se em fontes de pesquisa de modo descritivo com uma abordagem qualitativa diante da qual está inserida a temática (Marconi e Lakatos 2018). Em relação aos procedimentos, foi utilizada a revisão bibliográfica, utilizando estudos já publicados em sites como *SciELO*, *Google Scholar* e Periódicos CAPES, colocando em diálogo autores especialistas no tema, tendo como intuito reunir informações necessárias para estruturação teórica do tema proposto.

O projeto de extensão foi desenvolvido pelos alunos do 8º período do curso de Administração da FRM de Penedo em parceria com o Centro Juvenil Maria Auxiliadora (CJMA), objetivando realizar a inserção do CPF das pessoas que não possuem cadastro no programa Nota Fiscal Cidadã, escolhendo o CJMA como instituição que receberá as notas fiscais compartilhadas. E, para o alcance desse resultado foram realizadas ações como: construção de cartazes e banner explicativo, entrevista em uma rádio local, plantão tira dúvidas e realização de cadastro no laboratório da FRM (17/10/2024), sendo essa ação também realizada no CJMA no dia 24/10/2024.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A presente seção fará uma investigação sobre como a participação nas instituições sem fins lucrativos no programa leva à

sociedade a ser mais justa e equitativa. A análise se concentrará no impacto dessas instituições na promoção da cidadania fiscal e na geração de recursos para projetos sociais que beneficiam comunidades vulneráveis. Ao explorar a intersecção entre o programa Nota Fiscal Cidadã e o trabalho de organizações do terceiro setor, será demonstrado como essas ações contribuem para a redistribuição de recursos, fortalecendo a equidade social e promovendo o bem-estar coletivo.

#### **4.1 A implementação efetiva da nota fiscal**

A análise dos dados durante o projeto de extensão e o estudo do Programa Nota Fiscal Cidadã revelou alguns pontos chave sobre seu impacto junto às instituições do terceiro setor e na promoção da cidadania fiscal. Primeiramente, constatou-se que o programa tem um impacto positivo e direto nas instituições sem fins lucrativos, fornecendo-lhes recursos adicionais que são utilizados em diversas frentes, desde melhorias na infraestrutura até o financiamento de projetos sociais voltados para a comunidade. Essas instituições relataram que os valores recebidos têm sido fundamentais para a continuidade de seus serviços.

O levantamento também mostrou que o volume de recursos destinado às instituições tem crescido ao longo dos anos, o que demonstra uma maior adesão dos cidadãos ao programa. No entanto, apesar desse crescimento, as instituições ainda enfrentam desafios na captação de mais doações via Nota Fiscal Cidadã, principalmente devido à falta de informação da população sobre o programa e o impacto que sua participação pode gerar. Assim, há uma lacuna no conhecimento sobre os benefícios da cidadania fiscal, o que limita o alcance do programa.

Quanto à cidadania fiscal, o programa tem se mostrado um mecanismo eficiente para conscientizar os cidadãos sobre a importância do controle fiscal e do pagamento de impostos. Muitos participantes da campanha de sensibilização relataram que, após tomarem conhecimento dos objetivos do programa, passaram a solicitar a

inclusão do CPF nas notas fiscais com mais frequência, o que contribuiu para a diminuição da sonegação fiscal e para o aumento da transparência no uso dos recursos públicos.

#### **4.2 Impacto da Nota Fiscal Cidadã no Centro Juvenil Maria Auxiliadora e a Contribuição dos Alunos da FRM**

O **Centro Juvenil Maria Auxiliadora**, uma das principais instituições sem fins lucrativos do Programa Nota Fiscal Cidadã em Penedo, tem um papel importante no atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social. Com os recursos obtidos por meio do programa, a instituição tem conseguido melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, como aulas de reforço escolar, cursos de capacitação profissional e atividades de lazer. O volume de doações destinado ao centro aumentou desde o início da campanha de conscientização realizada pelos alunos do oitavo período do curso de Administração da **Faculdade Raimundo Marinho (FRM)**.

Durante o projeto de extensão, os alunos da FRM promoveram uma campanha de sensibilização na comunidade, informando os cidadãos sobre a importância de solicitar a Nota Fiscal Cidadã e vincular o CPF às doações para o centro. Os alunos auxiliaram diretamente no cadastro de cidadãos no programa e explicaram o impacto que essas doações têm para o Centro Juvenil Maria Auxiliadora e outras instituições. Além disso, entrevistaram membros do centro para entender como os recursos estão sendo aplicados e quais as maiores necessidades da instituição.

Os dados coletados mostram que, devido à participação ativa da comunidade, houve um aumento significativo no volume de doações para o Centro Juvenil Maria Auxiliadora, o que permitiu a ampliação dos programas sociais e educacionais. Esse aumento também possibilitou melhorias estruturais, como a compra de materiais pedagógicos e a reforma de salas de aula, o que beneficiou diretamente os jovens atendidos pela instituição.

### **4.3 O Projeto de Extensão de Administração junto ao CJMA na Promoção da Cidadania Fiscal e Equidade Social**

A ação dos alunos da **Faculdade Raimundo Marinho (FRM)** foi decisiva para o fortalecimento do **Centro Juvenil Maria Auxiliadora**. Através de sua atuação na comunidade de Penedo, foi possível aumentar a visibilidade do programa Nota Fiscal Cidadã, destacando a importância da participação cidadã na promoção do bem-estar social. Além disso, o engajamento dos alunos no processo de conscientização mostrou a relevância do papel das instituições de ensino na promoção de práticas que beneficiem a sociedade.

Os resultados evidenciam o impacto positivo direto nas atividades do Centro Juvenil Maria Auxiliadora, que passou a contar com um maior apoio financeiro, fundamental para dar continuidade a seus projetos voltados para jovens em situação de vulnerabilidade. O programa Nota Fiscal Cidadã, ao incentivar a doação de recursos às instituições do terceiro setor, contribui não só para a manutenção dessas organizações, mas também para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

Outro aspecto observado foi o impacto educacional sobre os próprios alunos da FRM. A experiência proporcionou uma compreensão prática do conceito de cidadania fiscal, além de desenvolver habilidades de liderança e sensibilização social. Os alunos puderam aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no curso de Administração, especialmente nas áreas de gestão de projetos sociais e responsabilidade social corporativa.

No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados. Embora a campanha de sensibilização tenha gerado resultados positivos, muitos cidadãos ainda desconhecem o impacto da Nota Fiscal Cidadã e como podem contribuir para o fortalecimento de instituições como o CJMA. Isso reforça a necessidade de continuar com iniciativas educacionais e de engajamento para aumentar a adesão ao programa e, conseqüentemente, maximizar o impacto social.

Em suma, a parceria entre o **CJMA** e os alunos da **Faculdade Raimundo Marinho** mostrou-se extremamente frutífera, revelando como a união entre o terceiro setor e o meio acadêmico pode gerar resultados transformadores para a sociedade. O fortalecimento do programa e a expansão das campanhas de conscientização podem levar a uma maior equidade social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da Nota Fiscal Cidadã (NFC) como ferramenta para promoção da igualdade social e fortalecimento do terceiro setor revelou um cenário complexo e promissor. Os estudos e ações realizadas evidenciaram o papel fundamental da NFC para estimular a cidadania fiscal, pois incentiva os cidadãos a exigirem a emissão do documento fiscal em suas compras e, conseqüentemente, leva-o a contribuir para a arrecadação tributária e a transparência nas ações governamentais.

Um ponto importante a ser destacado, se refere aos recursos destinados às instituições sem fins lucrativos por meio da NFC, os quais evidenciam o potencial de iniciativas como essa em direcionar recursos para áreas de grande necessidade social. Observou-se que, as instituições beneficiadas, relatam que os valores recebidos foram utilizados para a melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos, desenvolvimento de projetos sociais e o atendimento de um número maior de pessoas em situação de vulnerabilidade. O Centro Juvenil passou a fazer parte desse programa em 2024 e ainda não foi contemplado, porém, a expectativa é de que, ao ser contemplada em algum dos sorteios realizados, possa executar seus projetos.

Os envolvidos no projeto de extensão, realizado pelos alunos do oitavo período de Administração da FRM - Penedo, em parceria com o CJMA, destacaram a importância da sensibilização da população sobre a cidadania fiscal e o quanto as pessoas podem contribuir para a equidade social. Ao incluir o CPF nas notas fiscais, os cidadãos não só reforçam o controle social e a transparência na arrecadação de impostos,

mas também impactam positivamente as instituições que dependem desses recursos para continuar seus serviços.

No entanto, o estudo também identificou desafios a serem superados, como a necessidade de ampliar a divulgação da NFC e facilitar o acesso dos cidadãos ao programa. Além disso, é fundamental que as instituições sem fins lucrativos sejam capacitadas para a gestão dos recursos recebidos e para a elaboração de projetos que atendam às demandas da comunidade. A ampliação de campanhas de conscientização e o engajamento contínuo são fundamentais para que a NFC atinja todo o seu potencial gerando maior impactos para toda a sociedade.

A NFC se configura como uma política pública inovadora que, ao estimular a participação cidadã e fortalecer o terceiro setor, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. No entanto, para que seus resultados sejam maximizados, é necessário que sejam realizadas ações contínuas de divulgação e sensibilização da população, além de investimentos em capacitação das instituições beneficiadas.

O envolvimento de instituições educacionais, como a FRM, mostrou-se uma estratégia eficaz para aumentar o alcance desses programas, fortalecendo a cidadania ativa entre os jovens, pois é notório que a participação das instituições sem fins lucrativos no programa NFC, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao possibilitar que essas organizações ampliem suas ações e alcancem um público maior. Além disso, a parceria entre a academia (como as faculdades), poder público, setor privado e demais instituições da sociedade civil organizada, fortalecem o tecido social e estimula a corresponsabilidade pela construção de políticas públicas mais eficientes e eficazes.

## **REFERÊNCIAS**

**ALMADA, D. B. Tributação como Instrumento de Desenvolvimento e Fonte de Custeio das Cidades Inteligentes: Extrafiscalidade e Benefícios Tributários.** Curitiba: Juruá Editora,

2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/43318/1/ComportamentoFiscalCidades%20.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024

COSTA J. A. L., SAPORITO, A., HENRIQUE, M. R., & SILVA, S. B. **Educação Fiscal: Mensuração do Nível de Conhecimento e Influência dos Fatores Socioeconômicos**. p 65-86. 2022. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ufambr/article/view/9898>. Acesso em: 18 out. 2024

DORIGHETTO, D. S.; BRITO, J. M.; CARVALHO, J. L.; SANTOS, T. L. **Os Reflexos da Implementação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) em um Município da Amazônia Paraense**.

Revista Paraense de Contabilidade, v. 5, n. 1, p. 109-134, 2022.

Disponível em:

<https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa/article/view/10.36562.rpa.v5i1.62>. Acesso em: 12 out. 2024.

ALAGOAS. **Sefaz explica como identificar a autenticidade da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica**. 2024. Disponível em:

<https://alagoas.al.gov.br/noticia/sefaz-explica-como-identificar-a-autenticidade-da-nota-fiscal-do-consumidor-eletronica>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Cidadania Fiscal Conscientização da sociedade sobre seus direitos e deveres fiscais**. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/o-que-e-cidadania-fiscal>. Acesso em: 18 out. 2024.

LUNETTA, A. de; GUERRA, R. **Metodologia da Pesquisa Científica e Acadêmica**. Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, 1(2), 149–159, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8240361>. Acesso em: 16 out. 2024

**MARQUES, A.C.L. A Transparência Orçamental e os Orçamentos Participativos como medidas para estimular a Cidadania Fiscal – o caso de Portugal. In C.C. Palma, (Ed.). Políticas de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia, p. 75-98, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/17442/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Paulo\\_Andre\\_Santos\\_Versao\\_definitiva\\_aluno\\_20190097%20%282%29.pdf](https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/17442/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Paulo_Andre_Santos_Versao_definitiva_aluno_20190097%20%282%29.pdf). Acesso em: 16 out. 2024.**

**MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 8a ed. - [2. Reimpr]. - São Paulo: Atlas, 2018. Acesso em: 12 out. 2024.**

**RODRIGUES, R. S., MELO A. L. N., & PEREIRA, L. D. O. F. R. O direito fundamental à proteção de dados e o poder público: o caso do programa alagoano Nota Fiscal Cidadã. 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352846414\\_O\\_direito\\_fundamental\\_a\\_protecao\\_de\\_dados\\_e\\_o\\_poder\\_publico\\_o\\_caso\\_do\\_programa\\_alagoano\\_Nota\\_Fiscal\\_Cidada](https://www.researchgate.net/publication/352846414_O_direito_fundamental_a_protecao_de_dados_e_o_poder_publico_o_caso_do_programa_alagoano_Nota_Fiscal_Cidada). Acesso em: 18 out. 2024.**

**SANTOS, A. C. Plano Nacional Estratégico de Educação Fiscal (2021- 2022). Apresentado no contexto do Projeto de investigação sobre Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/17442/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Paulo\\_Andre\\_Santos\\_Versao\\_definitiva\\_aluno\\_20190097%20%282%29.pdf](https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/17442/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Paulo_Andre_Santos_Versao_definitiva_aluno_20190097%20%282%29.pdf). Acesso em: 16 out. 2024.**

**APÊNDICE A:** Registro Fotográfico das Ações realizadas pela turma para realização do Projeto de Extensão:

Figura 1: Reunião de Planejamento do Projeto



Figura 2: Entrevista na Rádio Penedo FM para divulgação do projeto



Figura 3: Plantão tira dúvidas



Figura 4: Plantão tira dúvidas



Figura 5: Realização do cadastro dos assistidos pelo CJMA



Figura 6: Realização do cadastro dos assistidos pelo CJMA



# **CUIDANDO DE QUEM CUIDA: Estratégias de apoio aos cuidadores de alunos neuro divergentes das escolas da rede municipal de Penedo-AL.**

---

Gabrielle Nancy Soares Ferreira<sup>1</sup>  
Jessica de Souza Muniz Nascimento<sup>2</sup>  
Kamila Valeska Salgueiro Almeida<sup>3</sup>  
Mariah Byatriz Barbosa Muniz Santos<sup>4</sup>  
Prof. Esp. Woshington Ribeiro Rocha<sup>5</sup>

## **RESUMO**

O estudo objetivou capacitar e oferecer suporte emocional e técnico aos cuidadores de alunos neurodivergentes das escolas municipais de Penedo-AL através do projeto “Cuidando de Quem Cuida”, enfatizando a relevância de aprimorar a educação inclusiva, capacitando os cuidadores para atenderem às necessidades específicas dos alunos fortalecendo a rede de apoio escolar. A metodologia do projeto incluiu uma pesquisa diagnóstica sobre as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores, seguida da realização de um dia de capacitação, com palestras e dinâmicas voltadas ao aprimoramento das estratégias de cuidado. Os resultados reforçam que a atenção na saúde psicológica e emocional dos cuidadores é de suma importância para promover o fortalecimento da educação inclusiva. Conclui-se que o projeto contribuiu para a valorização dos cuidadores e o fortalecimento das práticas inclusivas nas escolas, reafirmando seu compromisso com a responsabilidade social.

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Psicologia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM/ E-mail: gabriellen82@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica de Psicologia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM/ E-mail: jessicasouza2457@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica de Psicologia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: kamilaa\_valeska@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica de Psicologia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: mariahbyatriz3@gmail.com

<sup>5</sup> Prof. Esp. Woshington Ribeiro Rocha da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: prof.woshington.rocha@frm.edu.br

**Palavras-chave:** educação inclusiva; cuidadores escolares; neurodivergência; capacitação profissional; saúde mental.

## 1. INTRODUÇÃO

O projeto "Cuidando de Quem Cuida" é uma iniciativa extensionista realizada pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Penedo-AL. As ações foram conduzidas nas escolas da rede municipal de Penedo, cidade caracterizada por um comprometimento crescente com a inclusão educacional.

Esse projeto tem como propósito principal capacitar e oferecer suporte emocional e técnico aos cuidadores de alunos neurodivergentes, uma necessidade que se mostra cada vez mais evidente diante dos desafios que esses profissionais enfrentam diariamente ao cuidar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras condições neurológicas.

O direito à educação inclusiva é assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que visa garantir a todos os alunos um ambiente escolar que promova seu desenvolvimento integral e respeite suas particularidades. Contudo, para que esse direito se concretize, é necessário mais do que a presença física dos alunos nas salas de aula. A inclusão requer que os cuidadores escolares possuam as competências necessárias para atender as necessidades desses estudantes de maneira acolhedora e eficaz. É nesse contexto que o projeto "Cuidando de Quem Cuida" se insere, buscando não apenas capacitar tecnicamente esses profissionais, mas também cuidar de sua saúde mental, promovendo o autocuidado como um aspecto fundamental para o exercício de suas funções.

O projeto "Cuidando de Quem Cuida" se apresenta como uma resposta concreta e inovadora à necessidade de suporte e capacitação dos cuidadores escolares, reforçando o compromisso da Faculdade

Raimundo Marinho com a responsabilidade social e com o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.

Para alcançar os objetivos, o projeto adotou uma metodologia que começa com uma pesquisa diagnóstica, a fim de compreender melhor os desafios enfrentados pelos cuidadores. Essa etapa é seguida pela organização das atividades de capacitação e de práticas de suporte emocional e autocuidado. Os resultados esperados com o projeto incluem um fortalecimento da rede de apoio escolar e um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acolhedor, beneficiando não apenas os alunos neurodivergentes, mas também a comunidade escolar como um todo.

Em suma, o objetivo geral deste estudo é descrever as principais etapas e os benefícios esperados do projeto, que inclui a realização de um "Dia D de Capacitação". Assim, o evento consistiu em palestras, workshops e atividades práticas focadas no aprimoramento das habilidades dos cuidadores, além de promover a conscientização sobre a importância do autocuidado. Os objetivos específicos incluem: (1) Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos cuidadores no contexto escolar inclusivo; (2) Promover estratégias práticas e emocionais para o enfrentamento desses desafios; e (3) Criar uma rede de apoio entre cuidadores e comunidade escolar.

## **2. A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA SOCIEDADE**

A extensão universitária é essencial na educação superior, complementando ensino e pesquisa ao conectar academia e sociedade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 5). Nesse contexto, a extensão aplica o conhecimento acadêmico na resolução de problemas sociais, promovendo o bem-estar coletivo.

A extensão universitária responde às demandas sociais, agindo como ferramenta de transformação. Alves e Araújo (2017, p. 241)

destacam que ela “promove uma troca de saberes entre a comunidade e a universidade, potencializando o aprendizado e a resolução conjunta de desafios”. Essa interação permite que estudantes e docentes apliquem conhecimentos teóricos em situações reais, enquanto as comunidades recebem apoio para solucionar questões específicas.

No contexto da educação inclusiva, a extensão universitária é crucial. Mantoan (2015, p. 42) enfatiza que a inclusão escolar “não se limita à presença física de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas envolve a criação de um ambiente que respeite suas individualidades e promova o desenvolvimento de suas habilidades”. Assim, projetos de extensão, como o "Cuidando de Quem Cuida", que capacitam profissionais da educação, são fundamentais para tornar práticas inclusivas uma realidade nas escolas.

A extensão também proporciona formação continuada para profissionais da educação, como cuidadores escolares. Segundo Matos e Simplício (2022, p. 03), "a capacitação contínua dos cuidadores é indispensável para garantir que os alunos neurodivergentes tenham suas necessidades atendidas de forma adequada". Esses projetos oferecem treinamento técnico e suporte emocional, contribuindo diretamente para a qualidade do ensino e a inclusão escolar.

Além disso, a extensão universitária apoia a construção de uma sociedade justa e equitativa. A Declaração de Salamanca (1994, p. 9) afirma que "todos os alunos, independentemente de suas condições, devem aprender juntos". Ao promover a inclusão e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas, a extensão contribui para um sistema educacional mais inclusivo, que respeita as diferenças individuais e garante acesso igualitário ao conhecimento.

Em suma, a extensão universitária cumpre uma função social vital ao integrar conhecimento acadêmico e necessidades da sociedade, capacitando profissionais e oferecendo soluções para problemas reais. Ao atuar na formação de cuidadores de alunos neurodivergentes, ela transforma a realidade social, impulsionando práticas inclusivas e fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade.

## **2.1 O papel do cuidador frente à política educacional no Brasil**

Consoante a Constituição Federal de 1988, estabelecida no capítulo III, art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil,1988). Tendo em vista a determinação preconizada por lei, para haver a seguridade de alunos que demandam de assistência especializada durante o percurso no âmbito educacional, é fundamental refletir sobre os recursos e ferramentas que possam contribuir no processo de aprendizagem dos alunos para que uma efetiva inclusão aconteça nas classes regulares de ensino. (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018).

Sob esse viés, pode-se constatar que a importância do papel do cuidador frente à política educacional é imprescindível na construção da Perspectiva da Educação Inclusiva, uma vez que trata de uma realidade de todas as escolas da rede. O olhar para a oferta de suporte ou apoio pedagógico individualizado, para as atividades diárias e participação social dessa parcela da população, tornou-se o foco da intervenção das políticas públicas, proporcionando maior visibilidade a essa necessidade (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018). Portanto, o papel do cuidador:

Irà garantir que alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e as propostas pelos educadores durante as aulas e nos períodos extraclasse, viabilizando assim sua efetiva participação na escola (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018, p. 4).

Nesse sentido, cabe salientar, que não é pré-requisito o cuidador ser um especialista ou atuar na área da saúde, mas que ele possua uma capacitação quanto aos cuidados para com os alunos neuro divergentes e esteja apto a auxiliar o aluno assistido no

desempenho das atividades, desenvolvendo as habilidades e competências de forma lúdica e criativa. É de suma importância que todos que atuam na educação - de forma direta ou indireta com alunos neuro divergentes, possam ter conhecimento sobre a importância das atribuições que o cuidador realiza no cotidiano, visto que não é uma tarefa fácil, sendo eminentes quando se trata de pessoas que possuem necessidades especiais (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018).

A atribuição do cuidador(a) está intrinsecamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo um trabalho em parceria com o professor da sala regular, o professor de Educação Física, professor da sala de leitura, profissionais das salas de recursos multifuncionais e entre outros, onde a concepção e estruturação do conceito de escola e creches no contexto da Educação deixe de ser instituição segregada, e passa a ser um instituto cada vez mais consciente da sua participação na educação inclusiva. (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018, p. 6)

Por conseguinte, é indispensável que não somente o cuidador esteja comprometido e tenha ciência de suas atribuições e a importância do seu trabalho para o ensino e aprendizagem dos alunos neuro divergentes, mas que toda rede de apoio da comunidade escolar tenha a clareza do quanto é fundamental essa troca de experiências entre os profissionais.

Dessa forma, possibilita a garantia do direito à aprendizagem e de uma educação inclusiva e equitativa, contribuindo com o trabalho multidisciplinar, a prática da empatia e o desenvolvimento de estratégias de intervenção, como exemplo, a capacitação desses profissionais, possibilitando a ampliação do conhecimento e contribuindo com a evolução e o desenvolvimento dos alunos (Barbosa; Almeida; Nascimento, 2018).

Partindo dessa prática, o modelo de ensino da instituição segregada não deve ser utilizado, porque consiste na separação de determinados grupos, os quais não proporcionam uma educação de equidade, mas uma educação seletiva e de exclusão. Sob essa

perspectiva, atenua-se ao fato da educação inclusiva ser o modelo de estruturação que as escolas do Brasil estão praticando atualmente e que precisam de maior visibilidade, uma vez que se trata de uma ferramenta humanizada e eficaz, contribuindo para o avanço do ensino e aprendizagem do aluno neuro divergente.

## **2.2 Educação Inclusiva no Brasil e o Papel do Projeto 'Cuidando de Quem Cuida' na Capacitação de Cuidadores**

A educação inclusiva no Brasil é reconhecida como um direito fundamental, assegurando o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. Esse movimento ganhou força na década de 1990, culminando na Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que garante o direito ao cuidador escolar para alunos com deficiência ou necessidades especiais (Brasil, 2015). No entanto, a efetividade dessa lei depende da capacitação e do suporte adequados aos cuidadores, que são fundamentais para a inclusão dos alunos.

Como afirmam Matos e Simplício (2022), o cuidador escolar auxilia em tarefas essenciais como alimentação e atividades pedagógicas, promovendo a autonomia dos alunos com necessidades especiais. O projeto "Cuidando de quem cuida" busca capacitar esses profissionais para lidar com neurodivergências, promovendo também o autocuidado para evitar o esgotamento físico e emocional. Essa capacitação deve ir além das atividades práticas, incluindo a adaptação curricular às necessidades dos alunos, conforme destacam Sousa e Nascimento (2018).

Além da capacitação técnica, o suporte emocional é essencial. Matos e Simplício (2022) relatam que os cuidadores enfrentam desafios emocionais, como a falta de compreensão dos colegas, o que aumenta o estresse. O projeto "Cuidando de quem cuida" propõe criar uma rede de apoio para troca de experiências e práticas de autocuidado, favorecendo uma atuação equilibrada.

A Lei Brasileira de Inclusão reconhece o cuidador escolar como essencial para manter alunos com deficiência no ensino regular, mas essa garantia exige políticas públicas que assegurem a formação contínua e o suporte adequado para reduzir a sobrecarga. O projeto "Cuidando de quem cuida" visa suprir essa necessidade, melhorando as condições de trabalho dos cuidadores e a qualidade do atendimento.

Outro desafio é a escassez de recursos pedagógicos adaptados. Segundo Sousa e Nascimento (2018), é necessário criar ambientes que estimulem o desenvolvimento dos alunos neurodivergentes. O projeto capacita cuidadores para identificar essas necessidades e sugerir adaptações, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos no ambiente escolar.

Os cuidadores, em colaboração com a equipe pedagógica, formulam estratégias de inclusão que reforçam a socialização e interação dos alunos neurodivergentes. Conforme Mantoan (2003), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional”, considerando as necessidades de cada aluno e promovendo igualdade no acesso ao conhecimento.

A Declaração de Salamanca (1994) também defende o aprendizado conjunto de todos os alunos em um ambiente inclusivo. O projeto "Cuidando de quem cuida" apoia esse princípio, capacitando cuidadores para garantir a participação ativa dos alunos neurodivergentes no ambiente escolar com o suporte necessário.

### **3. METODOLOGIA**

A fundamentação teórica para a capacitação de cuidadores de alunos neurodivergentes foi construída com base em uma revisão de literatura sobre neurodiversidade, educação inclusiva e práticas pedagógicas. Segundo Mello (2024), a educação inclusiva deve incorporar estratégias que respeitem as diferenças individuais, promovendo um ambiente de aprendizado acolhedor e desafiador. Essa revisão permitiu identificar as necessidades dos alunos e as lacunas no preparo dos cuidadores, fundamentando intervenções mais eficazes.

A visita técnica à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) foi essencial para alinhar o projeto às reais demandas dos cuidadores. Reuniões com a equipe multidisciplinar permitiram discutir abordagens adequadas e identificar desafios cotidianos enfrentados pelos cuidadores. Conforme Pereira (2019), o envolvimento de equipes multidisciplinares é crucial para que as estratégias de capacitação sejam contextualizadas e eficazes, ajustando o projeto às especificidades do ambiente educacional.

A partir das informações coletadas na visita técnica, foi aplicado um questionário aos cuidadores da rede municipal de Penedo, mapeando suas necessidades e expectativas. Souza (2021) destaca que a coleta de dados diretamente dos envolvidos é fundamental para o desenvolvimento de uma capacitação prática e aplicável. Esse questionário facilitou uma análise qualitativa das demandas, permitindo a construção de um currículo de capacitação direcionado e relevante.

O "Dia D de Capacitação" foi o ponto culminante do projeto, reunindo cuidadores, educadores e especialistas para um aprendizado colaborativo. O evento incluiu palestras e dinâmicas práticas, abordando técnicas de manejo comportamental e estratégias pedagógicas adaptadas. Lima (2015) aponta que eventos assim são essenciais para a troca de experiências e o fortalecimento da rede de apoio entre os profissionais. A abordagem prática dos workshops possibilitou aos cuidadores testar e discutir novas técnicas em um ambiente seguro.

A capacitação dos cuidadores seguiu uma abordagem integrada, englobando revisão teórica, coleta de dados e aplicação prática, garantindo que o treinamento fosse relevante e eficaz. Essa metodologia permitiu a adaptação das práticas às necessidades específicas dos alunos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e acolhedora.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação e análise dos resultados obtidos através da execução do projeto "Cuidando de Quem Cuida" foram essenciais para compreender de forma aprofundada as necessidades, percepções e desafios enfrentados pelos cuidadores de alunos neurodivergentes da rede municipal de Penedo-AL. Os dados foram coletados mediante aplicação de questionários, entrevistas e observações ao longo das atividades do projeto, permitindo uma avaliação criteriosa sobre o impacto das ações de capacitação e suporte emocional oferecidas. A seguir, são apresentados e analisados os principais dados obtidos, que refletem a importância da capacitação contínua e do autocuidado para esses profissionais.

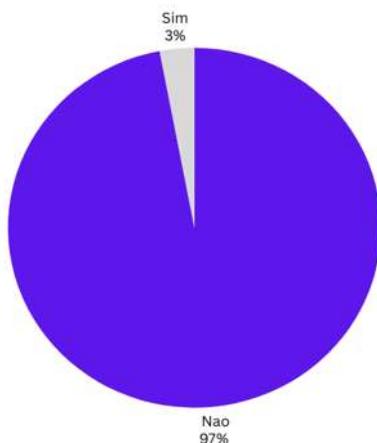
**Quadro 1 – equipe técnica**

Nome	Vínculo	Função
Woshington Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do Projeto
Angelica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Rafaelle Higino de Lemos	Coordenadora do Curso de Psicologia da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Everton Henrique Vitorio Silva	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista
Ligia Eduarda dos Santos Pinheiro	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista
Liviã Camila dos Santos	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista
Maria Eloisa Santos	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista
Pedro Rodrigues dos Santos	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista
Wanne Karoline de Oliveira	Discente do Curso Superior de Psicologia	Extensionista

Fonte: Autores (2024).

A coleta de dados também possibilitou o levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre o nível de reconhecimento, preparo técnico e práticas de autocuidado entre os cuidadores, bem como sua percepção sobre o ambiente inclusivo e a relação com a comunidade escolar. Esses resultados fornecem uma base sólida para reflexões e aprimoramentos no contexto do cuidado e da educação inclusiva, destacando a relevância de intervenções que busquem apoiar a saúde física e mental dos cuidadores.

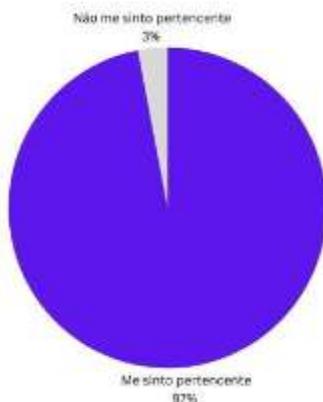
**Figura 1** - Você sabe o que significa autocuidado?



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

A figura 1 apresenta que 3% dos entrevistados, não sabem o significado da palavra e do sentido de se auto cuidar, No entanto, é importante salientar que a maioria, cerca de 97% tem a percepção e estimativa do que se refere esta palavra e seu impacto no meio de trabalho, enfatizando a importância de saber identificar as próprias demandas e estabelecer uma melhor relação consigo, por meio destes conhecimentos que foram ofertados na capacitação, enfatizando o quão é importante o ato de cuidar de si, oportunizando momentos de autoconhecimento emocional, melhorando a autoestima profissional viabilizando as demandas em âmbito profissional.

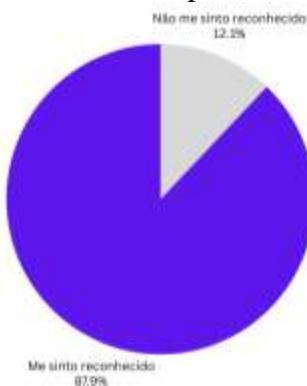
**Figura 2** - Influências e contribuições institucionais de pertencimento na equipe



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Sobre a valorização do trabalho de cuidadores de crianças neurodivergentes, a pesquisa na figura 3 aponta que 87,9% dos participantes se sentem reconhecidos em suas funções, enquanto 12,1% afirmam não perceber tal reconhecimento. Esses resultados indicam que, embora a maioria tenha seu esforço apreciado, uma parte considerável ainda não se sente reconhecida, por exercer múltiplas funções na maioria das vezes, contribuindo assim para uma tentativa de melhorar o seu desempenho para obter êxito e destaque em sua função.

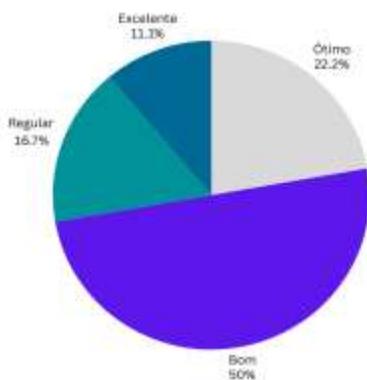
**Figura 3** - Reconhecimento pelo trabalho de cuidador



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

De acordo com a figura 3, 87,9% se sentem reconhecidos em seu trabalho, nos implicando uma atenção aos demais 12,1% cuidadores que não se sentem reconhecidos dentro do seu ambiente de trabalho, nos dando uma perspectiva de que, faz-se importante as trocas de experiências e momentos de acolhimento tornar o ambiente propício ao apoio contínuo de sua rede de trabalho, tornando-os mais livre os espaços de contribuição para estes profissionais, com ação de capacitação do projeto, podemos observar que os impactos se dão positivos enquanto a este reconhecer mais afago aos que se dedicam aos cuidados e ensinamentos das crianças neurodivergentes.

**Figura 4** - Principais responsabilidades e correlação ao trabalho do professor auxiliar

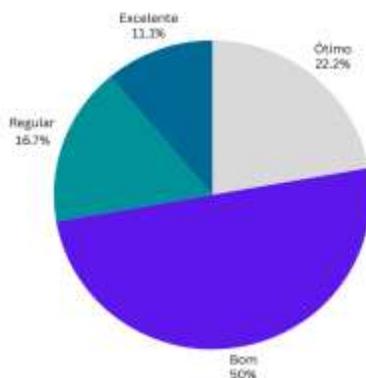


Fonte: Dados de pesquisa (2024).

De acordo com a figura 4, corrobora a um percentual equilibrado de 27,5% referente às competências do cuidador, sendo de sua suma responsabilidade garantir a segurança, o acompanhamento e ensino a criança em suas necessidades básicas de higiene, e o auxílio na execução das atividades propostas cerca de 8,8%, juntamente com o professor auxiliar destes alunos, que favorece as relações mediante as trocas de experiências em sala de aula, o planejamento de atividades inclusivas e adaptativas a cada criança, aprimorando e inovando as metodologias de ensino a cada demanda identificada no ambiente

escolar.

**Figura 5** - Relação com os pais dos alunos

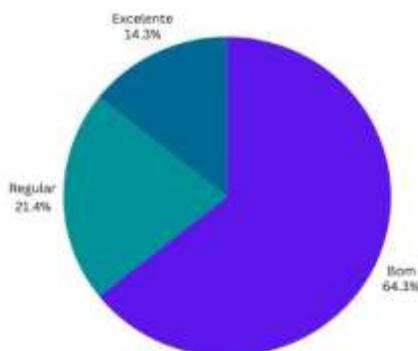


Fonte: Dados de pesquisa (2024).

De acordo com a figura 5, o relacionamento com os pais das crianças neurodivergentes variam entre bom cerca de 50%, seguido de ótimo 22,2%, regular constando 16,7% e excelente 11,1%, nos indagando o quão constante e continuamente estável é o relacionamento das cuidadoras com os pais, integrando assim a prática e a teoria, onde a criança irá obter um melhor desempenho, pois estará em equidade em seus principais meios sociais, fortalecendo e reconhecendo o trabalho das cuidadoras, reforçando um vínculo saudável para o desenvolvimento da criança.

Analisando a acessibilidade e a inclusão no ambiente escolar para estudantes neurodivergentes na figura 6, 64,3% dos entrevistados avaliaram o espaço como “bom”, enquanto 21,4% o consideraram “regular” e 14,3% atribuíram a classificação de “excelente”. Esses números indicam que, apesar de quase metade dos participantes perceberem o ambiente como satisfatório para a inclusão, ainda existe oportunidade para aprimoramento.

**Figura 6 - Acessibilidade e inclusão aos ambientes escolares**



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Em síntese, os resultados da análise evidenciam a importância de uma formação técnica e emocional contínua para os cuidadores de alunos neurodivergentes, fortalecendo o ambiente inclusivo e melhorando as práticas pedagógicas. A maioria dos participantes relatou um impacto positivo nas suas atividades diárias, reconhecendo o papel fundamental do autocuidado e da colaboração no ambiente escolar. No entanto, a pesquisa também apontou áreas que ainda necessitam de maior apoio, como o reconhecimento institucional e a integração de práticas mais frequentes de capacitação e apoio psicológico.

Estes achados indicam que o projeto "Cuidando de Quem Cuida" atingiu seu propósito de forma significativa, mas ressalta a necessidade de continuidade e expansão de iniciativas semelhantes. A partir dessa análise, é possível concluir que investimentos futuros na capacitação e no suporte emocional dos cuidadores não só fortalecem a inclusão escolar, mas também promovem um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo, beneficiando toda a comunidade escolar e, especialmente, os alunos que necessitam de um suporte especializado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto "Cuidando de Quem Cuida" reforça a importância da capacitação dos cuidadores no contexto da educação inclusiva. Ao

promover a extensão universitária como um meio de transformação social, o projeto busca capacitar profissionais que estão na linha de frente da inclusão escolar, assegurando que estejam preparados técnica e emocionalmente para enfrentar os desafios diários.

A longo prazo, a capacitação contribuiu para a valorização dos cuidadores e o fortalecimento das práticas inclusivas nas escolas, alcançando os objetivos propostos inicialmente. Sob esse viés, a Faculdade Raimundo Marinho reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, promovendo uma educação de qualidade e preparando futuros profissionais conscientes de seu papel na construção de uma sociedade inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, C. J. L.; ARAÚJO, T. N. de. **Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan: Educação Especial e Inclusão Escolar**. Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240–247, 2017.

ANDRADA, E. G. C. DE. **Focos de intervenção em psicologia escolar**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 1, p. 163–165, jun. 2005.

ANDRADA, P. C. DE et al. **Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar na educação inclusiva**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 11, n. 1, p. 123–141, 2018.

BARBOSA, V. M. da S.; ALMEIDA, M. B.; NASCIMENTO, S. N. do. **O papel do cuidador (a) no contexto da educação inclusiva: o caso do município de Campina Grande (pb)**. Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48189>. Acesso em: 31 ago 2024.

BARROCOS, S. M. S.; SOUZA, M. P. R. D. **Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de Educação Inclusiva.** Psicologia USP, 23(1), 111-132, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).  
Acesso em: 31 ago 2024.

BRAZ-AQUINO, F. D. S. FERREIRA, I. R. L.; CAVALCANTE, L. D. A. **Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar.** Psicologia: Ciência e Profissão, 36(2), 255-266, 2016.

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. Brasília: CFP, 2013.

FLORES, A. M. R. **A educação inclusiva numa perspectiva da Teoria Mantoan.** Orientador: Welton Dias de Lima. 2022. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2022.

GOMES, C. SOUZA V. L. T. **Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias.** Rev. Psicopedagogia, 28(86), 185-193, 2011.

LIMA, E. F. **Eventos de capacitação e suas contribuições para o desenvolvimento de redes de apoio educacional.** Revista de Educação e Práticas Inclusivas, v. 2, n. 3, p. 89-102, 2015.

LIMA, J. P.; COSTA, M. E. **Desafios e Possibilidades na Formação de Educadores para a Inclusão Escolar de Alunos com Autismo.**

Educação e Pesquisa, 41(4), 1031-1048, 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15871/1/2015\\_MariaDeFatimaDeSouzaFernandes\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15871/1/2015_MariaDeFatimaDeSouzaFernandes_tcc.pdf). Acesso em: 06 set 2024.

LUZ, A. B. **Psicologia na educação inclusiva em Paracuru no Ceará: um processo de desconstruções e construções.** In R. Franschini & M. N. Viana (Eds.). *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* (pp. 98-109). Brasília: CFP, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Summus Editorial, 2015. Disponível em: <https://www.gruposummus.com.br/wp-content/uploads/primeiras-paginas/10999.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia escolar para todos: a opção pela intervenção institucional.** *Psicologia, Educação e Cultura*, 19(1), 147-164, 2015.

MATOS, E. G. de; SIMPLÍCIO, A. K. M. **A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva.** *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1–6, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8924>. Acesso em: 05 set. 2024.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil.** *Rev. Educ. Especial*, 1(1), 129-141, 2011.

MELLO, Raissa Ferreira. **Qualidade de vida e sobrecarga de cuidadores de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento: uma revisão integrativa.** 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/f481fcbb-1972-494b-8aad->

7e6aed13464a. Acesso em: 04 ago. 2024.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

NÓBREGA, D. O.; FERRO, L. F.; ROCHA, L. C. N. **Psicologia e inclusão: construindo possibilidades de atuação do psicólogo na escola.** Debates em Educação, 7(13), 2015.

PEREIRA, A. M. **A importância das equipes multidisciplinares na capacitação de cuidadores escolares.** Revista Brasileira de Educação Inclusiva, v. 8, n. 2, p. 120-135, 2019.

RODRIGUES, E. M. **Avaliação da qualidade de vida de cuidadores primários de crianças com paralisia cerebral.** 92 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2011. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/28c58076-8512-4d48-979c-9b144079ab75>. Acesso em: 05 set 2024.

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. **A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem.** Educação & Formação, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/859>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SOUZA, M. C. **Capacitação prática para cuidadores escolares: um estudo de caso sobre a coleta de dados e a aplicação em contexto escolar.** Revista Pedagógica Contemporânea, v. 5, n. 1, p. 45-60, 2021.

**UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

**VYGOTSKI, L.S. (1997). Obras escogidas V: Fundamentos de Defectologia. Madri: Viso.** (Original de 1935).

**VYGOTSKI, L. S. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedologia (M. P. Vinha), Psicologia USP, 21(4), 681-701.** Recuperado em 10 de outubro de 2016, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642010000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400003) (Original de 1935)

**ZANON, M. A. Cuidadores de crianças portadoras de paralisia cerebral no município de Maceió: conhecer para intervir.** 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) - Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2010. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/efd71373-74ad-4e6c-b191-283b156b7592>. Acesso em: 05 dez 2024.

**SCHMENGLER, A. R.; FONTOURA, G. M.; PIZZOLOTTO, R.; PAVÃO, S. M. de O. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva.** Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP/ v. 32, n.65/2022.

# **MAPEAMENTO E INTEGRAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO, COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL INFORMAL.**

---

Carlíane Santos Silva<sup>1</sup>

Ingrid Barbosa Dos Santos<sup>2</sup>

João Luiz Pinheiro De Oliveira Gomes<sup>3</sup>

Lucilene Tôrres Marinho<sup>4</sup>

Robson Martins De Lima<sup>5</sup>

Victor Assunção Barreto<sup>6</sup>

Professor Me. Guilherme Augusto Souza Godoy<sup>7</sup>

## **RESUMO**

A violência e a criminalidade são preocupações constantes na sociedade brasileira, o que envolve diferentes fatores estudados por várias teorias da criminologia. A Criminologia estuda maneiras de combater e de prevenir a criminalidade, sendo o controle social formal como forma de repressão aos crimes exercida pelo Estado e o controle social informal como forma de prevenção à ocorrência de crimes por

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: carlianes526@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: ingrid.barbosa01@outlook.com

<sup>3</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: joao.11.l Luizpinheiro@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: lucy.marinho@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: martinsrobsonlima@hotmail.com

<sup>6</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: victorbarretob@hotmail.com

<sup>7</sup> Professor Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: g.a.s.godoy@gmail.com

parte da comunidade. O objetivo deste projeto de extensão desenvolvido pelo 8º período de Direito da FRM em Penedo foi de mapear, integrar e apresentar projetos sociais e comunitários que exercem a prevenção da criminalidade e da violência como forma de controle social informal na região do baixo São Francisco. Foi realizado um mapeamento, encontrando três projetos de Penedo e um de Piaçabuçu, que foram apresentados na Escola Municipal Santa Luzia, para alunos do 8º ano. Os alunos responderam questionários com perguntas abertas e fechadas para serem avaliados os conhecimentos sobre os projetos sociais e os conceitos relacionados à temática. Após a apresentação dos discentes da FRM na escola, bem como de representantes dos projetos sociais, verificou-se que os alunos do 8º ano passaram a conhecer e saber a importância desses projetos, especialmente quanto à redução da criminalidade na comunidade em que vivem, podendo fazer parte de uma contribuição a um impacto social positivo na região.

**Palavras-chave:** Criminologia; prevenção da criminalidade; controle social informal; *advocacy*; ODS 16.1.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade são desafios sociais complexos que afetam de maneira significativa as comunidades, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Na região do Baixo São Francisco, mais especificamente em Penedo e arredores, diversos projetos sociais buscam enfrentar essa problemática por meio de ações voltadas para crianças e adolescentes, utilizando estratégias que envolvem arte, música, esporte e outras atividades culturais e educativas. Tais iniciativas se configuram como formas de controle social informal, promovendo a inclusão e a prevenção de comportamentos de risco por meio do fortalecimento dos laços comunitários e da promoção de direitos.

Este projeto de extensão tem como propósito mapear e integrar esses projetos sociais, contribuindo para a visibilidade e articulação de iniciativas que atuam na prevenção da criminalidade. A proposta se fundamenta no entendimento de que o controle social informal, por meio de ações comunitárias e educativas, é um fator essencial para a construção de uma sociedade mais justa e segura. Assim, além de realizar o levantamento das iniciativas, o projeto busca promover a sua integração com a comunidade e facilitar o acesso aos projetos sociais por meio do compartilhamento de um link (Projeto de Extensão, 2024).

Com essa abordagem, espera-se contribuir não apenas para o desenvolvimento social da região, mas também para a formação crítica dos participantes, com foco na conscientização sobre direitos humanos, justiça social e cidadania ativa.

Os projetos de extensão integram três pilares, quais sejam ensino, pesquisa e extensão (Distrito Federal, 2018; Síveres, 2013; Thiollent et. al, 2022). Com esse projeto alinhamos o conceito de Criminologia e de Controle Social Informal a projetos sociais da região do baixo São Francisco que exercem esse controle social, bem como outros conceitos relacionados, tais como *advocacy*, empreendedorismo social e o objetivo de desenvolvimento social 16 da Agenda 2030 da ONU.

O projeto foi desenvolvido através de ação na Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia, em Penedo-AL, para alunos do 8º ano e sua preparação, aplicação e finalização ocorreram entre setembro e novembro de 2024. Foram entregues questionários aos alunos (com perguntas abertas e fechadas), antes e após a apresentação realizada pelos discentes da FRM, verificando a aquisição de conhecimentos.

A relevância e justificativa do projeto giram em torno da educação sobre garantia de direitos humanos no contexto comunitário, especialmente com base em conceitos criminológicos. Visa estimular a conscientização sobre a importância de projetos sociais para a prevenção da violência e da criminalidade, estando vinculado ao programa de desenvolvimento econômico e social, nas áreas temáticas de Direitos Humanos e Justiça e de Educação, nas linhas de extensão

de promoção, defesa e garantia dos direitos e de grupos sociais vulneráveis.

## **2 O CONCEITO DE CRIMINOLOGIA ABRANGENDO A NOÇÃO DE CONTROLE SOCIAL**

O conceito de Criminologia é definido de diversas formas. Para Gomes e Molina (2010), a Criminologia é “uma ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo (...)” (Gomes e Molina, 2010).

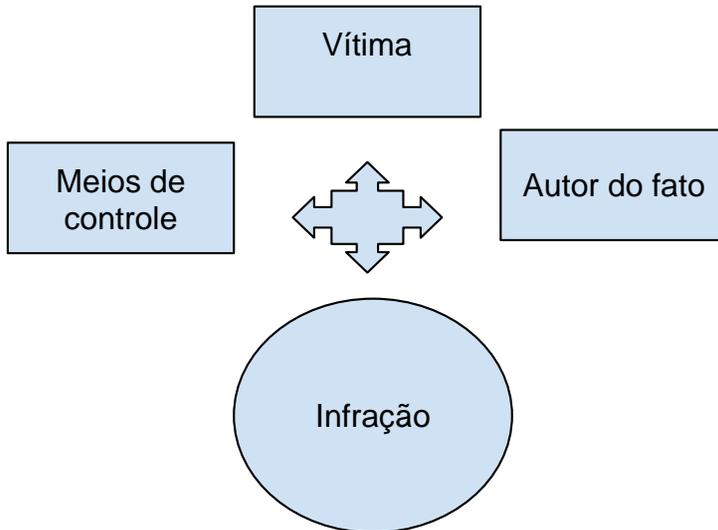
Augusto Thompson corrobora um estudo crítico à Criminologia, pondo que o criminólogo é um generalista. Thompson chega a discutir se o criminólogo não estaria cumprindo meramente a função de alardear informações extraídas do senso comum, em razão da abertura do estudo do crime (Bandeira; Portugal, 2017, pg. 14).

Para Shecaira, Criminologia pode ser compreendida como:

O estudo e a explicação da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade se utiliza para lidar com o crime e com os atos desviantes; a natureza das posturas com que as vítimas desses crimes são atendidas pela sociedade; e, por derradeiro, o enfoque sobre o autor desses fatos desviantes (Shecaira, 2024, s/p).

A área de estudo sobre Criminologia é ampla e descrita de múltiplas formas, divergente da Dogmática Penal. A Criminologia estuda de modo extenso o crime em si, tal como a relação entre o criminoso, a vítima, o controle social e de que modo tais causas interferem no exame do fenômeno criminoso (Shecaira, 2024). De maneira ilustrativa a figura 1 descreve essa relação não isolada, mas em conjunto:

**Figura 1:** Modo ao qual é visto a relação conjunta no crime.



Fonte: Adaptação da pesquisa.

Concerne, de modo plausível, a percepção de que a infração irá se entrelaçar com o autor do fato, com a vítima do crime e com os diferentes meios de controle social (Viana, 2023). Ao longo do processo, serão abordados, em períodos distintos, o exame do crime, o exame da vítima do crime, de que forma o estudo da vítima tem se alterado ao longo dos anos, também de que forma o controle social tem se demonstrado como um método de combate (sistema punitivo) (Viana, 2023).

A criminologia não dispõe, então, objeto próprio de estudo, uma vez que os componentes por ela estudados (o autor do fato, com a vítima do crime e com os diferentes meios de controle social) igualmente são estudados por outras ciências, assim como a política criminal e o próprio Direito Penal (Bandeira; Portugal, 2017).

No entanto, a fundamental discrepância de perspectiva determinada pela Criminologia estaria no método abordado para o esclarecimento desses dados, uma vez que ela se aplica, notadamente, de método diverso daquele verificado na dogmática penal. Um estudo

completo do crime, portanto, exige uma análise ampla, em que a utilização de mais de uma forma de abordagem pode trazer resultados úteis de investigação. (Bandeira; Portugal, 2017).

Para a Criminologia, o conceito de crime passa por um conceito de conhecer (o que é o crime em essência) e por uma definição prática (o que leva a sociedade a dizer que determinada conduta é crime) (Baratta, 2021). Portanto, inclui-se mais para um fundamento político (natureza bifronte da Criminologia), teórico e prático dentro da discussão de uma mesma pergunta (Baratta, 2021).

Dentro da coerência interdisciplinar, destaca-se que a Criminologia é ciência. Sendo um conhecimento científico divergente da dogmática e das ciências exatas, no entanto, permanece sendo um conhecimento científico social com suas particularidades (Bandeira; Portugal, 2017). A Dogmática, a Criminologia e a Política Criminal compõem um eixo significativo para o estudo do fato criminoso, mas com campos de estudo autônomos (Bandeira; Portugal, 2017).

A Dogmática está voltada para a decisão de conflitos, portanto averiguará de que modo a lei indica que um estipulado certame seja solucionado (Bandeira; Portugal, 2017). A Política Criminal se voltará para formas de combate da violência (Bandeira; Portugal, 2017). Já a Criminologia, apesar de seu campo de estudo ser muito amplo, seria possível resumir no estudo da origem do crime, a investigação das suas principais causas. (Bandeira; Portugal, 2017).

## **2.1 Os projetos sociais e comunitários como formas de controle social informal**

Como vimos, inclui-se no conceito de Criminologia o estudo do controle social, que se divide em dois tipos: controle social formal e controle social informal (Carneiro, et. al, 2023; Curso Popular (...), 2021; Linning, et. al, 2024; Martins, 2017).

Existe uma grande interdependência entre o controle social formal (exercido pelo Estado por meio de leis, tribunais e forças de segurança) e o controle social informal (exercido pela própria sociedade

por meio de normas, valores e expectativas de comportamento) (Viana, 2023). Segundo a análise de Viana (2023), o controle social informal é fundamental para a eficácia do controle formal: sem a estrutura informal de normas e valores, o controle formal teria pouco impacto; por outro lado, o controle informal, quando isolado, pode se tornar frágil ou ineficaz na prevenção de comportamentos desviantes. (Vianna, 2023).

Os Projetos sociais e comunitários têm se tornado instrumentos fundamentais na promoção do bem-estar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Pateman, 1992). Contudo, além de suas funções de assistência e desenvolvimento, esses projetos também desempenham um papel crucial no controle social informal. Este conceito refere-se à forma como as normas e valores de uma comunidade são moldados e reforçados por meio de ações coletivas, muitas vezes de uma maneira não institucionalizada (Minayo, 2010).

### **3 PROJETOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS DA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO, QUE BUSCAM A ODS 16.1**

A região do Baixo São Francisco, um território que se estende pelos estados de Sergipe e Alagoas, é caracterizada por uma rica diversidade cultural e por desafios socioeconômicos históricos. Em meio às suas paisagens ribeirinhas, iniciativas sociais e comunitárias têm surgido com o propósito de fortalecer a paz, reduzir a violência e promover justiça social. Esses esforços estão em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.1 da Agenda 2030 da ONU, que visa “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todo o mundo” (ONU-BR, 2024).

A vulnerabilidade social no Baixo São Francisco, associada à pobreza, à desigualdade e ao acesso limitado a serviços públicos, muitas vezes se manifesta em altos índices de violência, especialmente em comunidades periféricas (Costa; Marguti, 2015). A ausência de políticas públicas robustas contribui para a perpetuação de ciclos de

criminalidade e exclusão (Costa; Marguti, 2015). Nesse cenário, a ODS 16.1 surge como um norteador para o desenvolvimento de ações que promovam uma cultura de paz e justiça.

O projeto Casa dos Artistas Montepio, em Penedo/AL, com a colaboração do Professor de Cultura Felipe Moraes Pereira, busca transformar este espaço cultural em um ponto de referência para atividades artísticas e de integração comunitária. Com uma história rica e profundamente ligada à cultura local, a Casa dos Artistas Montepio serve para atender a comunidade com uma programação variada, que inclui oficinas, eventos culturais e ações de capacitação para jovens, adultos e idosos<sup>8</sup> (Montepio, 2024).

O impacto esperado vai além do aprendizado artístico: busca-se criar um ambiente inclusivo que valorize a cultura local, promova a convivência e a interação social, e contribua para o crescimento pessoal dos participantes, consolidando a Casa dos Artistas Montepio como um ponto essencial de cultura e comunidade em Penedo, Alagoas<sup>9</sup> (Montepio, 2024).

A Sociedade Filarmônica Euterpe São Benedito, localizada em Piaçabuçu/AL, é um importante patrimônio cultural da região, conhecida por seu papel na promoção da música e da arte. Sob a liderança do presidente Amábilio Junior, a orquestra tem se destacado não apenas pela qualidade de suas apresentações, mas também pelo comprometimento em incentivar jovens talentos e promover a inclusão social por meio da música<sup>10</sup> (Euterpe, 2020).

Desde sua fundação, a Euterpe São Benedito tem se dedicado a oferecer à comunidade uma programação diversificada, que abrange desde concertos clássicos até músicas populares, sempre buscando aproximar a arte da população local<sup>11</sup> (Euterpe, 2020). A orquestra

---

<sup>8</sup> Comunicação oral de Felipe Moraes Pereira, no dia da apresentação na ação deste projeto, na Escola Municipal Santa Luzia, em Penedo-AL, 2024.

<sup>9</sup> Id., 2024.

<sup>10</sup> Comunicação oral de Amábilio Junior, no dia da apresentação na ação deste projeto, na Escola Municipal Santa Luzia, em Penedo-AL, 2024.

<sup>11</sup> Id., 2024.

realiza apresentações em diversas festividades e eventos da cidade, atraindo tanto moradores quanto visitantes<sup>12</sup> (Euterpe, 2020).

Além de suas atividades musicais, a orquestra também se envolve em projetos educacionais, promovendo *workshops* e aulas que visam desenvolver as habilidades musicais de crianças e adolescentes<sup>13</sup> (Euterpe, 2020). Essa iniciativa tem contribuído para a formação de novos músicos e para o fortalecimento da cultura musical na região<sup>14</sup> (Euterpe, 2020).

Com a visão de Amábilio Junior, a Orquestra Filarmônica Euterpe São Benedito se reafirma como uma instituição vital para a preservação e promoção da música, unindo tradição e inovação, e fortalecendo o vínculo da comunidade com sua rica herança cultural<sup>15</sup> (Euterpe, 2020).

O *Sport Club* Penedense, em Penedo/AL, é uma instituição dedicada à formação de jovens atletas sob a liderança do presidente Aerton Reis. Com foco no desenvolvimento técnico e na formação de valores como disciplina e respeito, a escolinha oferece um ambiente saudável e acolhedor para crianças e adolescentes<sup>16</sup> (Penedense, 2024).

Além das aulas de futebol ministradas por profissionais qualificados, a instituição promove atividades educativas e sociais, contribuindo para o crescimento pessoal dos alunos<sup>17</sup> (Penedense, 2024). A participação em campeonatos regionais permite que os jovens apliquem suas habilidades em um contexto competitivo, fortalecendo laços de amizade e respeito<sup>18</sup> (Penedense, 2024).

Sob a direção de Aerton Reis, a Escolinha de Futebol Penedense se destaca como um espaço de referência na formação de novos talentos

---

<sup>12</sup> Id., 2024.

<sup>13</sup> Id., 2024.

<sup>14</sup> Id., 2024.

<sup>15</sup> Id., 2024.

<sup>16</sup> Comunicação oral de Aerton Reis, Maciel Oliveira e Dalmo Gomes, no dia da apresentação na ação deste projeto, na Escola Municipal Santa Luzia, em Penedo-AL, 2024.

<sup>17</sup> Id., 2024.

<sup>18</sup> Id., 2024.

e na promoção de um futuro melhor para os jovens da região<sup>19</sup> (Penedense, 2024).

O Grupo Mandingueiro de Capoeira, localizado em Penedo/AL, é uma referência na promoção e preservação dessa rica manifestação cultural brasileira. Sob a orientação do Mestre Bentinho, o grupo tem se dedicado a ensinar e difundir a capoeira como uma forma de arte que combina música, dança e luta, valorizando a tradição e a história desse esporte único<sup>20</sup> (GCMP, 2024).

Mestre Bentinho, com sua vasta experiência e paixão pela capoeira, tem sido fundamental na formação de novos praticantes, transmitindo não apenas as técnicas e movimentos, mas também os valores culturais e sociais que a capoeira representa<sup>21</sup> (GCMP, 2024). O grupo promove aulas regulares que atraem pessoas de todas as idades, criando um ambiente inclusivo e acolhedor onde todos podem aprender e se desenvolver<sup>22</sup> (GCMP, 2024).

Além das aulas, o Grupo Mandingueiro de Capoeira participa de eventos, apresentações e intercâmbios culturais, fortalecendo o vínculo com outras comunidades e promovendo a capoeira como um patrimônio cultural brasileiro<sup>23</sup> (GCMP, 2024). As rodas de capoeira, realizadas com frequência, são momentos de celebração e confraternização, onde a música e o movimento se entrelaçam, criando uma atmosfera vibrante e cheia de energia<sup>24</sup> (GCMP, 2024).

Com o compromisso de Mestre Bentinho e a dedicação dos membros do grupo, o Grupo de Capoeira Mandingueiro não apenas ensina a prática da capoeira, mas também promove a cultura afro-brasileira, contribuindo para a formação de uma identidade cultural rica e diversificada em Penedo<sup>25</sup> (GCMP, 2024).

---

<sup>19</sup> Id., 2024.

<sup>20</sup> Comunicação oral de Mestre Bentinho no dia da apresentação na ação deste projeto, na Escola Municipal Santa Luzia, em Penedo-AL, 2024.

<sup>21</sup> Id., 2024.

<sup>22</sup> Id., 2024.

<sup>23</sup> Id., 2024.

<sup>24</sup> Id., 2024.

<sup>25</sup> Id., 2024.

A busca pela ODS 16.1 na região é um exemplo de como projetos sociais podem ser ferramentas poderosas na construção de uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva. O fortalecimento das parcerias locais e a capacitação das comunidades continuarão sendo essenciais para alcançar um impacto duradouro na redução da violência e no avanço da justiça social.

Os projetos sociais comunitários podem ser formas de empreendedorismo social, ou seja, formas de empreendedorismo que não visam lucro, mas que têm como principal finalidade o impacto social positivo na comunidade (Silva, et. al, 2024). Os projetos também exercem a estratégia do *advocacy*, que é um termo em inglês que vem sendo utilizado para nomear uma defesa ativa e estratégica de causas e políticas que promovam os direitos humanos, a justiça social e o desenvolvimento sustentável (Santos; Freitas, 2024). Essa estratégia visa concretizar direitos humanos e a justiça social, através da busca pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que no caso destes projetos sociais apresentados é no ODS 16 e na meta 16.1 da Agenda 2030 (Santos; Freitas, 2024; ONU-BR, 2024).

#### **4 METODOLOGIA**

A turma do 8º período de Direito da FRM/Penedo, na disciplina de Tópicos Especiais I, foi dividida em grupos para organizar as etapas operacionais do projeto de extensão. Cada grupo assumiu tarefas específicas, essenciais para a realização do projeto. Entre essas atividades destacamos: mapeamento e contato com representantes dos projetos sociais, entrega de ofícios em escolas parceiras, elaboração de *slides* para apresentações na escola e na jornada de extensão, construção e aplicação de questionários (pré e pós apresentação), organização dos resultados em planilhas e gráficos, disponibilização *online* do mapeamento utilizando a ferramenta Linktr.ee, apresentação presencial nas escolas e durante a jornada de extensão, redação do artigo científico e inclusão dos resultados obtidos com as atividades.

A organização do mapeamento digital dos projetos sociais foi disponibilizada por meio da plataforma Linktr.ee, facilitando o acesso público e garantindo a continuidade das ações para a comunidade. Esse *link* (Projeto de Extensão, 2024) foi compartilhado com os alunos durante a apresentação na escola e será compartilhado na Jornada de Extensão, permitindo que a comunidade local tenha acesso aos projetos sociais identificados na região do baixo São Francisco.

No dia da apresentação na escola (17/10/24), foi exibido o mapeamento dos projetos sociais da região, acompanhado pela participação dos representantes dos respectivos projetos, previamente autorizados. Durante a atividade, foi aplicado um questionário prévio aos alunos, antes do início das apresentações e discussões, e um questionário posterior, ao final, com o objetivo de mensurar o conhecimento adquirido pelos participantes.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário com perguntas abertas e fechadas, permitindo a obtenção de dados quantitativos e qualitativos. Essa abordagem mista forneceu uma visão ampla tanto dos aspectos mensuráveis quanto das percepções subjetivas dos alunos sobre os temas discutidos.

A amostra foi composta por uma turma de 31 alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Básico Santa Luzia, em Penedo, no dia 17 de outubro de 2024. A seleção dessa amostra levou em conta a duração do projeto, o número de alunos envolvidos na organização e a condição de que foram utilizados recursos próprios.

A apresentação foi conduzida com o uso de *slides* criados no Canva, contendo imagens e textos curtos para facilitar o entendimento de conceitos relacionados ao tema, tais como o Controle Social Informal, estudado na Criminologia. A linguagem foi simples e acessível, adequada ao público-alvo e a exposição teve um caráter dinâmico, estimulando a participação ativa dos alunos na discussão.

A combinação entre exposição teórica e a participação prática dos alunos, somada à aplicação de questionários, permitiu medir não apenas o entendimento dos conceitos apresentados, mas também o

impacto da atividade no público. Ao final do projeto, os resultados organizados em gráficos e planilhas foram incorporados a este artigo científico, que será apresentado na Jornada de Extensão em 21 de novembro de 2024, destacando as contribuições para a prevenção da violência e a integração comunitária por meio de projetos sociais na região do baixo São Francisco.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Este projeto de extensão teve como objetivo principal investigar e promover a conscientização dos alunos da Escola Municipal Santa Luzia sobre a importância dos projetos sociais na prevenção da violência e criminalidade na região do Baixo São Francisco, como forma de controle social informal. Foram inquiridos, através de questionário, 31 estudantes, sendo estes 16 meninas e 15 meninos, através de perguntas específicas para explorar o nível de conhecimento dos respectivos alunos.

A pré-avaliação foi aplicada inicialmente aos alunos, buscando obter um panorama sobre o conhecimento deles sobre os projetos sociais existentes na região e sua percepção sobre o papel dessas iniciativas na prevenção da violência. O formulário inicial consistiu em perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, que abordaram temas como *advocacy*, controle social informal, empreendedorismo social e a importância da participação em projetos sociais.

Essa etapa permitiu identificar o nível de conhecimento dos discentes e possíveis lacunas de entendimento sobre a relevância dos projetos sociais na comunidade. Cerca de 68% dos alunos não sabia ou nunca tinha ouvido falar em *advocacy* e entre os demais temas expostos anteriormente. Após a apresentação da palestra, foi aplicado o questionário final e o resultado foi de extrema satisfação. Ao serem perguntados se conseguiram compreender o que era e do que se tratava os temas, cerca de 94% responderam que conseguiram compreender.

As respostas descritivas mostraram que os alunos agora reconhecem a importância da participação em projetos sociais e como

essas iniciativas podem contribuir para a diminuição da criminalidade. Muitos alunos passaram a sugerir ações concretas, como a participação em atividades esportivas e a promoção de diálogos comunitários, o que demonstra uma mudança de atitude e um maior engajamento com a temática. Além disso, a auto avaliação do conhecimento adquirido também refletiu um aumento na confiança dos alunos em suas habilidades para contribuir para a melhoria da segurança em sua comunidade.

Em suma, os resultados sugerem que o projeto de extensão foi eficaz em promover uma mudança positiva na percepção dos alunos sobre a importância dos projetos sociais, evidenciando a necessidade de continuidade dessas iniciativas para fortalecer o controle social e a prevenção da violência na região do baixo São Francisco.

A seguir veremos algumas imagens do dia da ação na escola (17/10). A figura 2 mostra a ODS 16.1 sendo apresentada aos alunos da escola.

**Figura 2:** Apresentação da ODS 16.1 na escola.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 3 mostra o professor Felipe Moraes Pereira apresentando o projeto no dia da ação na Escola Santa Luzia.

**Figura 3:** Apresentação do Projeto da Casa dos Artistas Montepio.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 4 mostra Amábilio Junior apresentando o projeto no dia da ação na Escola Santa Luzia, através de vídeo gravado.

**Figura 4:** Apresentação do Projeto da Sociedade Filarmônica Euterpe São Benedito.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia (recorte da apresentação de vídeo).

A figura 5 mostra Aerton Reis e outros integrantes da diretoria do Sport Club Penedense apresentando o projeto no dia da ação na Escola Santa Luzia.

**Figura 5:** Apresentação do Projeto do Sport Club Penendense.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 6 mostra Mestre Bentinho e outro integrante do Grupo de Capoeira Mandingueiro apresentando o projeto no dia da ação na Escola Santa Luzia.

**Figura 6:** Apresentação do Projeto do Grupo de Capoeira Mandingueiro.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 7 mostra o discente da FRM Erisson compartilhando experiência pessoal de sua participação no projeto da Filarmônica Euterpe São Benedito.

**Figura 7:** Erisson compartilhando experiência pessoal na participação de um dos projetos.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 8 mostra a lembrança entregue aos alunos, com o compartilhamento do *link* através de *QR code*.

**Figura 8:** Lembrança entregue aos alunos.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 9 mostra os discentes da FRM Maria Juliana e Gybson Luan conferindo os questionários que os alunos da escola responderam.

**Figura 9:** Conferência dos questionários.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

A figura 10 mostra o discente Kleytto apresentando aos alunos da escola o conceito de controle social.

**Figura 10:** Apresentação do conceito de Controle Social.



Fonte: Registro feito no dia da ação na Escola Santa Luzia.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte teórica da pesquisa apresentou o conceito de Criminologia, com destaque para o estudo do controle social que se divide em Controle Social Formal e Controle Social Informal. Então foi exposto cada um desses conceitos, bem como exemplos das instituições formais e informais de controle, para então ressaltar os projetos sociais e comunitários como forma de controle social informal que age na prevenção da criminalidade e da violência.

Destacaram-se ainda os conceitos de *advocacy* e empreendedorismo social, sendo o primeiro referente a ações realizadas através dos projetos sociais para concretizar a meta internacional da ONU de redução da criminalidade (ODS 16.1) e o segundo compreendendo a maneira como esses projetos trabalham, buscando impacto social positivo na comunidade.

Em relação ao desenvolvimento deste projeto de extensão, na apresentação na escola foram mostrados os projetos sociais locais com a participação de seus respectivos representantes. Questionários antes e depois da apresentação mediram o conhecimento dos alunos. Foram inquiridos 31 estudantes, sendo 16 meninas e 15 meninos, com perguntas específicas para avaliar o conhecimento deles.

A pré-avaliação inicial buscou entender o nível de conhecimento dos alunos sobre os projetos sociais existentes e sua visão sobre o papel dessas iniciativas na prevenção da violência e da criminalidade. Após uma palestra, uma nova avaliação foi feita, com 94% dos alunos afirmando ter compreendido os temas abordados.

Os resultados indicaram que os alunos passaram a reconhecer a importância da participação em projetos sociais e sugeriram ações como atividades esportivas e diálogos comunitários para contribuir para a diminuição da criminalidade. Em geral, o projeto foi eficaz em promover uma mudança positiva na percepção dos alunos sobre os projetos sociais na região do baixo São Francisco, mostrando a importância de continuar essas iniciativas para fortalecer o controle social e prevenir a violência.

## 7 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, T. & PORTUGAL, D. **Criminologia**. Salvador: UFBA, 2017. *E-book*, 77p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30864/1/eBook%20Criminologia%20Tecnologia%20em%20Seguran%ca7a%20P%cablica%20UFBA.pdf>. Acesso em 15 out. 2024.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2021. 256 p.

CARNEIRO, L. de A., et al. Desorganização Social e criminalidade violenta: um estudo em Palmas, Tocantins. **Rev. bras. segur. pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-105, ago/set 2023. DOI

10.31060/rbsp.2023.v17.n2.1546. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1546/748>. Acesso em 16 ago. 2024.

COSTA, M. A; MARGUTI, B. O. (Edt). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. *E-book*.

77p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>. Acesso em: 15 out. 2024.

CURSO POPULAR DE FORMAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS. **Criminologia; a Sociologia na Criminologia; Escola de Chicago-5ª Edição-Aula3-Guilherme Godoy-24/3/21**. São Paulo: CURSO POPULAR DE FORMAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS, 2021. 1 vídeo (2h 33 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9VizR2u u5RaQ>. Acesso em: 16 out. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior

brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 49 e 50, 19 dez. 2018. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10 out. 2024.

EUTERPE – Sociedade Filarmônica Euterpe São Benedito. **Parabéns Piaçabuçu! [...]**. Piaçabuçu, AL, 31 mai. 2020. Instagram: @euterpesaobenedito. Disponível em:  
[https://www.instagram.com/p/CA2c448BaPm/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/CA2c448BaPm/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 2 nov. 2024.

GCMP - Grupo de Capoeira Mandingueiro de Penedo. **XVI Encontro e Batizado Grupo De Capoeira Mandingueiro**. Penedo, AL, 14 out. 2024. Instagram: @grupomandingueirooficial. Disponível em:  
[https://www.instagram.com/p/DBGbG9Bxe3c/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/DBGbG9Bxe3c/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 2 nov. 2024.

GOMES, L. F. & MOLINA, A. G. P. de. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. 7. ed. São Paulo: Editora RT, 2010. 512 p.

LINNING, S. J. et al. What is Informal Social Control? A concept consensus review of recent criminological literature. **Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice**, Canadá, v. 66, n. 1, p. 63-86, 2024. DOI 10.3138/cjccj-2023-0024. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/John-Eck/publication/382940602\\_What\\_Is\\_Informal\\_Social\\_Control\\_A\\_Concept\\_Consensus\\_Review\\_of\\_Recent\\_Criminological\\_Literature/links/66b3b18e2361f42f23bd3e01/What-Is-Informal-Social-Control-A-Concept-Consensus-Review-of-Recent-Criminological-Literature.pdf](https://www.researchgate.net/profile/John-Eck/publication/382940602_What_Is_Informal_Social_Control_A_Concept_Consensus_Review_of_Recent_Criminological_Literature/links/66b3b18e2361f42f23bd3e01/What-Is-Informal-Social-Control-A-Concept-Consensus-Review-of-Recent-Criminological-Literature.pdf). Acesso em 16 out.2024.

MARTINS, R. L. Participação, controle social e prevenção da violência: o programa “Abrindo Espaços”. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 96-116, 2017. DOI 10.12957/intratextos.2017.29862. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/29862/22782>. Acesso em 16 out. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 416 p.

MONTEPIO – Sociedade Beneficente Montepio dos Artistas em Penedo. **A Montepio dos Artistas é a história do patrimônio cultural de Penedo Alagoas [...]**. Penedo, AL, 09 jul. 2024.

Instagram: @montepiopenedo. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C9M-zH6RSQH/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/C9M-zH6RSQH/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 2 nov. 2024.

ONU-BR – Organização das Nações Unidas - Brasil. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF: ONU-BR, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 15 out. 2024.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 161 p.

PENEDENSE – Sport Club Penedense. **Nossa diretoria representada pelo presidente Aerton Reis e pelos diretores Maciel Oliveira e Dalmo Gomes [...]**. Penedo, AL, 18 out. 2024. Instagram: @scpenedense. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/DBRTIPPuWCK/?utm\\_source=ig\\_w](https://www.instagram.com/reel/DBRTIPPuWCK/?utm_source=ig_w)

eb\_copy\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 2 nov. 2024.

**PROJETO DE EXTENSÃO 8º PERÍODO. Controle Social Informal - Projetos comunitários da região do baixo São Francisco – AL.**

Penedo, AL: 8º Período FRM, 2024. Disponível em:

<https://linktr.ee/controlesocialinformal>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SANTOS, D. G. N. dos; FREITAS, H. G. de. **Guia para avaliação de advocacy em organizações da sociedade civil**. 2024. 99 p. Trabalho parcial (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3b39fe2a-942d-4484-ac2f-d1000ca44129/content>. Acesso em: 16 out. 2024.

SHECAIRA, S. S. **Criminologia**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. 450 p.

SILVA, C. P. de S, et. al. Revisão sistemática da literatura sobre empreendedorismo social (2000 A 2020). **Extensio**, Florianópolis, v. 21, n. 48, p. 11-31, 2024. DOI 10.5007/1807-0221.2024.e90774. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2024.e90774>. Acesso em: 16 out. 2024.

SÍVERES, L. (Org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber livro, 2013. 272 p.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S; SANTOS, S. R. M. dos (Org.). **Extensão universitária – Concepções e reflexões metodológicas**. Curitiba: Editora CRV, 2022. 156 p.

VIANA, E. **Criminologia**. 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2023. 592 p.

# MEMÓRIAS QUE ACOLHEM: FOMENTANDO A QUALIDADE DE VIDA E O DIÁLOGO INTERGERACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

---

Daniele Silva da Costa<sup>1</sup>  
Iasmim Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Janiele Vieira dos Santos<sup>1</sup>  
Jorge Luís Reis Muniz<sup>1</sup>  
Júlia Silva Macena<sup>1</sup>  
Marcela da Silva Muniz<sup>1</sup>  
Maynara Luyze dos Santos<sup>1</sup>  
Nathalya Letícia Nascimento Santos<sup>1</sup>  
Stephany Rayssa Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Vanderley Brito Salgueiro<sup>1</sup>  
Wesley Bezerra de Lima<sup>1</sup>  
Yasmim Carvalho Santos<sup>1</sup>  
Yago Beserra Marinho Martins<sup>2</sup>

## RESUMO

O projeto de extensão no Lar São José, em Penedo, AL, teve como objetivo principal promover a socialização dos idosos e o resgate de suas memórias afetivas, reforçando o valor de suas histórias de vida. Após a primeira visita à instituição, onde tivemos a oportunidade de conhecer tanto o espaço quanto os residentes, identificamos o potencial dessas narrativas para enriquecer nossa compreensão sobre suas experiências de vida. A segunda visita incluiu a realização de uma sessão de fotos, acompanhada de um diálogo, realizado individualmente com os idosos do Lar São José com o objetivo de

---

<sup>1</sup> Graduando em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

<sup>2</sup> Professor Especialista da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

capturar a essência de suas vivências, no qual nos deu a oportunidade de conhecê-los ainda mais, criando um elo de confiança e respeito, essas histórias, repletas de lembranças e sentimentos, foram cuidadosamente coletadas e organizadas em um livro, que serviu não apenas como um registro histórico, mas como uma celebração das trajetórias individuais de cada residente. O terceiro e último encontro, apresentamos o livro pronto aos colaboradores da instituição e os idosos ali acolhidos, foi notado através dos olhos de todos que o liam, que refletiam a emoção de serem lembrados, acolhidos, ouvidos e com suas histórias eternizadas. Além de valorizar suas memórias, o projeto também buscou fortalecer os vínculos entre os idosos e a comunidade, proporcionando um espaço onde eles se sentiram ouvidos e respeitados, enquanto suas histórias ganharam vida e se perpetuam para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** memórias; intergeracionalidade; idosos; institucionalização

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil já ultrapassou a marca de 28 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos (IBGE, 2019). Tendo em mente essa realidade, sabe-se que o envelhecimento é acompanhado por diversas transformações físicas, emocionais e sociais, que diretamente impactam a qualidade de vida, além disso, é possível identificar que uma pequena parte da população idosa necessita de Instituições de Longa Permanência por diversos fatores, como distanciamento familiar e abandono (LOURENÇO e SANTOS, 2021).

Em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), o isolamento social e a perda de vínculos afetivos são algumas das principais dificuldades enfrentadas. Nesse contexto, Marin et al (2006, p. 148) afirmam que o idoso institucionalizado é geralmente uma pessoa desmotivada para a vida, onde o resgate de memórias afetivas surge

como uma estratégia eficaz para promover o bem-estar e a qualidade de vida da pessoa idosa, proporcionando a oportunidade de revisitar suas experiências e reafirmar sua identidade.

A promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos está diretamente ligada à valorização de suas histórias de vida. Consoante enfatizado por Mattos (2004), o ato de rememorar na velhice constitui uma forma de reconstrução pessoal no presente, o que foi evidenciado ao longo da execução do projeto, que teve como objetivo principal criar um ambiente acolhedor onde os idosos pudessem compartilhar suas memórias, reforçando sua identidade e autoestima.

Na concepção de Bobbio (1997, p.30), a memória desempenha um papel central na formação da identidade. Consoante o autor, "somos aquilo que lembramos". Assim, o ato de relembrar permite aos idosos reconstruir suas identidades com base nas experiências vividas ao longo da vida, e essas narrativas, carregadas de referências sociais e culturais, reafirmam a identidade individual dos idosos, ao mesmo tempo que oferecem um valioso legado para as gerações mais jovens.

Quando a pessoa idosa é encorajada a compartilhar suas histórias, ele experimenta um sentimento de validação e importância, o que pode ajudar a reduzir sentimentos de isolamento e solidão. Além disso, o Estatuto do Idoso Art. 21 § 2º estabelece que "os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações" (BRASIL, 2022). Esta diretriz reforça a relevância de espaços que possibilitem aos idosos compartilhar suas histórias de vida, contribuindo tanto para a preservação da memória cultural quanto para o enriquecimento da sociedade.

Além do contexto teórico, o projeto também buscou promover o fortalecimento de vínculos intergeracionais através do compartilhamento de experiências. A doutoranda em Ciências da Saúde e gerontóloga Isabela Machado afirma que a convivência intergeracional trabalha aspectos como a empatia, o respeito com o outro e a educação do mais novo pelo mais velho (IBGE, 2019, p. 22). Esse tipo de interação cria um ambiente de respeito e valorização da

experiência dos mais velhos, contribuindo para a inclusão social e a diminuição de estereótipos sobre a velhice.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, decorrente do projeto de extensão Memórias de Vidas, realizado no Lar São José em Penedo-AL, pela turma de enfermagem do segundo período da faculdade Raimundo Marinho, adota uma abordagem descritiva, do tipo relato de experiência, para documentar e analisar a ação extensionista voltada ao bem-estar dos idosos.

A experiência descritiva ao trazer a nostalgia, permite que o passado não seja apenas uma lembrança, mas uma construção ativa do presente. Assim, no contexto do projeto de extensão optou-se pela utilização de conversas informais, com tom descontraído, pensando, não apenas em resgatar histórias de vida, mas também promover um espaço seguro e propício a participação e o compartilhamento de suas histórias (RODRIGUES e STERZA, 2010).

A adoção de uma abordagem descritiva possibilitou uma narrativa que destaca a importância da socialização e do resgate de memórias na vida dos idosos. Consoante apontado por Mairesse e Fonseca (2002, p.114), "a memória se constroi no encontro com os acontecimentos, em seu instante ainda virtual, quase pronto para realizar-se. Assim, a memória consiste num meio de transformar os lugares".

A instituição foco da intervenção foi o Lar São José, localizado no município de Penedo. Segundo informações da gestão da instituição, colhidas em uma primeira visita de reconhecimento do projeto, o Lar foi fundado há 95 anos, e tem como missão promover qualidade de vida e inclusão social, suprimindo as necessidades humanas básicas, preservando e respeitando os princípios éticos no cuidado. A instituição acolhe pessoas com 60 anos ou mais e oferece serviços que incluem moradia, alimentação, vestuário, serviços socioassistenciais, fisioterapia, assistência médica e nutricional.

O segundo encontro consistiu em uma visita de intervenção e coleta de informações. Para tanto, houve interação através de uma sessão de fotos e diálogos que proporcionaram um espaço para que os idosos compartilhassem suas histórias de vida através de um questionário aplicado pelos discentes, onde continham informações pessoais básicas, como nome, idade, profissão, naturalidade e suas experiências de vida, para a produção de um livro, resgatando memórias e promovendo um ambiente de acolhimento e valorização. O encontro foi marcado por muita nostalgia e descontração, com a participação dos idosos em muita conversa e um lanche da tarde.

As oficinas para produção do livro foram baseadas, portanto, na concepção de Silva *et al.*, (2016), ao afirmarem que as oficinas realizadas com idosos institucionalizados melhoram a qualidade de vida dos mesmos e são percebidas pelos idosos como um caminho para independência e autonomia, dando prazer na participação ao relembrar as épocas passadas, emergindo o sentimento de se sentir útil no meio em que vivem.

Para a construção do artigo, foram realizadas pesquisas em importantes bases de dados, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e Google Acadêmico. Foram ainda realizadas leituras de livros das áreas de ciências humanas e da saúde que tratam sobre o envelhecimento, institucionalização e a importância das memórias para os indivíduos.

### **3. O LIVRO DA VIDA: TRADUZINDO EM PALAVRAS AS MEMÓRIAS VIVIDAS**

O projeto de extensão realizado no Lar São José, uma instituição que acolhe idosos com diferentes condições de saúde e níveis de autonomia, consistiu na realização de três encontros voltados para a coleta de memórias, o fortalecimento do vínculo intergeracional e a promoção do bem-estar dos idosos por meio do resgate de suas histórias de vida.

Em seu livro ‘Manicômios, prisões e conventos’ (1974), Erving Goffman analisou as características das instituições que promovem o isolamento da sociedade e cunhou a ideia de “instituições totais”. Deste ponto de vista, o autor define tais instalações como locais de residência e trabalho onde pessoas em situações semelhantes vivem isoladas e controladas por longos períodos de tempo.

Goffman (1974) define cinco categorias de instituições totais: aquelas que abrigam pessoas inocentes, como casas para idosos e órfãos; instituições para pessoas incapazes de se autocuidar, como asilos para doentes mentais; prisões, que resguardam a sociedade de ameaças intencionais; instituições voltadas para a execução de tarefas laborais, como quartéis; e, finalmente, instituições religiosas, como mosteiros, que atuam como refúgios e locais de aprendizado.

Residir em instituições de longa permanência pode ser algo muitas vezes deletério aos indivíduos, vindo a resultar naquilo que Moragas (1997) *apud* Ximenes e Corte (2007) caracteriza como ‘morte social’. Este fenômeno surge quando os residentes limitam suas interações sociais com o exterior, resultando na quebra de vínculos sociais habituais e na diminuição do papel ativo, tanto no âmbito econômico quanto social. Esse tipo de morte, porém, pode acontecer não só devido à institucionalização, mas também como resultado de elementos como aposentadoria, mudança de residência, término de relações ou encarceramento.

Goffman (1974), por sua vez, fala em ‘mortificação do eu’, para se referir às diversas maneiras pelas quais o indivíduo se afasta do exterior. Não obstante, é importante frisar que inúmeros avanços aconteceram desde então, além do mais, sua pesquisa fora voltada para instituições psiquiátricas, e não em instituições asilares para pessoas idosas. Por outro lado, suas conclusões trazem à tona a necessidade de promover a socialização entre indivíduos institucionalizados.

Ao avaliar os impactos da institucionalização sobre a saúde mental da pessoa idosa, Leal *et al.* (2021) concluem que este evento tem um impacto significativo na saúde mental dos idosos, causando desequilíbrios nos aspectos biopsicossociais, tais como a debilidade dos

laços familiares e a perda de independência, o que pode afetar negativamente o bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo idoso. Dessa maneira, os autores argumentam que é essencial identificar e honrar os anseios e a dignidade dos mais idosos, colocando em prática estratégias elaboradas por uma equipe multidisciplinar, tais como o estímulo à fé e à espiritualidade, atividades recreativas, terapias e interação com a natureza, com o objetivo de promover a saúde física, social e psicológica desses sujeitos.

A socialização dos idosos institucionalizados é, portanto, um componente crucial para um envelhecimento ativo e participativo. Esse processo deve estimular o desenvolvimento de habilidades físicas, mentais e cognitivas, promovendo uma velhice funcional e independente, além de preservar a autonomia dos idosos dentro da instituição. A participação em grupos e atividades que incentivem suas capacidades é fundamental (LEÃO *et al.*, 2017).

No primeiro encontro, realizou-se uma visita ao Lar para conhecer o ambiente e entender as necessidades dos idosos, o que foi essencial para estabelecer uma relação de confiança e empatia. Durante essa visita, os participantes do grupo puderam se familiarizar com os moradores e realizar os ajustes necessários para os encontros subsequentes, levando em consideração as limitações físicas e emocionais dos idosos. O contato direto com o público-alvo sinalizou a importância de uma abordagem holística, centrada na pessoa, como um método capaz de gerar resultados mais positivos em termos de engajamento e satisfação (ITPC, 2024).

Sem embargo, inicialmente as ações foram pensadas sob uma perspectiva reducionista do ser idoso, pautada em uma ideia de envelhecimento estereotipada, segundo a qual se consideraria o idoso como um sujeito suscetível a perdas, incluindo de autoestima, sendo necessário, portanto, promover ações voltadas ao autoconceito. Assim, a priori seriam oferecidas ações de embelezamento, como maquiagem, cortes de cabelo e outras intervenções, o que evidenciou-se ineficaz durante a visita de reconhecimento.

A partir disso, através do diálogo, da observação e do conhecimento da realidade local, o que levou a uma compreensão do envelhecimento diversa da inicial, pensou-se em uma ação que visasse não apenas a estética, antes, que valorizasse o orgulho da história e das vivências do sujeitos. Nessa direção, Debert (2000, p.148) considera:

A tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida podem ser momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

O segundo encontro foi marcado por um diálogo informal, onde os alunos incentivaram os idosos a compartilhar suas experiências de vida. A compreensão da memória dos idosos transcende o simples resgate de eventos passados; ela se transforma em uma ferramenta poderosa para a construção de laços sociais e culturais. As histórias contadas não são apenas fragmentos de suas vidas, mas também componentes essenciais da nossa união social.

Ao rememorar as histórias de vida dos idosos, foi possível resgatar lembranças alegres e significativas, proporcionando momentos especiais que reavivam suas memórias de diversas formas, uma abordagem que contribuiu para fortalecer a autoestima e o senso de pertencimento dos idosos, valorizando suas experiências (OLIVEIRA, PASIAN e JACQUEMIN, 2001).

Nesse mesmo prisma, ao narrar a própria história, o indivíduo tem a oportunidade não apenas de resgatar, mas de ressignificar a própria história. Consoante Neiva *et al.* (2010, p.91), portanto:

a narração de histórias é uma forma essencial de comunicação humana, pois possibilita ao narrador

compreender melhor o contexto de suas vivências e atribuir significados a elas, ao mesmo tempo em que expande seu entendimento sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor

Destaque-se ainda a existência de estudos que comprovam que a pesquisa em relatos de histórias de vida representa uma revolução metodológica, fundamentada em um paradigma de conhecimento experiencial que valoriza a reflexividade a partir de vivências singulares (JOSSO, 2006).

Conforme Brandão (2005, p.161):

Ao compartilhar lembranças, os tempos individuais se cruzam, formando um outro tempo coletivo, tempo presente no grupo. Este compartilhar dá lugar a uma nova solidariedade que propicia a cada um e ao grupo como um todo a segurança necessária para os relatos em um espaço de valorização e compreensão.

Nesse mesmo encontro, coincidiu de o projeto encontrar a ação de outra iniciativa religiosa no mesmo horário. Diante disso, as atividades de entrevistas foram rapidamente pausadas, e os alunos acompanharam os residentes em suas orações, pois era nítido o quanto a religiosidade era um fator fundamental na vida de todos eles.

O estudo de Zenevicz, Moriguchi e Madureira (2013) já prenunciava o importante papel desempenhado pela religião – e a religiosidade – para os idosos. Conforme os autores concluem, essa é uma das principais formas de enfrentamento de crises existenciais, especialmente para idosos, por oferecer alguma esperança para a vida após a morte e ajudar na busca por propósito, além, de ajudar a reduzir a ansiedade, ampliar as esperanças e dar significado à vida. Dessa maneira, promover a religiosidade pode ser algo muito benéfico pois proporciona uma conexão pessoal com o divino que fortalece e ampara.

No terceiro e último encontro, foi organizada a entrega de um livro impresso contendo as histórias registradas. Esse momento final foi concebido para ser afetivo, permitindo que os idosos se sentissem

valorizados. Nesse cenário, a intergeracionalidade desempenhou um papel ímpar ao fortalecer a interação e a comunicação entre pessoas de diferentes idades, promovendo um ambiente de troca constante de ideias. Essa dinâmica contribuiu para a criação e o fortalecimento de laços sociais, possibilitando que todos os envolvidos ampliassem seus conhecimentos e adquirissem novas experiências de vida.

Nessa fase final de execução do projeto, foi possível perceber a mudança positiva no comportamento dos idosos, que expressaram satisfação e alegria ao se sentirem reconhecidos. Isso coaduna com o que apontam algumas pesquisas, que dão conta de que intervenções que promovem reconhecimento e valorização pessoal têm efeitos significativos na autoestima e na percepção de dignidade entre idosos institucionalizados (MARIN *et al.*, 2012).

Cabral, Amaral e Brandão (2009), em oficina desenvolvida entre os anos de 2003 e 2005, na qual foram atendidos cerca de 113 idosos, perceberam em avaliação subjetiva, a satisfação daquelas pessoas em ter sua história registrada, principalmente dos que não tiveram acesso à educação formal. Além disso, os autores notaram que a ação contribuiu para a valorização da identidade e da autoestima, além de contribuir significativamente na promoção da qualidade de vida.

A troca de conhecimentos entre alunos e idosos foi enriquecedora para ambas as partes. Além de proporcionar um melhor entendimento das histórias de vida dos idosos, essa experiência ampliou a visão e compreensão da vida de todos os participantes, permitindo, sobretudo aos alunos envolvidos, enxergar o mundo com um novo olhar.

Isso coaduna com a conclusão alçada por Patricio (2018), que consideram o desenvolvimento de programas intergeracionais algo fundamental. Estes, por sua vez, devem capazes de atender às necessidades das mais diversas gerações, segundo os quais se possibilite momentos de aprendizado em conjunto que favoreçam novas perspectivas de bem-estar individuais e coletivas, contribuindo para um envelhecimento positivo e uma vida satisfatória.

Kratz *et al.* (2018), em intervenção similiar, perceberam que a aproximação emocional entre os idosos e os pesquisadores foi benéfica para a manutenção de um clima de confiança, formando um vínculo capaz de até mesmo promover mudanças. No contexto da ILPI, por sua vez, as autoras comentam que, apesar dos desafios cognitivos e das perdas físicas que não raro acometem os idosos que residem nessas instituições, a amostra, ainda que reduzida, representou visibilidade e oportunidade para um público com o qual outras gerações raramente conhecem ou interagem.

Debert (2004, p.101) considera fundamental ressignificar a ideia do envelhecimento, pelo que sustenta que as histórias e memórias dos idosos devem ser repassadas, em um movimento de troca entre gerações, levando aqueles sujeitos tomar de volta sua visibilidade social:

A memória é um bem valioso que, assim como a história, deve ser transmitida às gerações mais jovens. Por princípio, portanto, sendo portador dessa memória, cada idoso deve ter sua respeitabilidade recuperada e garantida diante dos mais jovens e dos que estão na mesma faixa etária.

França, Silva e Barreto (2010) entendem a importância de promover essa troca intergeracional, contudo, argumentam que é necessário:

ir além e promover uma ação de inclusão mais efetiva, para evitar processos segregatórios, combater os preconceitos aos mais velhos. Para tal, é necessário que as gerações se aproximem, independentemente das relações familiares, e possam experienciar os benefícios desses contatos. Quando reforçados pela mídia, colaboram no processo de respeito e inclusão dos idosos” (FRANÇA, SILVA e BARRETO, 2010, p. 527).

A troca proporcionada pela relação intergeracional não é, contudo, unilateral. Ferrigno (2009) sustenta que a juventude também

transmite valores e conhecimentos do mundo para a geração mais velha, criando novos padrões de interação com os valores estabelecidos pela modernidade. Assim, proporciona ao idoso a chance de se reciclar, renovar e adotar uma postura menos conservadora, especialmente em relação a temas controversos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do relato de experiência evidencia a eficácia do contato intergeracional, destacando seus benefícios significativos. As atividades desenvolvidas no Lar São José, como os lanches da tarde e as interações entre diferentes faixas etárias, promoveram momentos de grande descontração e aprendizado mútuo.

A interação entre os envolvidos promove o processo de aprendizagem, contemplando as necessidades do indivíduo no âmbito individual e coletivo. Essa dinâmica não apenas valoriza as relações entre indivíduos de diferentes idades, mas também reforça a importância de valorizar as experiências. Dessa maneira, o contato intergeracional mostrou-se um fator importante para a promoção do bem-estar de idosos em ILPIs.

Cada relato carrega consigo vivências, aprendizados e desafios superados, e ao contar suas histórias, eles não apenas revivem memórias, mas também oferecem lições preciosas para os jovens. Essa troca gera um espaço de aprendizado mútuo e os idosos se sentem valorizados e ouvidos.

Conforme Arendt (1972), os legados de uma geração são transmitidos às subseqüentes através da palavra, pois é o sentido das vivências que pode ser compartilhado, e não as próprias vivências. Levando em consideração a importância de reconhecer a própria história e o papel social de disseminar as narrativas que cada indivíduo possui, torna-se essencial estabelecer oportunidades para que tais histórias e experiências sejam recordadas, reinterpretadas e compartilhadas com outros. Mesmo que os espaços para tais atividades permaneçam limitados no momento.

O relato de experiências, portanto, se torna um elo vital entre passado e futuro, onde cada geração pode encontrar inspiração. Nas atividades com os idosos, favorece-se um espaço no qual as experiências guardadas na memória possam ser sentidas através da narrativa.

Em suma, o fato de se ter um espaço para que as histórias de vida e a memória cultural venham à tona é densamente rico e nostálgico. Para os idosos, é uma possibilidade de resgate das próprias histórias que muitas vezes ficam esquecidas por eles mesmos.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BOBBIO, N. **O tempo da memória**: De Senectute e outros escritos autobiográficos. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRANDÃO, V. “Memória autobiográfica – reflexões”. In: CORTE, B.; MERCADANTE, E. e ARCURI, A. (orgs.). **Velhice, envelhecimento, complex(idade)**. São Paulo, Vetor, 2005.

BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho 2022. Estatuto do Idoso. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#:~:text=%E2%80%9CArt.%20%C2%BA%20Nenhuma%20pessoa%20idosa,aos%20direitos%20da%20pessoa%20idosa.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#:~:text=%E2%80%9CArt.%20%C2%BA%20Nenhuma%20pessoa%20idosa,aos%20direitos%20da%20pessoa%20idosa.)> Acesso em: 12 Out 2024.

DEBERT, G.G. O significado da velhice na Sociedade Brasileira. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 13, número especial, 2000.

DEBERT, G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento** 1 Guita Grin Debert. - 1. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004

CABRAL, P.; AMARAL, R.; BRANDÃO, V. **Oficinas de memória autobiográfica**. Conversando com idosos: o registro das memórias vivas *Revista Kairós*, São Paulo, v.12, n.1, pp. 257-274, 2009.

FERRIGNO, J. C. **Co-Educação entre gerações**. SESC / São Paulo: Vozes, 2003.

FRANÇA, L.H.F.P., SILVA, A.M.T.B., BARRETO, M.S.L. Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira?. **Rev. Bras. Geriatria e Gerontologia.**, Rio de Janeiro; v. 13, n.3, pp.519-531, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974.

IBGE. Longevidade: viver bem e cada vez mais. **Retratos**, nº 16, fev. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 ago 2024.

ITPC. Abordagem Centrada na Pessoa: O que é e Como Funciona. Disponível em: <<https://iptc.net.br/abordagem-centrada-na-pessoa/>>.

JOSSO, M.C. Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento In: SOUZA, E.C.; ABRAHÃO, M.H.M. **Tempos, Narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: Edipucrs: Eduneb, 2006

KRATZ, V.C.L.; SCHNEIDER, V.F.M.; SONEGO, J.C.; RUDNICKI, T. Promoção de saúde de idosos institucionalizados e

crenças quanto ao envelhecer: projeto intergeracional. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 2, p. 277-286, maio/agosto 2018.

LEAL L.O.; CARDOSO S.S, MEDEIROS M.O.S.F.; JESUS L.A. Relação entre a institucionalização e a saúde mental da pessoa idosa: uma revisão integrativa. **Rev Enferm Contemp**. v.10, n.1, p.169-179, 2021.

LEÃO, D.M.M; *et al.* Socialização de idosos institucionalizados: oficina de pintura em uma ILPI de Rio Grande, RS. **Revista Kairós-Gerontologia**, v.20, n.3, pp. 459-474, 2017.

LOURENÇO, L. F. L; SANTOS, S. M. A. Institucionalização de idosos e cuidado familiar: perspectivas de profissionais de instituições de longa permanência. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 26, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.69459>. Acesso em: 30 ago 2024.

MARIN, M. J. S., et al. Compreendendo a História de Vida de Idosos Institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 9-20, 2006.

MATTOS, P. R. M. Ser-se mais do que velho: Tempo, memória e velhice no contexto de um lar. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra. Anais...Coimbra: CES, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MOREIRA, V. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 27, n. 4, p. 537–544, dez. 2010.

NEIVA, K.M.C. *et al.* **Intervenção psicossocial**: aspectos teóricos, metodológicos e experiências. São Paulo: Vetor Editora, 2010.

OLIVEIRA, É. A. DE; PASIAN, S. R.; JACQUEMIN, A. A vivência afetiva em idosos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 21, n. 1, p. 68–83, mar. 2001.

PATRICIO, M.R. Educação intergeracional no contexto sociocultural: contributos para um bom envelhecer. In: MAGALHÃES, A.M.; PEREIRA, J.D.L.; LOPES, M.S. **A Animação Sociocultural e a Educação Intergeracional no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano**: atividades, técnicas, métodos e estratégias para uma vida ativa. Chaves: Intervenção, 2018.

XIMENES, M.A; CÔRTE, B.. A instituição asilar e seus fazeres cotidianos: um estudo de caso. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**. Porto Alegre, v. 11, p. 29-52, 2007.

ZENEVICZ L.; MORIGUCHI Y.; MADUREIRA V.S.F. A religiosidade no processo de viver envelhecendo. **Rev esc enferm USP [Internet]**. v.47, n.2, p. 433–9, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000200023>> Acesso em: 31 out 2024.

# **EXERCÍCIO TERAPÊUTICO FUNCIONAL NAS COMUNIDADES: SAÚDE, BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA**

**FUNCTIONAL THERAPEUTIC EXERCISE IN COMMUNITIES:  
HEALTH, WELL-BEING AND QUALITY OF LIFE**

---

Alana Cerqueira Souza Monte<sup>1</sup>  
Patrícia Fernandes Ferreira<sup>1</sup>  
Themise Vécio Higino de Oliveira<sup>1</sup>  
Evenlyn Kamily da Silva Santos<sup>1</sup>  
Marcos Vinícius Santos Pereira<sup>1</sup>  
Ivan dos Santos Sopouch<sup>1</sup>  
Jadson Farias Silva<sup>1</sup>  
Nívia Hevellyn de Oliveira Santos Engrácio<sup>1</sup>  
Julia Vitória Santos de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Walber Maurício<sup>1</sup>  
Nascimento Santos<sup>1</sup>  
Letícia Costa Silva<sup>1</sup>  
Danilo Barbosa Morais<sup>2</sup>

## **RESUMO**

**Introdução:** O exercício terapêutico funcional é uma forma de prevenção no qual envolve a prescrição de atividades físicas para ajudar na recuperação de lesões, doenças crônicas ou condições musculoesqueléticas, e ao se tratar na prevenção é significativo para ter

---

<sup>1</sup> Graduandos do Curso de Bacharel em Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM)

<sup>2</sup> Docente da disciplina de atividade extensionista IV, do Curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) / E-mail: prof.danilobarbosa@frm.edu.br

uma melhor qualidade de vida e bem-estar físico. Este projeto de extensão tem o objetivo de realizar uma ação conjunta, com o intuito de informar a população da importância do exercício físico terapêutico na prevenção de doenças, além de ensinar técnicas que proporcionem um maior conforto em atividades cotidianas, diminuindo o risco de lesões e agravos à saúde. **Metodologia:** Conduziu-se mini projetos de extensão da turma de fisioterapia, com a intensificação e implementação do exercício terapêutico funcional em diversos públicos da comunidade da cidade de Penedo/Alagoas. **Apresentação e análise dos resultados:** Os resultados observados ao longo da implementação destes projetos reforçam a importância da fisioterapia na promoção da saúde e qualidade de vida no contexto das comunidades. Através de conversas informativas e materiais educativos, observou-se um aumento no entendimento pelos usuários na importância do exercício terapêutico funcional como ferramenta prioritária da fisioterapia. **Considerações finais:** É importante que familiares, e profissionais da saúde compreendam o papel da fisioterapia na saúde materno-infantil, saúde do hipertenso, saúde do portador de hanseníase, saúde do portador de diabetes mellitus, saúde do trabalhador e saúde do idoso. É fundamental que campanhas educativas que abordem os benefícios da fisioterapia sejam aplicadas na sociedade, pois assim, ajudam a desmistificar preconceitos e ampliar o acesso a esses serviços, levando saúde, bem-estar e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Exercício Terapêutico Funcional . Saúde. Qualidade de Vida.

## **ABSTRACT**

**Introduction:** Functional therapeutic exercise is a form of prevention that involves prescribing physical activities to help in the recovery of injuries, chronic diseases or musculoskeletal conditions, and when it comes to prevention, it is significant for having a better quality of life and physical well-being. This extension project aims to carry out a joint

action, with the intention of informing the population of the importance of therapeutic physical exercise in preventing diseases, in addition to teaching techniques that provide greater comfort in daily activities, reducing the risk of injuries and health problems. **Methodology:** Mini extension projects were carried out by the physiotherapy class, with the intensification and implementation of functional therapeutic exercise in various audiences in the community of the city of Penedo/Alagoas. **Presentation and analysis of results:** The results observed throughout the implementation of these projects reinforce the importance of physiotherapy in promoting health and quality of life in the context of communities. Through informative conversations and educational materials, an increase in users' understanding of the importance of functional therapeutic exercise as a priority tool in physiotherapy was observed. **Final considerations:** It is important that family members and health professionals understand the role of physiotherapy in maternal and child health, the health of hypertensive patients, the health of leprosy patients, the health of diabetes mellitus patients, workers' health and the health of the elderly. It is essential that educational campaigns that address the benefits of physiotherapy are applied in society, as they help to demystify prejudices and expand access to these services, leading to health, well-being and quality of life.

**Keywords:** Functional Therapeutic Exercise . Health . Quality of Life

## INTRODUÇÃO

O exercício terapêutico funcional é uma forma de prevenção ou até mesmo de tratamento, no qual envolve a prescrição de atividades físicas individualizadas para ajudar na recuperação de lesões, doenças crônicas ou condições musculoesqueléticas, de acordo com a necessidade de cada caso, e ao se tratar na prevenção é significativo para ter uma melhor qualidade de vida e bem-estar físico<sup>1</sup>.

O exercício físico integrado proporciona ao indivíduo uma manutenção da saúde e prevenção de doenças. Com isso, é razoável

inferir que a prática regular de exercício físico aparece como um importante elemento de uma boa qualidade de vida<sup>1</sup>. Vale ressaltar que, o exercício físico, quando aliado a hábitos de vida saudáveis, como uma boa alimentação e o equilíbrio entre trabalho e lazer, atua como um pilar fundamental na manutenção da saúde e prevenção de doenças<sup>2</sup>.

No Brasil, dentre as DCNT, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) se destaca com um maior índice em todo o país, causando um descontrole na sociedade, acarretando assim vários pacientes crônicos e um sério problema de saúde pública<sup>3</sup>.

Além disso, a HAS é um problema global de saúde pública em virtude de sua alta prevalência e de suas complicações cardiovasculares. Atualmente estima-se que mais de 30% dos brasileiros são hipertensos, a exemplo da população mundial<sup>4</sup>.

Para o público materno-infantil, os exercícios terapêuticos funcionais são fundamentais no desenvolvimento motor e cognitivo. Segundo estudos, a intervenção precoce com exercícios terapêuticos melhora a coordenação motora, a força muscular e a resistência, além de promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais<sup>5</sup>.

Além disso, a atuação do fisioterapeuta vai além do tratamento de condições físicas, abrangendo também a educação e a conscientização sobre a importância de um estilo de vida ativo e saudável para a população idosa. Estudos têm demonstrado que a prática regular de atividades físicas pode reduzir a incidência de doenças crônicas, melhorar a função cognitiva e proporcionar benefícios psicológicos, como a redução dos sintomas de depressão e ansiedade entre os idosos<sup>6</sup>.

A importância do fisioterapeuta na prevenção e tratamento das sequelas da hanseníase é inquestionável. O fisioterapeuta é o profissional preparado para utilizar recursos que contribuem no processo de reparo de úlceras, prevenção de deformidades e amputações. Além disso, o fisioterapeuta auxilia no fortalecimento muscular e é capaz de estimular o paciente a se adaptar às novas condições físicas e a melhorar sua qualidade de vida. Portanto, a inclusão do fisioterapeuta é indiscutível e imprescindível em uma

equipe multidisciplinar preparada para tratar esses pacientes<sup>7</sup>.

A Diabetes Mellitus é uma enfermidade séria de longa duração que atinge uma grande quantidade de indivíduos em escala global, caracterizada por altos níveis de açúcar no sangue (hiperglicemia) devido a dificuldades na produção ou absorção de insulina pelo organismo. O consumo de alimentos inadequados e, conseqüentemente, a obesidade, são determinantes para o crescimento progressivo do diabetes mellitus Tipo 2, que possui prevalência de 11,4% em pessoas com faixa etária entre 20 e 79 anos, sendo responsável por 90% dos casos de diabetes em todo o mundo<sup>8</sup>.

A saúde do trabalhador é um tema crucial de estudo, interligado à prática na promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores. É de suma importância discorrer sobre as condições de trabalho e o ambiente em que está sendo realizado o dever. As condições de trabalho e o ambiente laboral desempenham um papel fundamental na saúde física e mental dos trabalhadores, influenciando diretamente sua qualidade de vida e bem-estar<sup>2</sup>.

O projeto consiste na interação de ensino, pesquisa e extensão, reunindo atividades diversificadas que vai acrescentar positivamente na formação dos extensionistas e no bem-estar do público envolvido. As ações promovidas têm propostas sociais e que interligam a comunidade acadêmica à sociedade como um todo. Atualmente, sabe-se que a falta de atividades físicas regulares desencadeia uma série de doenças, principalmente em idosos, gestantes, lactantes, entre outros públicos.

O exercício terapêutico inclui estratégias como fortalecimento muscular, alongamento, equilíbrio, coordenação e técnicas de relaxamento para esses pacientes. Diante disso, faz-se necessária a conscientização da comunidade acerca dos riscos causados pelo sedentarismo, riscos esses que afetam não só o físico, mas também o mental.

Este projeto de extensão tem o objetivo de realizar uma ação conjunta, com o intuito de informar a população da importância do exercício físico terapêutico na prevenção doenças, além de ensinar

técnicas que proporcionem um maior conforto em atividades cotidianas, diminuindo o risco de lesões e agravos à saúde.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Conduziu-se mini projetos de extensão da turma de fisioterapia, com a intensificação e implementação do exercício terapêutico funcional em diversos públicos da comunidade da cidade de Penedo/Alagoas.

### **Delineamento e procedimentos na saúde materno-infantil**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de extensão, com foco na aplicação de exercícios terapêuticos funcionais em comunidades, visando promover a saúde, bem-estar e qualidade de vida do público materno-infantil. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico abrangente nas principais bases de dados científicas, com o objetivo de compilar informações relevantes sobre o exercício terapêutico funcional, seus benefícios para a saúde desse público e a importância da prática de atividades físicas regulares neste contexto.

Além disso, foram elaborados folders informativos para conscientizar a comunidade sobre a importância do tema, destacando os benefícios da atividade física durante a gestação e o pós-parto. Estes materiais visam educar e esclarecer o público-alvo sobre como a prática regular de exercícios pode contribuir para a prevenção de complicações e promover um estilo de vida saudável.

A pesquisa incluirá a realização de uma série de exercícios terapêuticos específicos, desenvolvidos para atender as necessidades do público materno-infantil. Esses exercícios foram aplicados de maneira prática nas comunidades, com o intuito de facilitar o acesso a informações e práticas saudáveis que possam ser incorporadas na rotina das gestantes e mulheres no período pós-parto.

## **Delineamento e procedimentos na saúde do idoso**

Esse estudo trouxe uma abordagem qualitativa, que, em sua realização, fez o uso de pesquisas a respeito da importância dos exercícios terapêuticos funcionais para melhoria da qualidade de vida dos idosos, em especial, aos da Casa de Ranquines, com intuito de elaborar dinâmicas interativas para adquirir conhecimento e transmitir informações, com foco em promover a participação e comunicação com esse grupo de pessoas, visando promover cuidados que resultem na longevidade dessas pessoas, ou seja, durabilidade com independência que resulta em conforto, entendendo a necessidade da temática na qualidade de vida dos idosos.

A aplicação do projeto ocorreu na Casa de Ranquines de Penedo-AL, aplicada pelos alunos do quarto período de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM), para aplicá-lo foi necessário a divisão em etapas.

**Etapa 1** - *Pesquisa sobre o tema e entendimento sobre o público alvo.* Avaliação e seleção de materiais relacionados ao tema e destacando assuntos interessantes para transmitir para os idosos, focados em sua proteção, entendendo que a importância da fisioterapia não se dá apenas no tratamento como também na qualidade de vida.

**Etapa 2** - *Seleção de ideias para aplicação do projeto.* Selecionamos ideias para transmissão de informações ao público alvo, como uma mini palestra com uso de dinâmicas que utilizem pequenos exercícios com os idosos com foco no incentivo da promoção de mobilidade para evitar quedas e fornecer uma melhor saúde mental.

**Etapa 3** - *Definição da aplicação.* Aplicação do projeto com horário e membros definidos na intenção de estabelecer comunicação com idosos de fácil compreensão e alta interação, para que os mesmos consigam entender a necessidade de práticas fisioterapêuticas e as utilizem para que bons resultados sejam alcançados, que é a promoção de qualidade de vida para esses indivíduos.

**Etapa 4** - *Compressão dos resultados.* Observar e compreender os resultados obtidos, descrevê-los e refleti-los, entender de fato o

impacto que a aplicação da Fisioterapia tem na qualidade de vida dos idosos, sua influência na garantia de bem-estar baseada no que foi visto dentro da aplicação do projeto, analisando na prática sua relevância e eficácia.

### **Delineamento e procedimentos na saúde do Trabalhador**

O projeto de extensão "Exercício Terapêutico Funcional na Saúde do Trabalhador: Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida" foi realizado em parceria com o Supermercado Santos. O público-alvo do projeto foi composto por trabalhadores de diferentes setores do mesmo.

O projeto foi desenvolvido em duas etapas principais. Primeiro, foram realizadas palestras breves com duração aproximada de 15 minutos, abordando temas essenciais para a saúde no ambiente de trabalho. As palestras tratarão da importância de manter uma postura adequada durante a jornada de trabalho, técnicas de relaxamento para reduzir o estresse no dia a dia e a incorporação de atividades físicas na rotina diária para promover o bem-estar geral.

Em seguida, foram realizadas sessões práticas de 10 minutos, focadas em exercícios terapêuticos funcionais, como alongamentos e técnicas de relaxamento. Essas sessões foram conduzidas por discentes do curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho, sob a supervisão do docente responsável. A combinação de palestras informativas e sessões práticas de exercício terapêutico proporcionou aos trabalhadores as ferramentas necessárias para melhorar sua saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de prevenir lesões e doenças ocupacionais.

### **Delineamento e procedimentos na saúde do portador de hipertensão arterial**

O projeto de extensão foi realizado na unidade básica de saúde Gabriel 04, localizada no bairro Santa Luzia, da cidade de Penedo/AL. Participaram deste projeto pacientes com diagnóstico de hipertensão

arterial, independentemente de sexo, idade, ou comorbidades, desde que estivessem cadastrados na Estratégia de Saúde da Família.

Foi utilizado um questionário em formato google forms para coletar informações sobre histórico de pressão alta familiar, hábitos de vida (alimentação, atividade física, consumo de sal), e uso de medicamentos. A aferição da PA foi realizada utilizando um esfigmomanômetro calibrado. Foram realizadas três medições em repouso e a média foi utilizada para análise. Os participantes foram orientados a realizar exercícios físicos terapêuticos, conforme recomendação fisioterapêutica orientada no momento da ação.

Essa metodologia proporcionou uma estrutura simples e eficiente para conduzir o estudo sobre hipertensão arterial, permitindo a coleta e análise de dados relevantes para a compreensão da doença e a eficácia das intervenções propostas.

### **Delineamento e procedimentos na saúde do paciente com hanseníase**

A metodologia adotada para este projeto envolve uma abordagem integrada que combinacapacitação e intervenção direta para atender indivíduos com hanseníase no município de Penedo-AL. O projeto foi realizado na unidade de saúde da família Vereador Argemiro Satiroda Rocha, localizado no bairro vermelho.

Os alunos do 4º período do curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho estiveram envolvidos diretamente no projeto, onde foi realizada uma palestra, transmitindo conhecimentos, em que abordamos a origem, os sintomas, o diagnóstico as possibilidades de tratamentos para a hanseníase, ao oferecer orientações sobre os cuidados e a reabilitação disponíveis, incluindo os benefícios do exercício terapêutico funcional, a palestra ajudou a fortalecer a integração de pacientes à comunidade e a educação a facilidade e o apoio familiar e social. As práticas adotadas pela fisioterapia na hanseníase, tendo como objetivo o fortalecimento muscular, estimulando assim o paciente a se adaptar a novas condições físicas,

tendo como foco promover participação, cuidado e comunicação, respeitando as necessidades de cada paciente.

As atividades programadas para os portadores desta patologia incluem alongamentos para dedos, mãos, pés e tornozelos, que visam aumentar a flexibilidade e prevenir deformidades. Também com a realização de exercícios de resistência para fortalecer a musculatura das mãos e dos pés, incluindo movimentos circulares, flexão e extensão dos dedos e punhos, entre outros. Além disso, foram desenvolvidas atividades funcionais para ajudar os pacientes a adquirirem uma melhor qualidade de vida.

### **Delineamento e procedimentos na saúde do portador de diabetes mellitus**

A metodologia deste estudo consistiu em uma abordagem estruturada na unidade básica de saúde (UBS), visando identificar e compreender as condições de saúde de indivíduos que apresentam diabetes mellitus ou estão em estado de pré-diabetes. O objetivo central foi desenvolver intervenções personalizadas que possam melhorar a qualidade de vida desses pacientes por meio da fisioterapia preventiva. Inicialmente, foram selecionados os participantes dentro da comunidade atendida pela UBS. Essa seleção foi realizada por meio da análise de prontuários médicos e entrevistas preliminares conduzidas durante as consultas regulares. A escolha desses indivíduos foi crucial, pois permitiu a criação de uma base de dados sólida e representativa, garantindo que as intervenções fossem direcionadas de forma eficaz.

Foi realizado uma sala de espera na UBS para a conscientização dos pacientes sobre os benefícios da fisioterapia na prevenção de complicações, como problemas circulatórios, neuropatias e outras condições que podem impactar negativamente na qualidade de vida desses usuários. A educação em saúde pode empoderar os pacientes, oferecendo-lhes conhecimento e ferramentas para gerir melhor sua condição de saúde. Essa abordagem foi adaptada de acordo com as necessidades específicas e condições de saúde de cada indivíduo,

considerando fatores como idade, nível de atividade física, presença de complicações e outros aspectos relevantes.

Após a implementação do exercício terapêutico funcional, os usuários foram questionados em relação a melhora do desempenho após a atividade. Essa fase de execução e avaliação ajudará a medir os resultados do estudo, identificando melhorias nas atividades propostas para usuários diabéticos nas UBS.

## **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **Saúde materno-infantil**

Os resultados observados ao longo da implementação deste projeto reforçam a importância da fisioterapia na promoção da saúde e qualidade de vida no contexto materno-infantil. Através de conversas informativas e materiais educativos, observou-se um aumento no entendimento das gestantes e mães sobre os benefícios da fisioterapia em várias etapas. Isso inclui desde a preparação para o parto, passando pelo alívio de dores e desconfortos comuns durante a gravidez, até o apoio fundamental no pós-parto e no desenvolvimento dos bebês.

As participantes demonstraram maior interesse em incluir práticas seguras de autocuidado, além de buscar suporte especializado para prevenir e tratar complicações gestacionais, como desconfortos musculoesqueléticos e preparo para o parto. As informações fornecidas foram acessíveis e detalhadas, sendo essencial para despertar nelas um entendimento mais profundo sobre o valor do acompanhamento fisioterapêutico, na promoção do bem-estar físico e emocional, criando um ambiente de apoio para um desenvolvimento infantil saudável.

Dessa forma, através das informações recebidas, as gestantes e mães foram motivadas a buscar apoio especializado para prevenir e tratar desconfortos comuns na gestação, como as dores lombares e o fortalecimento do assoalho pélvico, essenciais para a preparação e recuperação pós-parto. Assim, o acompanhamento fisioterapêutico foi reconhecido como uma ferramenta valiosa para melhorar a qualidade de vida, aumentando o bem-estar durante o período gestacional e

puerperal.

Outro aspecto observado foi o entendimento mais amplo sobre o desenvolvimento infantil saudável, com destaque para a importância da fisioterapia preventiva na estimulação motora e no suporte ao vínculo mãe-bebê. Essa conscientização foi essencial para que as participantes compreendessem que a fisioterapia preventiva pode auxiliar não apenas na promoção da saúde, mas também no fortalecimento do vínculo afetivo e no acompanhamento. Em síntese, os resultados deste projeto evidenciam a fundamental importância da fisioterapia na saúde e qualidade de vida de gestantes e mães, destacando seu papel em diversas etapas, desde a preparação para o parto até o pós-parto e o desenvolvimento infantil. Através de informações acessíveis e práticas educativas, as participantes não apenas ampliaram seu entendimento sobre os benefícios da fisioterapia, mas também foram motivadas a adotar autocuidados e buscar apoio especializado para tratar desconfortos comuns. Essa conscientização não só contribuiu para a promoção do bem-estar físico e emocional, mas também para o fortalecimento do vínculo mãe-bebê, reforçando a fisioterapia como uma ferramenta essencial.

### **Saúde do idoso**

Na ação de extensão realizada na Casa de Ranquines em Penedo, foi organizada uma programação abrangente com o objetivo de promover a qualidade de vida dos residentes por meio de atividades educativas e práticas terapêuticas. O evento teve início com uma palestra informativa, na qual os profissionais e alunos responsáveis pelo projeto apresentaram a iniciativa e explicaram detalhadamente os objetivos, os benefícios e as metodologias que seriam aplicadas ao longo das atividades. Durante essa palestra, os participantes foram convidados a refletir sobre a importância da fisioterapia como aliada da saúde e do bem-estar, especialmente na terceira idade, destacando-se como uma prática que pode trazer melhorias significativas na autonomia e qualidade de vida dos idosos.

Após a apresentação, foram realizados exercícios terapêuticos, cuidadosamente planejados para atender às necessidades específicas dos residentes. Os exercícios foram focados no desenvolvimento da coordenação motora e no aprimoramento do equilíbrio, dois aspectos essenciais para a prevenção de quedas e para a manutenção de uma rotina mais independente. Esses exercícios incluíram movimentos de alongamento, atividades para fortalecimento muscular, e práticas para melhora da estabilidade, que foram conduzidas de forma leve e adaptada às condições físicas de cada participante, respeitando suas limitações e incentivando a participação ativa de todos.

Para encerrar a atividade, foi oferecido um lanche saudável aos presentes, composto por sanduíches, suco natural e bolos, preparados de forma balanceada para atender as necessidades nutricionais dos idosos. A escolha dos alimentos buscou promover uma alimentação saudável e acessível, reforçando o compromisso do projeto com uma abordagem integral do cuidado, que considera não apenas o aspecto físico, mas também a nutrição e o bem-estar dos residentes da Casa de Ranquines.

### **Saúde do Trabalhador**

O projeto de extensão Saúde do Trabalhador foi realizado com o objetivo de promover práticas de saúde e bem-estar entre os funcionários do Supermercado Supersantos. A iniciativa abordou aspectos fundamentais para a saúde física e mental dos trabalhadores, focando especialmente na melhoria da postura, aumento da produtividade e prevenção de lesões, fatores essenciais para um ambiente de trabalho saudável e sustentável.

Durante a realização do projeto, foram aplicadas atividades práticas que incluíram exercícios de alongamento, técnicas de relaxamento e de respiração. Esses exercícios visam reduzir o nível de estresse e as tensões corporais, promovendo uma postura mais adequada e, conseqüentemente, melhorando o desempenho e a produtividade no trabalho. Além disso, orientações sobre ergonomia

foram compartilhadas, reforçando a importância da postura correta e dos cuidados com o corpo nas atividades diárias.

A resposta dos funcionários foi bastante positiva, com grande adesão e interesse nas práticas propostas. O feedback recebido demonstrou que os participantes consideraram as atividades relevantes e benéficas para o seu bem-estar no trabalho. Muitos relataram sentir-se mais relaxados e cientes da importância de cuidar da saúde física e mental no ambiente de trabalho. Esse retorno reforça o impacto positivo do projeto, confirmando a importância de ações voltadas à saúde ocupacional e prevenção de problemas relacionados à atividade laboral.

Portanto, o projeto obteve sucesso ao alcançar seus objetivos de promover o bem-estar e prevenir lesões entre os funcionários do Supersantos. A satisfação dos participantes reflete a necessidade e a relevância de projetos de extensão que ofereçam suporte e promovam a saúde no ambiente de trabalho, contribuindo para um ambiente mais produtivo e saudável para todos.

### **Saúde do portador de hipertensão arterial sistêmica**

A partir da implementação de um questionário, foi realizado inicialmente uma entrevista com usuários diagnosticados com hipertensão arterial e presentes na Unidade de Saúde da Família Gabriel 04, localizada no bairro Santa Luzia, da cidade de Penedo/AL para posterior análise dos resultados e da ação de extensão. As idades dos participantes variaram entre 42 à 90 anos. Houve uma participação entre os gêneros, de 42,9% homens e 57,1% de mulheres. A maioria dos participantes possui o agravo hipertensão como condição perturbadora da saúde física e funcional. No entanto, alguns indicaram doenças adicionais como diabetes, histórico de câncer, entre outros.

A maioria dos participantes, 85,7% relataram ter histórico familiar de hipertensão, enquanto apenas um participante indicou não ter histórico na família. Os hábitos alimentares relacionados ao consumo de sódio foram: 42,9% dos participantes consomem diariamente, 28,6% semanalmente, 14,3% relatam que raramente e 14,3% afirmam que nunca consomem alimentos com excesso de sal. A maioria dos

hipertensos, 57,1% inclui frutas e verduras diariamente na dieta, enquanto 28,6% fazem o consumo raramente e 14,3% relataram consumir semanalmente. A prática de atividade física é limitada entre os participantes, 28,6% praticam exercícios raramente e 57,1% nunca se exercitam. Apenas um participante envolvido realiza caminhadas regularmente.

Um percentual de 71,4% não adiciona sódio extra aos alimentos, assim tendo uma certa conscientização sobre o consumo do mesmo. Todos os participantes afirmaram o uso de medicamentos para controlar a hipertensão, os mesmos apresentaram níveis pressóricos aferidos na ação variaram entre 130 e 160 de pressão sistólica e entre 70 e 120 de pressão diastólica. Com a prática de exercícios terapêuticos funcionais aliados a respiração, os usuários conseguiram de forma efetiva um melhor nível de bem estar, gerando assim de forma qualitativa o aumento da sua qualidade de vida.

### **Saúde do paciente com hanseníase**

Devido ao baixo número de notificações de casos de Hanseníase no município de Penedo/ AL, decidimos realizar uma palestra na Unidade de Saúde da Família Vereador Argemiro Sátiro da Rocha, localizada no bairro Santo Antônio. A palestra tinha como público-alvo os usuários da sala de espera que estavam aguardando seus respectivos atendimentos. Foi realizada a distribuição de panfletos abordando os principais tópicos relacionados à doença, como: formas de transmissão, principais sintomas e imagens para identificados.

Além disso, os alunos esclareceram quais exames são realizados para o diagnóstico, quais tratamentos são adequados e qual é a importância do acompanhamento com um fisioterapeuta para a pessoa com Hanseníase. O público beneficiário demonstrou boa recepção e participação à atividade realizada, interagindo com o grupo e apresentando as dúvidas que surgiram. Assim, então, cumpriu-se o objetivo do projeto extensionista de pesquisar sobre a Hanseníase e evidenciar as melhores decisões para prevenção e tratamento da referida patologia. Ao final, os usuários foram convidados a realizar exercícios

terapêuticos orientados pelos extensionistas, que finalizou a ação levando mais qualidade de vida e bem estar aos usuários do SUS.

### **Saúde do portador de diabetes mellitus**

Os resultados do projeto de extensão realizado com 15 pacientes diagnosticados com Diabetes Mellitus no Centro de Saúde Posto do Barro Vitória, indicaram um engajamento significativo nas atividades propostas. A taxa média de comparecimento às palestras foi de 90%, enquanto a participação nas sessões práticas de fisioterapia preventiva registrou uma média de 80%. Essa diferença pode ser atribuída ao fato de que alguns participantes optaram por deixar as atividades antes do término, esse índice de participação reflete um forte interesse dos pacientes nas temáticas abordadas. As informações coletadas durante o projeto revelaram que 90% dos participantes sentiram que as palestras contribuíram significativamente para aumentar seu entendimento sobre a importância do exercício terapêutico funcional na gestão do diabetes.

Além disso, muitos relataram que as informações recebidas foram fundamentais para compreender como a fisioterapia preventiva pode ajudar a prevenir complicações associadas à doença, que afeta milhares de pessoas anualmente. Esses resultados sugerem que iniciativas educativas e práticas, como as realizadas neste projeto, são essenciais para promover a conscientização e o autocuidado entre os pacientes diabéticos, melhorando assim sua qualidade de vida e potencialmente reduzindo o risco de complicações.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A junção dos mini projetos evidenciaram a relevância da conscientização de diversos usuários e suas comunidades a partir do papel da fisioterapia na saúde materno-infantil, saúde do hipertenso, saúde do portador de hanseníase, saúde do portador de diabetes mellitus, saúde do trabalhador e saúde do idoso, abrangendo aspectos fundamentais na prevenção de complicações e na promoção do bem-estar, contribuindo para a saúde física e funcional nas comunidades.

O projeto materno infantil destacou a importância de atividades físicas seguras e acompanhadas durante a gestação e o pós-parto. A conscientização oferecida às gestantes mostrou que a fisioterapia não é só sobre cuidar do corpo, pois ela também dá um impulso à saúde emocional, ajudando as mulheres a lidarem com o estresse e a se prepararem para os desafios da maternidade.

A ação de extensão realizada na Casa de Ranquines reflete um compromisso com o cuidado integral dos idosos, promovendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar geral dos participantes. Através de uma abordagem multidisciplinar, que integra educação, exercícios terapêuticos e atenção à nutrição, o projeto destacou a importância da fisioterapia para a qualidade de vida na terceira idade, especialmente no que se refere à autonomia e à prevenção de quedas. Essa experiência proporcionou um ambiente acolhedor e adaptado, incentivando a participação ativa dos residentes e reforçando a relevância de ações que promovam a saúde e o envelhecimento com dignidade e qualidade.

A ação de extensão em saúde do trabalhador reafirmou a importância da fisioterapia como um pilar essencial na promoção do bem-estar e na prevenção de lesões no ambiente de trabalho. Ao longo do projeto, a realização de atividades práticas, como alongamentos, exercícios preventivos e técnicas de terapia manual, associada a momentos de interação entre trabalhadores, extensionistas e o professor supervisor, demonstrou que pequenas intervenções podem promover benefícios significativos na qualidade de vida dos funcionários.

*A ação com usuários hipertensos despertou a promoção e prevenção da saúde física e mental, fornecendo uma melhor qualidade de vida. A implementação de exercícios terapêuticos com os pacientes hipertensos demonstrou melhora dos níveis pressóricos, melhorando o bem estar e a qualidade de vida em modo geral.*

O ação de extensão na prevenção da hanseníase e no reconhecimento dos sinais e sintomas, promoveu a conscientização da comunidade sobre essa condição. A intervenção realizada, especialmente através da palestra na UBS, foi essencial para

conscientizar a comunidade sobre a doença e os métodos de tratamento, além de esclarecer às dúvidas sobre a doença, promovendo um ambiente de acolhimento e compreensão sobre os benefícios do exercício funcional. A fisioterapia em pacientes com hanseníase demonstra a relevância dos exercícios terapêuticos na reabilitação funcional, auxiliando na recuperação de capacidades físicas e na prevenção de incapacidades.

A extensão realizada no Posto de Saúde Vitória, destacou a importância da conscientização em relação ao Diabetes Mellitus, uma condição metabólica que requer atenção especial para o controle glicêmico. Nesse sentido, a educação em saúde voltada ao diabetes mellitus se mostrou como uma peça-chave no manejo eficaz dessa condição. Ademais, a implementação dessas estratégias educativas e de conscientização sobre diabetes representa um passo crucial para promover uma gestão mais eficaz da doença e garantir que os pacientes vivam com mais saúde e bem-estar.

Além de todos os aspectos já discutidos, é de extrema importância destacar a necessidade de um acompanhamento contínuo com usuários em suas comunidades. A fisioterapia não deve ser vista como uma intervenção isolada, mas sim como parte de um processo contínuo que envolve educação, suporte emocional e físico durante o acesso às condicionalidades da saúde. É importante que familiares, e profissionais da saúde compreendam o papel da fisioterapia na saúde materno-infantil, saúde do hipertenso, saúde do portador de hanseníase, saúde do portador de diabetes mellitus, saúde do trabalhador e saúde do idoso. É fundamental que campanhas educativas que abordem os benefícios da fisioterapia sejam aplicadas na sociedade, pois assim, ajudam a desmistificar preconceitos e ampliar o acesso a esses serviços, levando saúde, bem-estar e qualidade de vida.

**DEMAIS EXTENSIONISTAS COLABORADORES DOS PROJETOS <sup>1</sup>**

Alisson Felipe Estacio Castro	de	Emannuely Almeida dos Santos	Luany Lara V. L. Vasconcelos
Allyson Dantas Ana Matias Santos	Kaua Vieira Carla dos	Emmily Kaillany C. do Nascimento Gisele Vivian Ferreira da Silva	Lynda Hevelyn Costa Santos Marcelle Maria Vitor Santos
Anna Santos Nascimento	Alicia	Itanamara Barbosa Pereira	Mariane Santos Sousa
Anny Santos Silva	Beatriz	Jaiany Ferreira Silva	Nicolly Pereira dos Santos
Anny Cardoso Souza	Vitória	Jairo de Oliveira Santos Junior	Paulo Vinicius Santos
Barbara Ancelmo Santos		Karen Gabrielly Brito Ramos	Raiane Dantas Pereira
Beatriz Pires dos Santos	Martins	Kelly Vitória Feitosa Barbosa	Roger de Oliveira Moura
Bruno de Farias Alves		Keylla Larissa da Silva Roberto	Sabrina dos Santos Rodrigues
Charles da Silva	Gomes	Kleverton Thyago Higino de Oliveira	Tayanne Marter Rodrigues
Cleverton Araujo Costa		Laura Lúcia Batista dos Santos	Thamara Iasmym B. dos Santos
Criza P. Balbino	Santana Santos	Leticia Maria Medeiros Vasconcelos	Uriel Sena Santos
Debora dos Santos	Cecilia	Liliane Alexandre Melo dos Santos	Vitoria dos Santos França
Ellen M. dos Santos	Rayane	Luanny Rafaelly Cruz dos S. Farias	Weslyana da Silva Santos

## REFERÊNCIAS

1. Filho, A. S. C. ([s.d.]). o treinamento funcional beneficiando a população: proporcionar bem-estar físico e qualidade de vida. uniceplac.
2. Gomez, Carlos Minayo; Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel de; Machado, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1963-1970, 2018.
3. Martins, L. C. O. et al. Perfil de pessoas com hipertensão atendidas na estratégia saúde da família em um município do nordeste brasileiro. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 9, n. 2, p. 188-198, 2020.
4. Julião, N. A.; SOUZA, A.; Guimarães, R. R. M. Tendências na prevalência de hipertensão arterial sistêmica e na utilização de serviços de saúde no Brasil ao longo de uma década (2008-2019). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4007-4019, 2021
5. Silva A, L. R.; de Medeiros, R. L. Nóbrega, R. P.; Ferreira, L. G. (2018). Impact of functional therapeutic exercises on the motor development of children with Down syndrome. *Pediatric Physical Therapy*, 30(3), 195-200.
6. Borges, C. et al. (2022). Efeitos da Atividade Física na Saúde Mental dos Idosos: Uma Revisão Crítica. *Saúde e Sociedade*, 31(1), 45-58. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/sausoc/>](<https://www.scielo.br/j/sausoc/>) .Acesso em: 14 de agosto de 2024.
7. Freitas, Ana Carolina Araújo et al. Competências e habilidades do fisioterapeuta na reabilitação de pacientes com sequelas da hanseníase: revisão de literatura. *Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, v. 15, n. 3, 2023.
8. International Diabetes Federation. *IDF Diabetes Atlas*. 8th ed. Brussels: IDF; 2017

## APÊNDICE 1



**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde materno-infantil (2024)

## APÊNDICE 2



**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde do idoso (2024)

### APÊNDICE 3





**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde do trabalhador (2024)

## APÊNDICE 4



**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde do portador de DM (2024)

## APÊNDICE 5





**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde do paciente com hanseníase (2024)

## APÊNDICE 6





**Fonte:** fotos exclusivas da ação de extensão em saúde do portador de HAS (2024).

# **EMPODERANDO MULHERES PARA O PARTO: A EXPERIÊNCIA DAS RODAS DE CONVERSA**

---

Antônio Francisco Santos Ribeiro<sup>1</sup>  
Clevison Santos da Silva<sup>1</sup>  
Elisangela dos Santos<sup>1</sup>  
Francielly Andrade Santos da Silva<sup>1</sup>  
Izadora Lima da Silva<sup>1</sup>  
Josevania Severiano Santos Pereira<sup>1</sup>  
Julirriane Santos Duarte<sup>1</sup>  
Mary Carmen Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Mayara Victória Araújo da Silva<sup>1</sup>  
Roseane dos Santos Padilha<sup>1</sup>  
Vivian Gabrielle Valões Pimentel<sup>1</sup>  
Yago Beserra Marinho Martins<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O período da gestação e do puerpério é um tempo marcado por profundos e intensos processos de transformação física e emocional tanto na mulher como na família. O respeito ao parto e ao protagonismo da mulher gestante são temas que ganharam destaque nos últimos anos em função da criação de políticas públicas empenhadas em garantir um atendimento respeitoso, orientado pela mulher. Este artigo, por meio de um relato de experiência, apresenta a realização de rodas de conversa com as mulheres gestantes como uma das estratégias de empoderamento. Utilizando uma metodologia ativa e dialogada, buscou-se propiciar um espaço de troca de saberes, de empoderamento e de fortalecimento da autonomia no parto. A partir da reflexão crítica sobre os desafios enfrentados, foi possível vislumbrar o efeito benéfico das rodas de conversa na conscientização e no preparo da mulher

---

<sup>1</sup> Graduando em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

<sup>2</sup> Enfermeiro. Professor Especialista da Faculdade Raimundo Marinho – FRM.

gestante, favorecendo um espaço de cuidado integral e participativo. A educação e o empoderamento perfilam-se como instrumentos de luta contra a cultura patriarcal e a violência obstétrica, resgatando para a mulher o protagonismo sobre seu corpo e sobre o processo do parto.

**Palavras-chave:** Empoderamento feminino; autonomia no parto; rodas de conversa; violência obstétrica; humanização.

## 1 INTRODUÇÃO

A gravidez caracteriza-se como um período de intensas transformações, tanto emocionais quanto biológicas, que envolvem não apenas a mulher, mas também seu parceiro e todos os que compartilham sua jornada. Enquanto que para algumas gestantes este representa um tempo de felicidade e expectativa, fortalecendo laços parentais com seus parceiros, para outras pode significar momentos de crise e vulnerabilidade emocional na rede familiar e social. Para a família o nascimento de um bebê significa a união de duas famílias, algo irreversível, onde cada membro assume um lugar e assim se estabelecem os laços de parentesco (MOTA, 2011).

O ciclo gravídico-puerperal é marcado por profundas modificações fisiológicas e psicoemocionais, influenciadas por alterações hormonais que afetam o funcionamento habitual do organismo da mulher (ALVES e BEZERRA, 2020). Nesse contexto, é fundamental que a assistência durante a gravidez, parto e puerpério seja orientada com fins de promover um desenvolvimento gestacional saudável e humanizado, garantindo a saúde materna e neonatal (BRASIL, 2012).

Desde os primórdios, o parto é visto como uma patologia e a imagem da gestante como um objeto desprezível e sob controle do médico. Anteriormente, o momento do parto era auxiliado por parteiras e era um processo fisiológico e natural da mulher, portanto, as mudanças vieram e o a assistência do parto tornou-se dever de um médico especializado em obstetrícia na época de XVIII. Desse tempo

em diante, foi construído uma visão da parturição baseado no saber médico e a mulher foi inserida como sujeito sem autonomia, o que afeta a realidade até hoje (BARBOZA; MOTA, 2019, p. 119). Apenas em 2000 foi pensada e criada a Política Nacional de Humanização do Parto, visando defender direitos e a dignidade da gestante, idealizando uma realidade onde o tratamento e ambiente sejam adequados para parturientes (BARBOZA; MOTA, 2019, p. 129).

Contudo, atualmente, o parto ainda é muitas vezes percebido como um evento predominantemente médico, negligenciando a experiência e a autonomia da mulher, assim como suas escolhas e direitos durante esse processo ímpar. Nesse contexto, na visão de muitos atores, a enfermeira obstétrica seria o único profissional não-médico associado a um saber-fazer capaz de o parto fisiológico, devolvendo o protagonismo à mulher (NICIDA *et al.*, 2020). Sendo assim, a autonomia da mulher sobre a etapa do parto é crucial para que esteja sempre informada, evitar possíveis negligências que possam afligir a saúde dela e do recém-nascido, violações do direito da gestante e violências obstétricas (SILVA *et al.*, 2013 *apud* CARVALHO *et al.*, 2024).

Este artigo corresponde a um estudo descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência, a partir de uma ação de extensão realizada no PSF Argemiro Sátiro, em Penedo-AL, através de metodologias ativas, utilizando a metodologia da ‘roda de conversa’. Esta abordagem se destaca como uma estratégia eficaz para proporcionar um cuidado integral e digno às gestantes e puérperas, priorizando o empoderamento feminino através da partilha de conhecimentos individuais e coletivos (MANDRÁ e SILVEIRA, 2013; SOUZA *et al.*, 2017). Nesse viés, buscou-se demonstrar a relevância de práticas colaborativas e participativas no cuidado às gestantes e puérperas, discutir desafios enfrentados para obter a autonomia da gestante, e meios de prevenir experiências traumáticas durante o parto.

A escolha da unidade de saúde para aplicação do projeto de extensão se deu pelas características de sua população, uma vez que a referida unidade esteja localizada no conhecido ‘Barro Vermelho’,

situado em uma das áreas mais antigas do município, que atualmente enfrenta problemas relacionados à criminalidade, o que o faz ser estigmatizado. A população daquela localidade se sustenta principalmente da pesca e, apesar de sua rica história, ainda não foi oficialmente reconhecida como quilombola, embora possua um histórico da influência dos negros malês, a maioria muçulmanos. (SANTOS, 2019; DUARTE, 1958; LIMA, MILITÃO e SANTOS, 2021; FIGUEIRÓ, 2017).

Para a composição desse estudo, foram ainda realizadas buscas nas principais bases de dados, a saber Scielo e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram ainda utilizadas livros e dispositivos legais, dentre as quais figura a Lei n.º 8.130, de 7 de agosto de 2019, e outras que garantem os direitos da mulher durante o período gravídico-puerperal.

A avaliação da satisfação das participantes com o método educativo empregado se deu a partir da Escala de Likert, proposta por Rensis Likert (1932). Tal instrumento corresponde a uma escala, segundo a qual os participantes podem estabelecer seu grau de concordância e discordância com as afirmativas, e inicialmente variava da discordância total à concordância total, sendo eficaz para análises em ciências humanas, o que inclui os métodos educacionais.

## **2 DESAFIANDO O PATRIARCADO: A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DA MULHER PARA PARIR**

Conforme Delphy (2009, p. 174), o termo patriarcado “vem das combinações das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)”, dessa maneira, “o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. Logo, representa um sistema social no qual os homens possuem o poder. Destarte, na perspectiva de Fochi e Zirbel (2020, p.59), “o patriarcado é um tipo hierárquico de sistema de gênero responsável por relações de sujeição, opressão e violência contra as mulheres enquanto indivíduos e enquanto grupo, bem como de inferiorização do que é considerado feminino”.

A manutenção de um sistema tipicamente patriarcal representa um dos principais obstáculos ao empoderamento feminino, pois é um modelo hierárquico que frequentemente promove atos de opressão, violência e subjugação contra as mulheres (FOCHI e ZIRBEL, 2020). Nesse panorama, o homem é considerado como soberano dentro da sociedade, respaldado por um sistema que estimula seu anseio por superioridade e controle sobre as mulheres, independentemente da existência de laços familiares, recorrendo à violência como forma de corrigir desobediências às suas ordens. Como consequência, gera-se uma visão misógina sobre as mulheres, segundo a qual o ser feminino não é alguém que possa ter direitos e protagonismo social. (COSTA, 1999 *apud* DECARLI, 2018).

A hegemonia masculina, socialmente erigida, tem moldado o ambiente do parto de tal modo a influenciar a tirar a autonomia da parturiente, reduzindo-a a um objeto necessário à chegada do bebê, sujeitando-a a diversos tipos de violência, gestadas na ideia de que o controle médico é superior à autonomia da mulher. Há de se considerar que tanto a mulher quanto seu bebê nada mais são do que ‘coisas’ para a lógica médica sob a sociedade patriarcal, sendo o recém-nascido uma ‘mercadoria’ que eles conseguiram trazer ao mundo através de seu trabalho (instrumental e técnicas), desprezando todo o processo (o parir), de modo que essa ‘coisificação’ só tende a se acentuar ao longo do processo de parir, abrindo lugar para a ocorrência de violência obstétrica (DECARLI, 2018).

Nessa égide, a busca pela humanização do parto exige mudanças imperiosas no âmbito social, cultural e nas práticas médicas, promovendo a autonomia e permitindo que as gestantes participem ativamente das decisões que afetam sua saúde e bem-estar (PIMENTEL *et al.*, 2014). Tal movimento desafia diretamente as estruturas patriarcais ao reafirmar o direito das mulheres de determinarem seus próprios cuidados de saúde durante o parto.

### **3. REDEFININDO O PARTO: A IMPORTÂNCIA DO EMPODERAMENTO E DA AUTONOMIA**

O empoderamento feminino no contexto do parto é fundamental para transformar a percepção das mulheres nesse ambiente, promovendo a saúde materna. Historicamente, o parto foi visto como um processo controlado por médicos, onde as mulheres frequentemente não tinham voz nas decisões sobre seus corpos e saúde. Essa dinâmica ainda persiste em muitos hospitais, onde as necessidades e desejos das mulheres são frequentemente ignorados em prol da conveniência dos profissionais de saúde (BOHREN *et al.*, 2015).

O conceito de empoderamento, originado nos movimentos que buscam reduzir a desigualdade de gênero, evoluiu para abranger diversos significados, incluindo planejamento, desenvolvimento e potencialidade. No contexto do movimento feminista, o empoderamento é visto como uma importante ferramenta para promover a transformação social, fortalecendo a posição das mulheres nas esferas social, política e cultural, por meio da redistribuição do poder nas relações sociais e intersubjetivas (PIMENTEL *et al.*, 2014).

Nesse arrimo, publicada através da Portaria nº 2.446 de 11 de novembro de 2014, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traz, entre seus princípios, no artigo 4º, inciso IV, o empoderamento, “que se refere ao processo de intervenção que estimula os sujeitos e coletivos a adquirirem o controle das decisões e das escolhas de modos de vida adequado às suas condições socioeconômico-culturais” (BRASIL, 2015, *online*).

Tal política tem, como objetivo mór, a promoção da equidade e a melhoria das condições de vida e modos de viver “ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais”, e faz isso por estabelecer competências entre todas as esferas do setor saúde para a sua operacionalização (BRASIL, 2017, p. 11).

Antes de qualquer coisa, é preciso reconhecer o empoderamento da mulher para o parto pressupõe uma reavaliação de práticas tradicionalmente arraigadas por aquelas baseadas em evidências. Práticas como a episiotomia de rotina, o enteroclisma como preparo para o trabalho de parto, a manobra de Kristeller e o esforço de puxo prolongado e dirigido (manobra de Valsalva), estão entre as práticas que, além de obsoletas, representam violência obstétrica (FREITAS *et al.*, 2011; CARNIEL, VITAL e SOUZA, 2019; FREIRE e SILVA, 2019; GONZALEZ *et al.*, 2020; NASCIMENTO *et al.*, 2021).

De acordo com Tesser *et al.* (2015, p. 2), “a expressão “violência obstétrica” (VO) é utilizada para descrever e agrupar diversas formas de violência (e danos) durante o cuidado obstétrico profissional”. Dessarte, além das práticas citadas alhures, a imposição do tipo de parto – a saber, as cesarianas desnecessárias – representam uma grave violação dos direitos e do protagonismo da mulher ao parir, e os números (estima-se que cerca de 40% dos partos) comprovam que o parto deixou de ser uma experiência natural para um evento intervencionista e perigoso (FREIRE e SILVA, 2019; MENDES, SILVA e LEAL JÚNIOR, 2022).

Para além das práticas intervencionistas, o Ministério da Saúde (MS) tem implementado normas que resguardam o direito das mulheres durante o parto. Através da Portaria 569/2000, o MS criou o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento no SUS, assegurando atendimento digno e humanizado. Em 2005, através da Portaria nº 1.067, garantiu o acolhimento da mulher e do recém-nascido, respeitando seus direitos e evitando procedimentos desnecessários, durante todo o ciclo gravídico-puerperal. Já em 2014, a Portaria nº 371 estabeleceu práticas eficazes, como o contato pele a pele imediato, a amamentação na primeira hora de vida e o clampeamento oportuno do cordão umbilical (BRASIL, 2000; BRASIL, 2005; BRASIL, 2014).

Nesse contexto, o plano de parto favorece a comunicação da mulher com a equipe que irá lhe atender, facilitando sua participação mais ativa, a fim de garantir seus direitos, evitando desta forma que as decisões e preferências tenham que ser manifestadas em um momento

em que os seus sentidos físico e mental estejam mais vulneráveis, em função de todos os acontecimentos que envolvem o parto (BARROS *et al.*, 2017).

Uma vez que desempenhe um papel fundamental no empoderamento de gestantes e parturientes, a elaboração do plano de parto deve ser um processo colaborativo entre a mulher e o profissional de saúde, promovendo um vínculo que reconhece a singularidade de cada mulher e as particularidades de seu parto. Dessa maneira, tal instrumento não apenas permite que o profissional ofereça um atendimento personalizado, mas também favorece um ambiente de confiança e conforto, o que é substancial em um trabalho de parto (MOUTA *et al.*, 2017).

Além disso, o vínculo estabelecido e o apoio emocional proporcionado durante essa fase são medidas eficazes que ajudam a aliviar a dor e a tensão, garantindo que a mulher se sinta segura e respeitada em suas escolhas. Portanto, o plano de parto pode ser visto como uma tecnologia não invasiva que contribui significativamente para uma assistência de enfermagem obstétrica mais humanizada e centrada na mulher, além de favorecer o empoderamento da parturiente (MOUTA *et al.*, 2017).

Deve-se valorizar também a educação perinatal, que tem por finalidade preparar as mulheres através de informações baseadas em evidências científicas sobre suas opções, dando conhecimento que lhes permita realizar escolhas conscientes do que favorece a melhoria na saúde e bem-estar da mãe e do bebê, bem como da presença de doulas, e valorizar tais iniciativas enquanto estratégias eficazes na capacitação de gestantes (MACEDO *et al.*, 2021).

De mais a mais, a busca pela humanização do parto e do nascimento procura promover transformações sociais que transcendem o âmbito médico, enfatizando a autonomia da mulher e sua participação ativa na tomada de decisões. Essa abordagem desafia a lógica patriarcal do modelo tecnocrático, permitindo que, ao ter acesso a informações claras e qualificadas durante o pré-natal, a mulher faça escolhas conscientes, reafirmando que o conhecimento é uma forma de poder.

Dessa maneira, resgata-se a dimensão subjetiva do parto, considerando as questões psicossociais e culturais envolvidas, o que fortalece o empoderamento feminino e o protagonismo das mulheres nesse processo (PIMENTEL *et al.*, 2014).

#### **4. RODAS DE CONVERSA: FORTALECENDO A MULHER ATRAVÉS DO DIÁLOGO**

A abordagem adotada consistiu na realização de uma roda de conversa com gestantes, visando principalmente promover a autonomia feminina durante o processo de parto. Para tanto, oportunizou-se um espaço para troca de informações e experiências sobre os diferentes tipos de parto, o que proporcionou um espaço de valorização das habilidades individuais do grupo, além de promover a capacidade de escuta observacional e gerar um ambiente acolhedor, educativo e participativo (SEVALHO, 2018).

Para a organização da roda de conversas, foi realizada uma visita prévia, na qual as gestantes receberam um convite para participar da ocasião. A partir disso, no dia da ação, a sala de espera da unidade de saúde foi organizada de modo a gerar um círculo, com o objetivo de manter um diálogo mais humano e engajado (RANDS e GANSEMER-TOPF, 2017).

Nessa perspectiva, a metodologia adotada fundamentou-se na teoria de Paulo Freire, de que a educação não deve ser vista como uma simples transferência de conhecimento, uma prática que ele denomina de ‘educação bancária’. Em vez disso, Freire defendia uma abordagem de educação problematizadora, que promova a reflexão crítica sobre a realidade. Nesse sentido, o autor discutia a importância dos ‘círculos de cultura’, espaços em que os participantes, em conjunto, têm a oportunidade de reconstruir suas experiências e o mundo ao seu redor, conforme ele mesmo diz, ‘em reciprocidade de consciências’ (FREIRE, 1982).

Segundo Fagundes e Oliveira (2017), os círculos de cultura de Paulo Freire – que enfatizam o aprendizado através da observação

crítica da realidade – destacam que os seres humanos são moldados pelo meio, influenciados pela história, política e cultura. Assim, ao transmitir informações críticas e problematizadoras, cria-se um espaço enriquecido para diálogos e reflexões, promovendo a ressignificação das ações individuais e coletivas para o aprendizado.

Diante disso, baseadas na concepção freiriana, as rodas de conversa foram organizadas de maneira a requerer e valorizar a participação ativa dos membros para sua efetividade. Tal metodologia é aplicada por meio das etapas de formação do grupo, investigação do tema, codificação, problematização e avaliação, e seus princípios incluem o respeito à subjetividade dos participantes e a promoção da autonomia, configurando-se, portanto, como um espaço de construção do conhecimento fundamentado nas experiências de vida de cada indivíduo (ABREU *et al.*, 2013; HEIDEMANN *et al.*, 2017).

Na concepção de Nascimento, Rodrigues e Faustino (2021) é importante superar o caráter biologicista durante a gestação e envolver também o contexto biopsicossocial da mulher. Nesse ínterim, os autores discutem que as rodas de conversa têm como objetivo desmistificar crenças sobre gestação, parto e puerpério, promovendo um cuidado corresponsável entre a mulher e sua rede de apoio, buscando empoderar as mulheres e garantir um cuidado em saúde democrático e respeitoso.

Durante a roda de conversas, as participantes foram encorajadas a compartilhar suas vivências, medos e expectativas quanto ao parto. Para encorajá-las, duas das alunas participantes, que já passaram pela experiência de parir, relataram suas vivências, sendo uma com o parto cesáreo, e outra com o parto normal. A partir disso, percebeu-se a instalação de um clima de confiança, o que permitiu que as gestantes se sentissem confortáveis para se expressar.

Buscando qualificar ainda mais o diálogo, uma doula e enfermeira obstétrica foi convidada a compor o grupo, a fim de inserir suas experiências enquanto profissional na assistência aos diversos tipos de parto. Ademais, por se tratar de uma profissional de um hospital de referência no município, isso fez com que as mulheres se sentissem

mais livres para questionar sobre assuntos que talvez tivessem dúvidas, especialmente no que tange à organização do serviço.

Além disso, a enfermeira da unidade de saúde participou ativamente do debate, trazendo excelentes contribuições, uma vez que, dada a convivência contínua com aquelas mulheres e sua realidade, a discussão pôde ser melhor direcionada. Nesse sentido, a educação em saúde favoreceu um encontro entre profissionais e usuários, estimulando diálogos capazes de revelar situações muitas vezes não percebidas em outras oportunidades de cuidado, ajudando, assim, a superar práticas profundamente enraizadas (LIMA *et al.*, 2019).

Participaram do evento cerca de dez gestantes residentes na área de abrangência da equipe de saúde da família, em cuja unidade o projeto foi aplicado. Uma das gestantes incluía uma profissional da unidade, que já estava no terceiro trimestre de gestação. Observou-se uma boa participação geral, embora algumas gestantes permanecessem mais reservadas e pouco engajadas ao longo da atividade. Contudo, com o tempo e o ambiente de confiança criado pelo compartilhamento de experiências da equipe executora, essas participantes começaram a se sentir mais à vontade para expressar suas opiniões e compartilhar suas próprias vivências e conceitos.

É preciso levar em consideração que na realização de grupos estão presentes outros fatores e, devido à dinâmica mais participativa, os pacientes podem se sentir mais confortáveis para compartilhar relatos e experiências. Outro ponto positivo é que a participação de indivíduos da mesma comunidade, que muitas vezes compartilham pensamentos e valores semelhantes, favorece a identificação entre eles, o que tem um impacto positivo na permanência e satisfação com o grupo (FURLAM; CAMPOS, 2010).

Nessa direção, Alves (2005) *apud* Sampaio *et al.* (2010) destaca que a educação em saúde deve se basear na criação de novos significados sobre saúde e cuidados, em vez de depender da autoridade do profissional. Para que a educação cumpra seu papel, é essencial que se agreguem valores que ajudem o paciente a compreender as informações, promovendo assim a mudança de hábitos enraizados.

Como forma de avaliar a ação, utilizou-se a escala de Likert adaptada, contendo perguntas relacionadas ao desempenho da equipe e à percepção das gestantes sobre a roda de conversas. Os formulários foram entregues de modo a garantir o anonimato, e continham duas perguntas que faziam referências à ação e desempenho da equipe, além da satisfação dos presentes e dúvidas restantes. O folheto apresentava as possibilidades de respostas em uma escala com emojis, que continha as opções de respostas em péssimo, ruim, regular, bom e muito boa.

Os resultados indicaram que 90% das gestantes responderam com ‘muito bom’ e 10% respondeu ‘bom’ ao formato apresentado e ao desempenho da equipe em apresentar o tema. Isso indica um alto nível de satisfação, e comprova a eficácia da metodologia utilizada, apontando que a abordagem utilizada foi apropriada para atender às expectativas daquelas usuárias.

Complementarmente, a nota positiva também sugere que a equipe teve sucesso em estruturar um ambiente acolhedor e informativo para as gestantes, de modo em que elas se sentiram confortáveis em participar e em absorver o conteúdo. A homogeneidade dos resultados, com 100% de respostas positivas, evidencia a consistência da qualidade do trabalho executado, o que reforça tanto a confiança quanto a validade do modelo realizado pela equipe responsável pelos trabalhos. Isso também sinaliza possibilidade de replicação daquela metodologia em outros futuros programas ou intervenções com gestantes, podendo amplificar o impacto positivo na saúde e bem-estar materno.

## **5. QUEBRANDO CORRENTES: A EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE MUDANÇA CONTRA O PATRIARCADO**

Educar em saúde corresponde a um conjunto de ação e práticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, deve servir como um instrumento que decorre de um processo político pedagógico que se vale do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo como forma de propor ações transformadoras e reflexivas,

levando os indivíduos a tomar decisões para o cuidado da própria saúde e de toda a comunidade (SILVA e WY SOCK, 2017).

Freire argumenta que a educação deve ser um instrumento de libertação, promovendo a conscientização e a capacidade de mudança das condições sociais. No âmbito da assistência obstétrica, isso se traduz na possibilidade de as mulheres desenvolverem uma consciência crítica sobre os cuidados relacionados ao parto. Essa conscientização permite que questionem e resistam aos padrões opressores que perpetuam desigualdades de gênero (FREIRE, 1987).

Quando as mulheres são informadas sobre a fisiologia do parto e os direitos que possuem durante o processo, elas se tornam agentes ativos na experiência do nascimento. Isso não apenas aumenta sua confiança em sua capacidade de parir, mas também reduz a dependência de intervenções médicas desnecessárias, promovendo um modelo mais centrado na mulher e alinhado com bioéticas humanitárias (RIOS e VIEIRA, 2007).

A educação perinatal é crucial na prevenção da violência obstétrica, frequentemente manifestada pela instrumentalização das mulheres cujas preferências são ignoradas. Estudos mostram que a violência obstétrica pode se manifestar de várias formas, incluindo desrespeito verbal, procedimentos sem consentimento e falta de apoio emocional durante o parto (SILVA *et al.*, 2017). Mulheres bem informadas podem elaborar planos de parto que garantam o respeito a seus direitos durante o trabalho de parto. A elaboração de um plano de parto não é apenas uma formalidade; é uma ferramenta que permite às mulheres expressar suas preferências e necessidades, promovendo um diálogo aberto com a equipe de saúde.

É fundamental, também, incluir discussões que levem as mulheres a conhecer não só suas potencialidades, mas também a história do feminino. Essa abordagem não apenas contribui para seu empoderamento, mas também configura-se como algo essencial ao entendimento da natureza histórica do patriarcado. A análise crítica da dominação masculina é vital para compreender como essas estruturas

sociais influenciam as experiências das mulheres durante a gestação e o parto (SAFIOTTI, 2005).

Em suma, a educação no contexto do parto é uma ferramenta poderosa para transformar relações de poder entre mulheres e profissionais de saúde. Ao capacitar as gestantes com conhecimento crítico e informações sobre seus direitos, essa abordagem educacional não só fortalece sua autonomia como também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo buscou destacar a importância das práticas humanizadas e educativas durante a gestação e o parto. Como tal, o estudo ilustrou como tais intervenções mudam a atitude das mulheres em relação ao nascimentos, a partir de um relato de experiência de atividade de extensão voltada para o empoderamento de gestantes de uma unidade básica de saúde.

Ao longo da experiência, percebeu-se que a metodologia das rodas de conversas, como tecnologia ativa, foi eficaz para garantir um espaço onde a voz das mulheres foi ouvida e suas experiências validadas. Os principais tópicos, como violência obstétrica e as teorias sobre empoderamento, incitaram as gestantes a se perguntarem sobre a opressão patriarcal por trás da assistência ao parto. Em outras palavras, o empoderamento permitiu que as mulheres se tornassem líderes do processo decisório, formatando partos humanizados com base em escolhas informadas. A educação prestou combate sólido ao patriarcado, tendo dado poder às mulheres de forma a demandar respeito e amparo de suas necessidades.

A partir do estudo, a reflexão incitou o pensamento acerca de recomendações para projetos futuros, de modo que se promova a ampliação de práticas educativas, alcançando um público mais vasto, famílias e parceiros e capacitando profissionais de saúde sobre prevenção da violência obstétrica. Ademais, a realização de programas de educação perinatal contínua e pesquisas sobre o impacto de tais

intervenções podem contribuir para fortalecer a trajetória em direção a cuidados obstétricos mais justos, que reafirmam a conduta da mulher e respeitam seus direitos.

Deste modo, a experiência do projeto educativo destacou a educação e o empoderamento como ferramentas necessárias à promoção de assistência obstétrica centrada na experiência da mulher. Desta feita, ao prover informações e promover protagonismo, é possível dar visibilidade a uma assistência obstétrica que cuida, mas também transforma, resgatando a dignidade e a autonomia das mulheres no momento do parto.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T.V.; BEZERRA, M.M.M. Principais alterações fisiológicas e psicológicas durante o Período Gestacional. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 14, n. 49, p.114-126, 2020.

BARBOZA, L.P; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/847>> . Acesso em: 04 Outubro 2024.

BARROS, A.P.Z. Conhecimento de enfermeiras sobre plano de parto. **Rev. Enfer. UFSM**, v. 7, n. 1, p. 69-79, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/23270/pdf>>. Acesso em: 14 out 2024.

BOHREN, M. A.; HUNTER, E. C.; MUNTHE-KASS, H.M; SOUZA, J.P. The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: A mixed-methods systematic review. **PLoS Medicine**, v.2, n.6, e1001847, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Lei N° 8.130, de 7 de agosto de 2019. Disponível em: <[https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1639/lei\\_no\\_8.130\\_de\\_7\\_de\\_agosto\\_de\\_2019\\_\\_1.pdf](https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1639/lei_no_8.130_de_7_de_agosto_de_2019__1.pdf)> Acesso em: 30 Ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Popular em Saúde, Brasília, DF: 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 1.067 de 04 de julho de 2005. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=193664>> Acesso em 20 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 371 de 07 de maio de 2014. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sas/Links%20finalizados%20SAS%202014/prt0371\\_07\\_05\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sas/Links%20finalizados%20SAS%202014/prt0371_07_05_2014.html)> Acesso em: 20 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 569 de 1º de junho de 2000. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html)> Acesso em: 20 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CAMPOS, G.W.S. **Saúde Coletiva**: Teoria e Prática. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARNIEL, F.; VITAL, D.S; SOUZA, T.D.P. Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica. **J. nurs. health**. v. 9, n.2, e199204, 2019.

CARVALHO, K.M.; BACKES, M.T.S; FERNANDES, V.M.B; et al. Uso de tecnologias da informação e comunicação pela gestante para seu empoderamento no processo parturitivo-puerperal. **Texto Contexto Enferm [Internet]**. v.33, e20230278, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/LkS3Gs8MCTBHYDfZQn4k3Jw/?lang=pt>> Acesso em: 30 Ago 2024.

DECARLI, M.O. Patriarcado e violência obstétrica: a vitalidade da estrutura patriarcal no ambiente do parto. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22874>> . Acesso em: 11 Outubro de 2024.

DELFINO, M.R.R; PATRÍCIO, Z. M.; MARTINS, A.S.; SILVÉRIO, M.R. O processo de cuidar participante com um grupo de gestantes: repercussões na saúde integral individual-coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 1057-1066; 2004.

DELPHY, C. Patriarcado. In: HIRATA, H; et al. (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

DOS SANTOS, M. L.; DA SILVA, D. K. F. da S.; ANDRADE, P. da S.; DE ALBUQUERQUE, T. T. Plano de parto: O conhecimento da gestante sobre esta ferramenta para empoderamento durante a assistência obstétrica. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 10143–10165, 2020. Disponível em:

<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/14775>>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

DUARTE, A. **Negros muçulmanos nas Alagoas (Os Malês)**.  
Edições Caetés, 1958.

DURAND, M.K; HEIDEMANN, I.T.S.B; RUMOR, P.C.F; et al.  
Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino:  
perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. **Escola Anna  
Nery**, v. 25, n.5, 2021. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ean/a/KKfcDmSpk9NVBG9y3KpSTyr/>>.  
Acesso em: 30 Ago. 2024.

FIGUEIRÓ, F.B. **Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos  
paradigmas e antigas práticas** / Fernanda Brunetta Figueiró – Instituto  
do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

FOCHI, G.M.; ZIRBEL, I. Patriarcado e sujeição das mulheres.  
**Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 4, n. 6, p. 56-74, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e  
Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e  
Terra, 1982.

FREIRE, L.N; DA SILVA, G.S.V. A falta do protagonismo da mulher  
no trabalho de parto, parto e nascimento. **Revista Pró-UniverSUS**,  
v.10, n.1, p. 34-37, 2019.

FREITAS, F., et al. **Rotinas em obstetrícia** / Fernando Freitas.... [et  
al.] – 6 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

FURLAN, P.G.; CAMPOS, G.W.S. Os grupos na Atenção Básica à Saúde. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos HumanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 105-116, 2010.

GONÇALVES, P. A. C. **Educação Perinatal**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Cuiabá, 2022.

GONZALEZ P.R.; PRATES, L.A.; SCHMALFUSS, J.M; LIPINSKI, J.M.; ESCOBAL, A.P.L.; SILVA, M.L.C. Práticas de atenção ao parto na experiência de puérperas: análise à luz da humanização. **Rev. Enferm. UFSM.**, v.11, e37, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/2179769253146>> Acesso em 20 out 2024.

LEAL, M. C.; PEREIRA, A.P.E.; DOMINGUES, R.M.S.M; THEME FILHA, M.M.; DIAS, M.A.B. NAKAMURA-PEREIRA, M.; BASTOS, M.H. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, supl. 1, p. 17-32, 2014.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives in Psychology**, 140, p. 1-55, 1932.

LIMA, F.O.; MILITÃO, D.S.; SANTOS, A.P.S. Itinerários da produção e consumo de artesanato em comunidades tradicionais de Penedo-AL. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 261-282, 2021

LIMA, V.K.S; HOLLANDA G.S.E; OLIVEIRA, B.M.M; et. al. Educação em saúde para gestantes: a busca pelo empoderamento materno no ciclo gravídico-puerperal. **Rev Fun Care Online**. v. 11, n. 4, p. 968-975, 2019. Disponível em: <<https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6822>>. Acesso em: 21 Ago. 2024.

MACÊDO, W.P.; LIMA, B.M.R.; TAVARES, L.M.; SOUZA, C.M. Identificando a educação perinatal ofertada a gestantes pela equipe de enfermagem. **Periódico de Saúde**, vol. 1, n. 2, 2021.

MANDRÁ, Patrícia Pupin; SILVEIRA, Fernanda Diniz Faleiros. Satisfação de usuários com um programa de roda de conversa em sala de espera. **Audiology-Communication Research**, v. 18, n. 3, p. 186-193, 2013.

MENDES, J. B. F.; SILVA, A. O. da; LEAL JUNIOR, J. O. . Parto humanizado: modelo de assistência. **Revista Coleta Científica**, v. 6, n. 11, p. 36–44, 2022. Disponível em: <<https://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/107>> Acesso em: 20 out. 2024.

MOTA, M. R. R. P. Representações sociais da gravidez: a experiência da maternidade em instituição. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/3276>> Acesso em: 01 out 2024.

MOURA, F.M.J.S.P.; CRIZOSTOMO, C.D.; NERY, I.S.; et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Revista Brasileira De Enfermagem**, v. 60, n. 4, p. 452–455, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/wBXGtDrrJ99ZNQrDVVrMNHh/?lang=pt#>>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

MOUTA, R.J.O; SILVA, T.M.A; MELO, P.T.S; LOPES, N.S; MOREIRA, V.A. Plano de parto como estratégia de empoderamento feminino. **Rev baiana enferm.**, v.31, n.4, e20275, 2017.

NASCIMENTO, L., et al. O Papel do Cuidado Pré-Natal na Prevenção da Violência Obstétrica. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, 2024.

NASCIMENTO, R.L.M; RODRIGUES, R.P.M; FAUSTINO, W.M.  
Projeto Roda Bem Gestar: interdisciplinaridade para fortalecimento do cuidado à saúde da mulher. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 30, n. 1, p. 307-324, jan./abr., 2021.

NICIDA, L.R.A; TEIXEIRA, L.A.S; RODRIGUES, A.P; BONAN, C.  
Medicalização do parto: os sentidos atribuídos pela literatura de assistência ao parto no Brasil. **Ciênc saúde coletiva [Internet]**, v. 25, n.11, 4531–46, nov., 2020.Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.00752019>> Acesso em: 03 out 2024.

NUNES, M. L. Educação em Saúde: Uma Perspectiva Crítica.  
**Revista Brasileira de Educação Médica**, v.38, n.2, p. 230-236, 2014.

PAIM, J. S., et al. O Sistema Único de Saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 2011.

PIMENTEL, C.; RODRIGUES, L.; MÜLLER, E.; PORTELLA, M.  
Autonomia, risco e sexualidade: a humanização do parto como possibilidade de redefinições descoloniais acerca da noção de sujeito. **REALIS**, v.4, n. 01, Jan-Jun., 2014.

RANDS, M.L.; GANSEMER-TOPF, A.M. The Room Itself Is Active: How Classroom Design Impacts Student Engagement. **Journal of Learning Spaces**, v. 6, n. 1, 2017.

RIOS, C. T. F., & Vieira, N. F. C. (2007). Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(2), 477-486.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero e patriarcado. In: BRASIL .Presidência da República.Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

**Marcadas a Ferro** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAMPAIO, J. Promoção da Saúde Sexual: Desafios no Vale do São Francisco. **Psicologia & Sociedade**; v. 22, n.3, p.499-506, 2010.

SANTOS, F.Z. **Diagnóstico do potencial cultural para o turismo na comunidade ribeirinha Barro Vermelho em Penedo-AL**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Turismo). Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SANTOS, M. **Educação em Saúde: Uma Abordagem Crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVALHO, Gil. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0822>>. Acesso em: 01 out 2024.

SILVA, A. L.; NEVES, A.; SGARBI, A. K.; SOUZA, R. A. Plano de parto: ferramenta para o empoderamento de mulheres durante a assistência de enfermagem. **Rev Enferm UFSM**, v.7, n.1, p.144-151, 2017.

SILVA, A.M.B; WY SOCK, A.D. Educação em saúde e grupos educativos: abordagens importantes. In: SANTOS, A.S; PASCHOAL, V.D.A. (orgs). **Educação em saúde e enfermagem**. Barueri, SP: Manole, 2017.

SOUZA, V. B., ROECKER, S.; MARCON, S. S. Ações educativas durante a assistência pré-natal: percepção de gestantes atendidas na rede básica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2011.

SOUZA, Maria Luciana Martins de et al. **Rodas de conversas em saúde**: uma estratégia de metodologia participativa no acompanhamento pré-natal de gestantes usuárias de um serviço de saúde. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172974>>. Acesso em: 01 out 2024.

TESSER, C. D.; KNOBEL, R.; ANDREZZO, H. F. de A.; DINIZ, S. G. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013>> Acesso em: 15 out 2024.

# **CORPO, CUIDADO E CONSCIÊNCIA: ABORDAGENS INCLUSIVAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL**

---

Alana Beatriz Nunes França<sup>1</sup>

Beatriz dos Santos<sup>2</sup>

Carla Sophia Santos Oliveira<sup>3</sup>

Edclesia Bispo Dias<sup>4</sup>

Professora Especialista Gleide Selma  
dos Santos Lima<sup>5</sup>

Enviado: 04/11/1014

## **RESUMO**

Este estudo examina abordagens inclusivas para a educação sexual infantil no contexto socioeducacional, com foco nas estratégias formativas voltadas para a capacitação de futuros pedagogos. O objetivo é promover o bem-estar físico e emocional de crianças de 7 a 12 anos, através de práticas pedagógicas que abordam o corpo, a sexualidade, a prevenção de abusos e o fortalecimento da autoestima. A metodologia qualitativa aplicada incluiu atividades como rodas de conversa, teatro de fantoches e o uso de vídeos que abordam a temática e adequados as faixas etárias. Os resultados apontam para uma maior conscientização das crianças sobre o respeito ao próprio corpo e a diferenciação entre partes íntimas e privadas, além do fortalecimento de

---

<sup>1</sup> Graduando em Nome do curso pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM  
E-mail: biiannunes2608@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Nome do curso pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM  
E-mail: bs4846941@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Nome do curso pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM  
E-mail: sophiaoliveira213@outlook.com

<sup>4</sup> Graduando em Nome do curso pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM  
E-mail: Edclesiadias27@gmail.com

<sup>5</sup> Professor (a) Especialista (a) da Faculdade Raimundo Marinho – FRM  
E-mail: gleidelimaferreira@gmail.com

uma cultura socioeducacional inclusiva e segura. Conclui-se que uma educação sexual estruturada no ambiente socioeducacional é essencial para o desenvolvimento integral das crianças e atua como medida preventiva contra abusos.

**Palavras-chave:** Educação sexual, infância, prevenção de abusos, pedagogia, desenvolvimento infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação sexual infantil tem se destacado como um tema de extrema importância no contexto educacional e social contemporâneo, especialmente devido ao aumento das preocupações com o desenvolvimento integral da criança e a prevenção de abusos sexuais. Segundo a Declaração dos Direitos da Criança (NAÇÕES UNIDAS, 1959), todas as crianças têm o direito à proteção e ao desenvolvimento em um ambiente seguro, o que coloca a escola como um dos principais espaços para a promoção desses direitos. O ambiente escolar, sendo um espaço de interação social e formação humana, torna-se propício para a construção de uma educação sexual que respeite o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, ao mesmo tempo em que previne situações de vulnerabilidade.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça a importância de proteger as crianças de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e atribui à escola um papel essencial na garantia de tais direitos (BRASIL, 1990). A inclusão da educação sexual no currículo escolar, conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é uma das estratégias para promover a saúde física, emocional e social das crianças, ao abordar questões de identidade de gênero, respeito à diversidade e prevenção de abusos (BRASIL, 2001). A falta de uma abordagem eficaz e sistematizada para tratar dessas questões, no entanto, revela-se como um desafio constante nas escolas brasileiras, especialmente em um contexto de intensas transformações

sociais e culturais.

Este estudo tem como objetivo investigar como a educação sexual pode ser abordada de maneira inclusiva e eficaz no contexto socioeducacional, capacitando futuros pedagogos para lidar com questões de gênero, sexualidade e proteção infantil. A delimitação do tema concentra-se no público infantil, especialmente crianças de 7 a 12 anos, uma faixa etária crucial para o desenvolvimento de valores e comportamentos saudáveis relacionados ao corpo e à sexualidade. O estudo se propõe a analisar e desenvolver práticas pedagógicas que promovam um ambiente educacional seguro e inclusivo, onde as crianças possam aprender sobre o corpo, seus limites e o respeito ao próprio corpo e ao dos outros, ao mesmo tempo em que se previnem situações de risco.

O objetivo geral deste trabalho é capacitar os discentes do curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho na criação e execução de ações educativas voltadas à promoção da saúde integral das crianças, com ênfase na educação sexual infantil. Especificamente, busca-se: (1) desenvolver competências pedagógicas para abordar temas de gênero e sexualidade com crianças de maneira apropriada; (2) sensibilizar as crianças quanto à importância do respeito ao próprio corpo e à valorização da autoestima; (3) promover discussões sobre a prevenção de abusos, diferenciando as partes íntimas e privadas do corpo; e (4) contribuir para a formação integral das crianças, fortalecendo sua capacidade de expressar dúvidas e preocupações relacionadas ao seu corpo e desenvolvimento.

A relevância deste estudo é justificada pela crescente demanda por práticas educativas que promovam o desenvolvimento saudável das crianças em ambientes de cunho educacional cada vez mais plural e inclusivo. A prevenção de abusos sexuais, a valorização do respeito ao corpo e a promoção da saúde emocional das crianças são questões urgentes, uma vez que dados alarmantes de violência contra menores demonstram a necessidade de uma abordagem preventiva eficaz. De acordo com Souza (1999), a orientação sexual nas escolas em espaços educacionais deve ir além da mera informação, sendo necessária uma

conscientização profunda sobre as necessidades das crianças e os desafios enfrentados no contexto contemporâneo. Nesse sentido, a formação de pedagogos críticos e sensíveis às questões de gênero e sexualidade é fundamental para garantir uma prática educativa que atenda a essas demandas.

A problemática central que orienta esse estudo gira em torno da seguinte questão: como capacitar futuros pedagogos para que possam abordar a educação sexual infantil de maneira inclusiva e eficaz, promovendo a saúde integral das crianças e prevenindo situações de risco? O estudo busca responder a essa questão a partir da implementação de um projeto de extensão, no qual os discentes de pedagogia irão aplicar atividades lúdicas e educativas com foco na educação sexual.

A metodologia utilizada no estudo é de natureza qualitativa, com enfoque participativo, baseada na realização de atividades práticas, como rodas de conversa, dinâmicas interativas e desenvolvimento de materiais didáticos adequados à faixa etária das crianças. A ação foi realizada no Centro Juvenil Maria Auxiliadora, com o acompanhamento da professora orientadora da disciplina, coordenador e assistente social do Centro, promovendo um diálogo aberto e inclusivo. A avaliação será contínua, por meio de entrevista, feedback e observações diretas, buscando ajustar as atividades conforme as necessidades observadas no decorrer do projeto.

Em síntese, este estudo se propõe a contribuir significativamente para a formação de futuros pedagogos, capacitando-os a desenvolver uma educação sexual infantil que respeite o desenvolvimento das crianças e previna situações de abuso. Por meio de uma abordagem inclusiva e sensível, espera-se que o projeto promova não apenas a formação acadêmica dos discentes, mas também o fortalecimento da comunidade atendida pelo centro e a criação de um ambiente educacional mais seguro e acolhedor.

## **2 ABORDAGEM INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL: TEORIAS E PRÁTICAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

O desenvolvimento da educação sexual infantil no Brasil está intimamente ligado a uma série de normativas e diretrizes que visam à proteção e ao desenvolvimento integral da criança. A educação sexual em ambientes educacionais não deve ser vista apenas como um mecanismo de repasse de informações sobre sexualidade, mas sim como um processo educativo que contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a proteção das crianças. Neste sentido, o papel do ambiente educacional, como espaço formativo e de convivência social, ganha relevância na construção de uma educação sexual inclusiva que promova o respeito ao corpo, à diversidade e à prevenção de abusos. Este capítulo abordará a teoria e as práticas pedagógicas que fundamentam essa abordagem, com base em documentos normativos e autores que discutem o tema, além de propor estratégias para o desenvolvimento de ações educativas eficazes e inclusivas.

### **2.1 Fundamentação Teórica e Normativa**

A base teórica deste estudo está ancorada em documentos nacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses documentos servem como guias fundamentais para a implementação da educação sexual nas escolas, destacando a necessidade de abordagens que respeitem o desenvolvimento infantil e protejam a criança de situações de vulnerabilidade. O ECA, em seu Art. 17, afirma que a criança tem o direito à integridade física, psíquica e moral, o que inclui a proteção contra qualquer forma de violência e abuso (BRASIL, 1990). Já os PCNs defendem que a escola deve garantir o direito de todas as crianças a uma educação que as prepare para a vida em sociedade, promovendo a igualdade e o respeito à diversidade sexual (BRASIL, 2001).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança reforça a importância de um ambiente seguro, no qual a criança possa se desenvolver livre de abusos, promovendo, assim, o respeito às especificidades e à dignidade infantil (ONU, 1959). Nesse contexto, autores como Fonseca (2020) destacam que a educação sexual deve ser uma ferramenta de empoderamento para as crianças, capacitando-as a reconhecer e denunciar situações de risco.

Além disso, estudos recentes apontam que as práticas pedagógicas devem ser embasadas na escuta ativa e no respeito à subjetividade infantil. Santos (2022) ressalta que um currículo sensível às questões de gênero e sexualidade não apenas protege, mas também enriquece a vivência escolar, contribuindo para a construção de identidades saudáveis.

## **2.2 A Educação Sexual Infantil no Ambiente Socioeducacional**

No contexto socioeducacional, a educação sexual infantil desempenha um papel essencial na formação integral dos alunos, auxiliando no desenvolvimento saudável de suas identidades e atitudes em relação ao corpo, à sexualidade e ao respeito ao próximo. Estudos recentes mostram que a transversalidade da educação sexual favorece uma abordagem integrada, permitindo o debate de questões complexas em múltiplos espaços curriculares. De acordo com Costa e Pereira (2023), ao integrar a educação sexual em disciplinas diversas, cria-se uma cultura de respeito e equidade que transcende os muros escolares.

Souza (1999) aponta que práticas inclusivas devem considerar o estágio de desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, promovendo estratégias como rodas de conversa e atividades interativas. Segundo Lopes e Andrade (2023), essas práticas devem ser acompanhadas de formação continuada para os educadores, garantindo que estejam preparados para abordar os temas com sensibilidade e segurança.

## **2.3 Prevenção de Abusos e Fortalecimento da Autoestima**

A prevenção de abusos sexuais é um dos pontos centrais da educação sexual infantil. Conforme expõe Fonseca (2020), ensinar as crianças a nomear as partes do corpo e compreender os limites de sua privacidade é um dos primeiros passos para capacitá-las contra situações de abuso. Esse processo deve ser mediado por educadores capacitados, que atuem de forma empática e didática.

Além disso, o fortalecimento da autoestima infantil, como defendido por Santos (2022), é essencial para que as crianças reconheçam seu valor e aprendam a se expressar sobre suas dúvidas e preocupações. Atividades voltadas à valorização da identidade corporal e à promoção do autoconhecimento ajudam as crianças a desenvolverem uma relação mais positiva consigo mesmas.

## **2.4 Metodologias e Estratégias Pedagógicas para a Educação Sexual Infantil**

As metodologias utilizadas na educação sexual infantil devem ser adequadas ao contexto e à faixa etária das crianças. Uma abordagem que tem se mostrado eficaz é o uso de dinâmicas lúdicas e interativas, como jogos, contação de histórias e dramatizações. Essas atividades permitem que as crianças explorem temas complexos de maneira acessível e divertida, o que facilita o entendimento e a assimilação dos conteúdos.

Segundo Ribeiro (1990), a abordagem lúdica é uma forma eficaz de envolver as crianças no processo de aprendizagem, pois permite que elas se expressem de forma criativa e espontânea. Além disso, o uso de jogos e atividades interativas promove a socialização e a construção de valores, como o respeito mútuo e a empatia.

Outra estratégia recomendada é a realização de rodas de conversa, onde as crianças possam compartilhar suas experiências e dúvidas em um ambiente de respeito e confiança. Essas rodas devem ser mediadas por educadores preparados, que possam guiar a discussão

de maneira sensível e respeitosa, garantindo que todos os alunos se sintam à vontade para participar.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, caracterizada pela análise interpretativa dos dados observados, visando compreender as dinâmicas envolvidas na educação sexual infantil em ambiente socioeducativo. O estudo foi realizado no Centro Juvenil Maria Auxiliadora e envolveu a participação de estudantes de pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho. O objetivo foi compreender como atividades lúdicas e educativas podem promover o desenvolvimento de uma consciência saudável sobre o corpo, sexualidade e a prevenção de abusos entre crianças.

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa se configura como qualitativa de caráter exploratório e interventivo, uma vez que busca explorar o tema da educação sexual infantil e realizar uma intervenção pedagógica direta no ambiente socioeducacional. A metodologia qualitativa foi escolhida por ser mais adequada para entender os aspectos subjetivos e sociais que permeiam o desenvolvimento da educação sexual infantil, tais como as percepções e atitudes das crianças, e os profissionais envolvidos da instituição.

#### **3.2 Participantes e Contexto**

O estudo foi conduzido com crianças na faixa etária entre 7 à 12 anos, do Centro Juvenil Maria auxiliadora localizado na cidade de Penedo, Alagoas. Os participantes também incluíram assistente social, educadores e estudantes de pedagogia que atuaram como mediadores das atividades. A escolha dos participantes considerou a importância de incluir diferentes perspectivas, desde a visão das crianças até o ponto de vista dos educadores e responsáveis pela coordenação do centro.

### **3.3 Etapas da Pesquisa**

O estudo e as ações foram realizada ao longo de trinta horas, estruturada em três etapas principais: Diagnóstico Inicial, Intervenção Educativa e Coleta e Análise de Dados.

Dessa forma, a primeira etapa consistiu na realização de conversa inicial com a direção e coordenação do Centro para identificar as principais demandas e preocupações em relação à educação sexual infantil no centro. O objetivo foi traçar um panorama das expectativas e medos em torno do tema, além de mapear as necessidades específicas do público alvo. Paralelamente, foram realizadas observações do comportamento das crianças no no espaço educacional, sem interferência, para captar possíveis lacunas em suas percepções sobre o corpo e a sexualidade.

A segunda etapa envolveu a aplicação de atividades educativas, divididas em três subetapas: Rodas de Conversa, oficinas lúdicas e vídeos educativos.

As rodas de conversa foram organizadas em grupos de até 15 crianças, permitindo um espaço seguro para que elas pudessem expressar suas dúvidas e sentimentos sobre o corpo e a sexualidade. Mediadas pelos estudantes de pedagogia, as rodas tinham como base o diálogo sobre emoções e respeito ao corpo, abordando temas como higiene pessoal, autocuidado e limites físicos.

A realização das oficinas foram mediadas com dinâmicas lúdicas, como teatro de fantoches e contação de histórias, que tratavam de temas relacionados ao corpo, respeito, prevenção de abusos e pluralidade. Essas atividades tinham o objetivo de facilitar a compreensão dos temas por meio de representações visuais e narrativas acessíveis para as crianças, promovendo a internalização dos conceitos de forma lúdica e interativa.

Complementando as oficinas, vídeos educativos foram utilizados para abordar de maneira clara e didática a temática do respeito ao corpo e da prevenção de abusos. Os vídeos foram exibidos na sala de informática do centro e, posteriormente, discutidos com as

crianças para reforçar os ensinamentos.

A coleta de dados ocorreu de forma contínua ao longo das três etapas do projeto. Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta:

**Observação Participante:** Estudantes de pedagogia realizaram observações diretas das interações e comportamentos das crianças durante as atividades propostas. Essas observações buscaram identificar mudanças de comportamento, como maior confiança para discutir temas relacionados ao corpo e à sexualidade, bem como a compreensão dos conceitos trabalhados.

No final do projeto, foi solicitado um feedback dos participantes, com o objetivo de coletar suas percepções sobre a relevância das atividades e sobre como elas influenciaram a atitude das crianças em relação ao tema da sexualidade.

Os dados coletados foram tratados qualitativamente, seguindo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Foram analisados os relatos verbais dos participantes, buscando identificar padrões de respostas, mudanças de comportamento e percepções acerca do corpo e da sexualidade.

### **3.4 Limitações da Pesquisa**

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o tempo relativamente curto de execução, que se organizou em trinta horas, o que pode não ter sido suficiente para observar mudanças comportamentais mais profundas nas crianças. Além disso, o caráter qualitativo da pesquisa implica que os resultados obtidos são específicos do contexto investigado e não podem ser generalizados para instituições que tem o mesmo direcionamento do centro na região do baixo São Francisco. Outra limitação é o tamanho da amostra, que foi restrito a um único Centro socioeducativo, o que também limita a representatividade dos resultados.

A metodologia empregada neste estudo foi adequada para os objetivos propostos, proporcionando um entendimento profundo das dinâmicas envolvidas na educação sexual infantil. A utilização de

atividades lúdicas permitiu que as crianças se envolvessem de maneira mais ativa e descontraída no processo de aprendizagem, facilitando a discussão de temas delicados como o corpo, a sexualidade e a prevenção de abusos. A análise qualitativa dos dados permitiu captar as nuances das interações e identificar as percepções dos diferentes atores envolvidos no projeto.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Os dados obtidos durante o estudo e ações do projeto demonstraram resultados significativos em relação aos objetivos do estudo, evidenciando avanços na compreensão das crianças sobre seu próprio corpo e sobre a importância do respeito ao corpo alheio. Essa análise foi conduzida a partir dos três principais instrumentos de coleta de dados: observações diretas, roda de conversa e feedback dos participantes.

Os resultados indicam que as rodas de conversa desempenharam um papel crucial na ampliação da capacidade das crianças em expressar suas dúvidas e preocupações de maneira mais assertiva e confiante. No início das atividades, muitas crianças apresentavam dificuldade em verbalizar questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, demonstrando certo desconforto ou vergonha. Entretanto, ao longo das atividades propostas, observou-se uma evolução expressiva, com as crianças começando a utilizar uma linguagem mais apropriada para tratar desses temas, refletindo uma compreensão mais clara dos limites corporais e das noções de privacidade e respeito mútuo. Tal resultado corrobora com as orientações estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001), que enfatizam a necessidade de um ambiente acolhedor e seguro para o desenvolvimento dessas habilidades.

Além disso, o feedback da coordenação e assistente social reforçou a percepção de que o ambiente socioeducativo se tornou mais aberto e receptivo para discussões sobre sexualidade. Observou-se uma mudança no comportamento das crianças, que passaram a demonstrar

maior respeito pelos limites corporais dos colegas, reforçando o desenvolvimento de atitudes mais respeitosas e conscientes. Esse ambiente mais acolhedor também impactou positivamente o comportamento geral das crianças, que se tornaram mais colaborativas e seguras ao interagir entre si.

As atividades lúdicas, como o teatro de fantoches e as oficinas de contação de histórias, revelaram-se eficazes em estimular a participação das crianças e em facilitar a compreensão de temas complexos de forma lúdica e envolvente. As crianças, ao serem expostas a personagens que encenavam situações cotidianas, demonstraram grande capacidade de identificar-se com os personagens e refletir sobre suas próprias vivências. Esse aspecto foi destacado pela educadora do centro, que apontou que as atividades lúdicas permitiram que as crianças se sentissem à vontade para explorar questões delicadas de uma maneira natural e desprovida de constrangimento.

Por meio da observação participante, verificou-se que as crianças responderam de maneira positiva às oficinas, interagindo com entusiasmo e apresentando curiosidade em relação aos temas abordados. As questões relacionadas à higiene corporal e à prevenção de abusos, por exemplo, foram assimiladas de forma leve, com as crianças demonstrando capacidade de aplicar o conhecimento em seu cotidiano. Em consonância com Souza (1999), que destaca a importância de uma abordagem sensível ao estágio de desenvolvimento infantil, as atividades foram planejadas e executadas de forma a respeitar o tempo de assimilação e a maturidade emocional de cada faixa etária.

Os vídeos exibidos ao longo das atividades complementaram o conteúdo das rodas de conversa e das oficinas lúdicas, ajudando a esclarecer dúvidas mais complexas levantadas pelas crianças. O formato audiovisual foi bem recebido, sendo percebido como uma forma eficaz de transmitir informações e gerar reflexões. Através do feedback, a educadora relatou que os vídeos contribuíram para solidificar o entendimento de conceitos trabalhados durante as atividades, sobretudo aqueles relacionados à diferenciação entre partes

íntimas e partes públicas do corpo.

A análise dos resultados qualitativos demonstrou que, após a conclusão do projeto, houve uma significativa mudança perceptiva nas crianças em relação ao corpo e à sexualidade. Essa mudança foi evidenciada tanto pelos relatos das próprias crianças durante as atividades, quanto pelos relatos dos educadores no feedback. As crianças, além de compreenderem melhor as questões corporais, passaram a reconhecer situações de risco com maior clareza e demonstraram disposição em discutir abertamente qualquer desconforto relacionado ao contato físico.

Outro ponto observado foi a evolução na autoestima das crianças, que, ao longo das atividades, passaram a expressar suas emoções e preocupações de forma mais segura e confiante. O desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais reforça o papel da educação sexual infantil na promoção da saúde integral, conforme defendido por Ribeiro (1990), que considera a educação sexual não apenas como um processo informativo, mas também formativo, voltado ao desenvolvimento emocional e à proteção da criança.

A partir da análise de conteúdo do feedback coletado, utilizando a técnica de Bardin (2011), verificou-se que o projeto atingiu os objetivos propostos, promovendo uma educação sexual inclusiva e sensível ao desenvolvimento infantil. Tanto a coordenação, como assistente social e educadora relataram mudanças substanciais no comportamento das crianças, notando uma maior abertura para discutir temas relacionados à sexualidade e ao respeito pelo próprio corpo.

Em síntese, os resultados obtidos comprovam a eficácia das abordagens inclusivas e lúdicas na educação sexual infantil, mostrando que é possível discutir temas complexos de maneira acessível e respeitosa, promovendo a saúde física e emocional das crianças.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo atingiu de maneira satisfatória os objetivos propostos, que visavam capacitar futuros pedagogos a abordar, de

forma apropriada e inclusiva, a educação sexual infantil. As atividades desenvolvidas proporcionaram às crianças a conscientização sobre o respeito ao próprio corpo, reforçando o entendimento sobre a importância de limites pessoais e o respeito mútuo no ambiente educacional e social. Além disso, os resultados indicam que a metodologia lúdica e dialógica adotada contribuiu significativamente para a assimilação de temas sensíveis como a sexualidade, adequando-se à faixa etária das crianças e respeitando seu estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional.

A parceria estabelecida entre o Centro Juvenil Maria Auxiliadora e a Faculdade Raimundo Marinho foi um elemento fundamental para o sucesso do projeto. A colaboração de da administração, assistente social, educador do centro e os estudantes de pedagogia criou uma rede de apoio que potencializou a implementação das atividades, resultando em um ambiente socioeducacional mais acolhedor e aberto ao diálogo sobre questões relacionadas ao corpo e à sexualidade. Essa interação colaborativa destacou a relevância de envolver múltiplos agentes na promoção de uma educação sexual que seja eficaz e preventiva, abordando a sexualidade de maneira inclusiva e respeitosa.

Conclui-se que a educação sexual infantil, quando conduzida de forma adequada e sensível às necessidades das crianças, é um componente indispensável para o desenvolvimento integral. A conscientização sobre os direitos do corpo e a prevenção de abusos, trabalhados através de atividades lúdicas e discussões abertas, fortaleceu a autoestima das crianças e sua capacidade de expressar dúvidas e preocupações. Os dados coletados e analisados demonstraram uma correlação clara entre as atividades realizadas e a melhoria das atitudes das crianças em relação ao respeito por si mesmas e pelos outros, além de uma maior disposição para discutir temas relacionados à sexualidade.

Por fim, este estudo reafirma a necessidade de incluir a educação sexual no currículo das instituições de cunho educacional de forma transversal, como defendido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais

(BRASIL, 2001), e aponta para a importância de formar pedagogos preparados para mediar essas discussões com sensibilidade e conhecimento. O estudo diante da aplicação das ações do projeto também contribui para a literatura acadêmica ao mostrar que a educação sexual infantil pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da saúde emocional e na proteção contra abusos, desde que abordada de maneira lúdica, inclusiva e participativa. Assim, os objetivos gerais e específicos deste trabalho foram plenamente alcançados, comprovando a relevância das estratégias educativas implementadas.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 29 julho. 2024.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 29 julho. 2024.

COSTA, M. R.; PEREIRA, A. L. A transversalidade da educação sexual nas escolas. Revista de Educação e Sociedade, v. 12, n. 3, p. 45-62, 2023.

FONSECA, L. C. A educação sexual infantil como ferramenta de proteção e empoderamento. Revista Brasileira de Educação Sexual, v. 15, n. 1, p. 20-36, 2020.

LOPES, T. S.; ANDRADE, R. B. Formação docente e práticas inclusivas na educação sexual infantil. *Educação e Diversidade*, v. 8, n. 2, p. 110-128, 2023.

ONU. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Nova Iorque, 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em 29 de junho de 2024.

RIBEIRO, A. L. Educação lúdica: práticas pedagógicas na infância. São Paulo: Editora Educacional, 1990.

SANTOS, P. R. Currículo e subjetividade infantil: uma abordagem crítica. *Educação em Foco*, v. 10, n. 4, p. 56-72, 2022.

SOUZA, A. C. de. A importância da orientação sexual nas escolas. *Revista Brasileira de Educação Sexual*, v. 3, n. 2, p. 35-47, 1999.

# **DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE INDÍGENA SANTA LUZIA DE ORIGEM XUCURU – KARIRI PARA SOBREVIVER LONGE DA ALDEIA: COMO POSSO TE AJUDAR?**

---

Jaíne Ferreira Lima <sup>1</sup>

Maura Roberta Soares Santos<sup>2</sup>

Simone Santos de Jesus<sup>3</sup>

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Msc. Maria Lúcia Pereira Silva Lima<sup>4</sup>

## **RESUMO**

O objetivo central desse artigo é conhecer os desafios da comunidade indígena Luzia da etnia Pankararu para sobreviver longe da aldeia e intervir em suas necessidades básicas por meio de campanhas que sejam possíveis de amenizar o problema. O tema surgiu a partir de visitas realizadas à comunidade onde se percebeu, através de questionamentos com os indígenas os incontáveis desafios que eles enfrentam vivendo longe da aldeia e distante de seu grupo social. Entre esses desafios destacam-se de as questões emocionais, culturais a partir da aculturação sofrida naturalmente na cidade. Com isso, a educação patrimonial, principalmente para crianças pode assegurar que conhecimentos se mantenham em grupos étnicos-culturais, promovendo assim uma verdadeira resistência cultural. Sendo assim, as atividades realizadas a

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Jayneflima2012@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Roberta22016@outlook.com

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Simone.1987jesus@gmail.com

<sup>4</sup> Professora Mestra, docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Luciapera.naty@hotmail.com.

partir do projeto de extensão, serviram para promover um espaço de interação e valorização da cultura indígena, na comunidade de Luzia e sociedade penedense. A metodologia aplicada foi a pesquisa-ação, uma vez que se tratou de um projeto de extensão com intervenção direta na realidade estudada, ao mesmo tempo, os instrumentos de intervenção foram roda de conversa, dinâmicas executadas em cada um dos cinco encontros realizados. Os resultados obtidos tiveram relação com o reconhecimento identitário das crianças a partir dos temas propostos em cada encontro, com a promoção da educação patrimonial a partir da cultura indígena.

**Palavras-chave:** Desafios. Indígena. Valorização.

## 1 INTRODUÇÃO

As comunidades indígenas no Brasil enfrentam uma série de desafios quando precisam deixar suas aldeias de origem e se estabelecer em áreas urbanas. Esse deslocamento muitas vezes acarreta um processo de adaptação a novas culturas e a realidades diversas, que podem impactar a preservação de suas tradições e identidades culturais. A Comunidade Indígena Luzia, de origem Pankararu, situada na cidade de Penedo/Alagoas, é um exemplo de grupo que lida com esses desafios ao buscar meios para manter viva a sua cultura enquanto se integra à sociedade local.

Nessa situação, o projeto “Desafios enfrentados pela comunidade indígena Luzia de origem Pankararu para sobreviver longe da aldeia: como posso te ajudar?” foi desenvolvido com o intuito de promover um espaço de interação e valorização da cultura indígena Pankararu. A iniciativa, realizada com a turma de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho em Penedo, buscou aproximar as acadêmicas das tradições indígenas, incentivando a compreensão mais profunda das riquezas culturais e desafios enfrentados por essas comunidades, bem como, compreender essa cultura para atuar

futuramente, enquanto pedagogos, com habilidades que contemplem os aspectos da educação indígena. Através desse projeto, foi possível proporcionar uma experiência de aprendizado intercultural, essencial para a formação de educadoras sensíveis e inclusivas.

No primeiro encontro ocorrido na comunidade, foi realizado uma roda de conversa com as lideranças da comunidade para conhecer a realidade cultural e social. Aqueles dois líderes indígenas, conhecidos como Olho D'água e Tucunaré, além de apresentar sua cultura, também discorreram sobre as situações de preconceito vivenciadas na sociedade e as dificuldades de sobrevivência.

No segundo encontro, foi explorada a musicalidade indígena e construídos instrumentos musicais com materiais reciclados, inspirados nos que são utilizados pela cultura Pankararu. Essa atividade prática permitiu às acadêmicas não apenas conhecer a música indígena, mas também vivenciar parte de sua criação. Durante o processo, as acadêmicas puderam refletir sobre a importância da música como um elemento cultural que une as comunidades e carrega significados e histórias transmitidas por gerações.

O terceiro encontro foi dedicado à arte da pintura indígena, um aspecto visual e simbólico profundo na cultura Pankararu. As acadêmicas tiveram a oportunidade de aprender sobre o significado das pinturas, que representam mais do que elementos decorativos, mas também identidades, valores e símbolos de pertencimento. Essa atividade possibilitou que as acadêmicas conhecessem os significados e a riqueza da tradição pictórica dos povos indígenas, além de experimentar a aplicação das pinturas em suas próprias peles, ampliando a compreensão e o respeito por esses saberes.

A culinária indígena foi o foco do quarto encontro, permitindo à turma experimentar e compreender a cultura alimentar Pankararu. O preparo e a degustação de pratos típicos trouxeram uma dimensão prática e sensorial, que aproximou as acadêmicas dos costumes e das práticas alimentares da comunidade indígena. Essa experiência trouxe uma reflexão sobre a relação da alimentação com o território, a

sustentabilidade e a espiritualidade, que são centrais para a vida dos povos indígenas.

No quinto encontro, aconteceu a culminância do projeto, naquele momento, além das brincadeiras com a criançada indígena, houve uma apresentação cultural chamada Toré *“um ritual indígena que envolve performance corporal e música, e se reveste de um sentido mágico-espiritual”*.( Cunha, 2008, p 4). Além disso, esse momento final foi uma celebração rica da cultura Pankararu, onde os indígenas compartilharam danças, cânticos e vestimentas típicas, proporcionando às acadêmicas uma vivência autêntica e enriquecedora. Através desse intercâmbio cultural, o projeto reforçou a importância de iniciativas educacionais que promovam o diálogo entre culturas diferentes e valorização do patrimônio cultural indígena, contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária.

## **2. DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS POVOS INDÍGENAS LONGE DA ALDEIA**

As maiores dificuldades enfrentadas pelas comunidades e pelas organizações indígenas diz respeito a aceitar e lidar com o modelo burocrático de organização social, política e econômica dos brancos, muitas vezes, os indígenas são obrigados a adotar outras culturas nas suas comunidades para sobreviver, então, apesar de uma resistência profunda, suas origens podem ser enfraquecidas conforme o seguinte:

O modelo de organização social, no formato de associação institucionalizada, não respeita o jeito de ser e de fazer dos povos indígenas. Os processos administrativos, financeiros e burocráticos, além de serem ininteligíveis à racionalidade indígena, confrontam e ferem os valores culturais dos seus povos, como o de solidariedade, generosidade e democracia. O modelo hierarquizado de uma diretoria de associação formal, por exemplo, além de criar conflitos de poder dentro da comunidade indígena, cria também diferenciações sociais e econômicas e fragiliza o valor da democracia horizontal, na qual o poder de decisão é um direito inalienável de todos os indivíduos e grupos que compõem a comunidade. O modelo associativo geralmente entra em conflito

com os modos tradicionais de organização social, política e econômica da comunidade ou do povo indígena e são pouco compreensíveis para as comunidades, impedindo qualquer apropriação consciente e qualificada desse instrumento. No entanto, é o único caminho para o acesso a recursos públicos ou da cooperação internacional. (Beniwa, 2007, pág. 82)

Entende-se, portanto, que o desafio é como tornar compatível as diferenças de lógicas, racionalidades e formas operacionais de tomar decisões, de distribuição de bens e produtos, de organização das diferentes tarefas e responsabilidades, da noção de autoridade, de poder, de serviço e de representação política.

Outro grande desafio é como as comunidades indígenas resistem à histórica sedução do mundo branco. A ilusão de um ideal de vida acima do bem e do mal do mundo moderno, baseado no suposto poderio da tecnologia e da economia cumulativa e individualista, seduz os povos indígenas e deixa-os atônitos quanto aos seus horizontes socioculturais próprios.

A remota promessa de felicidade possível, acessível por meio da competição, da concorrência e da concentração individual de riqueza e de poder, passa a concorrer com o ideal de vida baseado no bem-estar social coletivo, no qual a generosidade e a igualdade de oportunidades e de condições de vida são valores primordiais.

O poder político e econômico individualizado e diferenciado não apenas seduz, mas também corrompe. E os povos indígenas não estão isentos dessa tragédia do mundo contemporâneo. No entanto, como administrar e equacionar a pressão e a dominação ideológica e psicológica dos modelos de vida da sociedade branca capitalista, individualista e materialista que se contrapõem aos modelos de sociedades indígenas comunitárias, coletivas, que privilegiam a vida em detrimento dos bens materiais? (Beniwa, 2007, pág. 83)

Não se pode esquecer que o esquecimento dos modos próprios de vida pelos povos indígenas, além de lhes trazer o não-reconhecimento como povos indígenas, faz com que percam os principais direitos, como à terra coletiva e às políticas diferenciadas.

Finalmente, o grande desafio dos povos indígenas é como garantir de forma definitiva e em determinadas condições sociojurídicas ou de cidadania o seu espaço na sociedade brasileira atual, sem necessidade de abrir mão do que lhe é bem próprio: as culturas, as tradições, os conhecimentos e os valores.

## **2.1 Indígenas e a educação patrimonial**

A educação patrimonial é fundamental para a preservação e valorização da identidade cultural de grupos étnicos, especialmente em um contexto de aculturação e migração. A educação patrimonial não apenas promove o reconhecimento e a valorização das tradições culturais, mas também oferece uma ferramenta para a resistência cultural em face das pressões de assimilação. Em comunidades indígenas, como a Pankararu, essa prática educacional pode ajudar as novas gerações a manterem-se conectadas com suas raízes, mesmo quando estão inseridas em ambientes urbanos que muitas vezes desconsideram suas culturas.

A questão dos indígenas em contextos urbanos é extremamente invisível e apagada perante a sociedade, inclusive no movimento indígena tradicional. Porém, indígena é indígena em qualquer lugar, inclusive nas cidades. Hoje, a maioria dos centros urbanos acima de 50 mil habitantes têm indígenas, e essa é uma realidade que se perpetua desde o começo de nossa história. Afinal, não foi a aldeia que chegou na cidade, mas a cidade que chegou na aldeia (Klintowitz et al, 2020, p.5).

Além disso, a intersecção entre educação e diversidade cultural é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Através de abordagens pedagógicas que incorporam elementos culturais das comunidades indígenas, educadores e alunos podem fomentar um diálogo intercultural que enriquece o processo de aprendizagem. Conforme apontado por Gatti (2015), essa interação não apenas valoriza o conhecimento ancestral, mas também contribui para

a formação de identidades plurais e para a promoção da equidade no ambiente escolar, essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, a prática da pesquisa-ação, como metodologia utilizada em projetos de extensão, se mostra eficaz para engajar tanto acadêmicos quanto membros da comunidade em um processo colaborativo de aprendizado e troca cultural. Thiollent (1995) destaca que essa abordagem permite que os participantes sejam coautores de suas experiências, fortalecendo o reconhecimento e a valorização de suas tradições. Assim, iniciativas que promovem a educação patrimonial, como o projeto desenvolvido com a Comunidade Santa Luzia, não apenas favorecem a construção da identidade cultural entre as crianças, mas também capacitam futuros educadores a atuar de maneira sensível e inclusiva, contribuindo para a diversidade e pluralidade no ambiente escolar.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo é fruto do projeto de extensão que foi pensado e executado pelos acadêmicos do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, no ano de 2024, a de forma curricularizado com a disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais, Indígenas Afrodescendentes. As ações foram realizadas com a intenção de fomentar a difusão cultural, o respeito a etnias e raças diferentes e promover a igualdade e inclusão de povos e grupos marginalizados socioculturalmente, sobretudo os indígenas da Comunidade Luzia em Penedo/Alagoas.

A metodologia escolhida para a execução do projeto foi a pesquisa-ação, que é, segundo Thiollent (1995, p. 14) “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”, no caso deste projeto foram realizadas ações socioeducativas e socioculturais com crianças indígenas da etnia

Pankararu em Penedo-Al, que fazem parte da comunidade Santa Luzia e envolveu a intervenção dos discentes na realidade das crianças visando a educação patrimonial da cultura indígena.

O projeto foi executado em cinco encontros e em cada um a intervenção foi realizada com a intenção de despertar nas crianças e demais participantes a compreensão acerca de sua cultura originária, para além das aculturações que podem sofrer convivendo na sociedade urbana e não indígena. O projeto também contou com a execução de campanhas de roupas, calçados, alimentos, lençóis e alimentação.

Assim sendo, o primeiro encontro foi realizado dia 3 de outubro, onde toda turma esteve presente em uma roda de conversa que teve a intenção de ouvir as lideranças indígenas daquela comunidade, trocar ideias e experiências. Durante aquele momento, houve a realização de algumas perguntas referentes à vida e os costumes tradicionais indígenas com direcionamento pedagógico. Naquele primeiro momento, também foi feita a doação de alimentos.

No segundo encontro, dia 10/10, a turma foi dividida em dois grupos 1º e 2º, cada um com cinco pessoas. Nesse encontro a equipe confeccionou, junto as crianças um maracá, instrumento musical, de origem indígena, trazendo a música como elemento cultural influente nas vivências cotidianas indígenas e buscando compreender como a educação pode influenciar no processo de aprendizagem para além da sala de aula. Após isso, foram realizadas algumas fotografias como registro e observação, e por fim um lanche foi servido.

No terceiro dia, 17/10 o grupo dois trabalhou a pintura corporal com desenhos e grafismos indígenas, trazendo mais uma categoria de arte produzida pelos povos originários como elemento de produção de educação patrimonial e aproximação sociocultural entre pessoas de costumes diferentes – discentes e crianças indígenas – colocando em prática a pesquisa-ação e as intervenções propostas na extensão.

Dia 24/10 aconteceu o quarto encontro. Nesse momento a culinária foi o ponto principal, o tema da intervenção junto as crianças. Nesse momento as ferramentas de observação e registro se fizeram presentes agregando ainda mais a intervenção e entendimento do

conhecimento das crianças acerca do que estava sendo proposto.

Por fim, dia 31/10, o quinto e último encontro foi realizado. Assim como nos outros o processo investigativo e interventivo propiciou aos alunos e as crianças a vivência de experiências culturais únicas, utilizando a dança como elemento artístico final de culminância do projeto, onde todos participaram e ao fim mais alimentos foram doados para as famílias das crianças participantes do projeto. Como método de análise de dados, foi utilizado a análise descritiva onde os dados coletados em campo, na execução do projeto, são interpretados a partir do que se pretendia na construção do projeto, a fim de que efetive as ações interventivas do projeto de extensão.

### **3 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

As discussões sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas que vivem longe de suas aldeias têm despertado o interesse de educadores em buscar formas de preservar e valorizar a cultura originária, especialmente no contexto urbano, onde o distanciamento cultural pode ser acentuado. A realização do projeto "Desafios Longe da Aldeia: Como Posso Te Ajudar?" proporcionou aos acadêmicos e às crianças da Comunidade Santa Luzia a oportunidade de explorar e reforçar aspectos da cultura Pankararu por meio de atividades interativas e práticas que aproximaram a comunidade do ambiente acadêmico da Faculdade Raimundo Marinho, fortalecendo a parceria entre a instituição e a comunidade indígena. As atividades foram essenciais para compreender a importância da educação patrimonial, conforme as evidências seguintes:

**Figura 1** – Primeiro dia de visita à Comunidade Indígena Luzia de origem Pankararu



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

Este foi o primeiro momento em que apresentamos o nosso projeto para a Comunidade indígena Luzia. Fomos recebidas pelo Pagé chamado pelos seus familiares de “Olho D’água” e outros que são lideranças lá na comunidade. Eles falaram dos seus desafios das doações que recebem para sobreviver, do trabalho de catar recicláveis, do preconceito da sociedade, da necessidade deles terem um pedacinho de terra para morar, já que são apaixonados pela natureza. Também falaram do trabalho da Professora Lúcia, nossa orientadora, que acompanha eles desde 2019.

**Figuras 2 e 3** – Confeção de instrumentos musicais indígenas



**Fonte:** autores do trabalho (2024)



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

**Figura 4** – Apresentação do maracá construído pelos indígenas



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

Esse momento de construção do instrumento musical e da dança a partir dele, foi muito importante, tanto para nós que estamos na sociedade do lado de cá, quanto para os indígenas que estão enfrentando o desafio de viver longe da aldeia e muitas vezes precisam se adequar aos costumes do povo branco como eles assim chamam. O envolvimento foi

especialmente notado na confecção dos instrumentos musicais, em que as crianças demonstraram orgulho ao criar objetos que remetem às tradições de seu povo. Via-se a alegria estampada nos olhos daquelas crianças que inicialmente estavam cabisbaixas, desconfiadas e tímidas.

**Figuras 5 e 6 – Pintura corporal com grafismos tradicionais**



**Fonte:** autores do trabalho (2024)



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

A atividade com pintura corporal proporcionou momentos de expressão e troca cultural, contribuindo para o fortalecimento da identidade Pankararu das crianças e incentivando a valorização de suas origens. Outro momento muito rico foi sobre a alimentação indígena.

**Figuras 7 e 8 – Interação culinária com receitas Pankararu**



**Fonte:** autores do trabalho (2024)



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

De acordo com Porfírio (2024, p. 3), a alimentação indígena costumava ser baseada no consumo de frutas, legumes, verduras, raízes, caules, peixes e carnes de caça. Frutos como o caju e o açaí eram comuns na alimentação de povos de algumas localidades, como o Norte e o Nordeste brasileiros. Porém, nos dias atuais, apesar de ainda manterem alguns hábitos alimentares, os indígenas que ainda sobrevivem, tiveram que se adaptar aos hábitos alimentares da sociedade brasileira contemporânea.

**Figuras 9 e 10** – Apresentações de danças, cânticos e entrega de doações.



**Fonte:** autores do trabalho (2024)



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

**Figuras 11, 12, 13, 14 – Ecerramento das atividades de extensão na Comunidade Indígena Luzia.**



**Fonte:** autores do trabalho (2024)

Nessa atividade foi percebido a grande alegria que se misturava às danças e ao recebimento das doações. Percebemos que para eles, basta algo simples, que seja necessário para a sobrevivência.

A apresentação final, com danças e cânticos, foi um momento de celebração e pertencimento, onde as crianças puderam vivenciar e compartilhar suas tradições de forma significativa com os acadêmicos, reforçando o aprendizado intercultural e promovendo um ambiente inclusivo.

Durante essas atividades, foi percebido que as crianças participaram de forma entusiasmada, mostrando-se interessadas em

aprender sobre sua cultura e compartilhar suas histórias com os acadêmicos.

Essas ações atendem aos objetivos da educação patrimonial estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – EF02HI01: Identificar elementos da cultura própria e de outras culturas de seu convívio; EF02HI03: Valorizar a importância da preservação da memória e dos saberes das culturas indígenas (BNCC, 2017).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto "Desafios Longe da Aldeia: Como Posso Te Ajudar?" foi uma experiência transformadora, tanto para as acadêmicas quanto para a Comunidade Indígena Santa Luzia. Ao longo dos encontros, foi possível estabelecer um diálogo intercultural significativo, que permitiu o entendimento e a valorização das tradições e saberes da cultura Pankararu. Através da música, pintura, culinária e das apresentações culturais, as acadêmicas puderam vivenciar uma parte da rica diversidade que compõe o patrimônio cultural indígena brasileiro, ampliando sua visão sobre a importância da inclusão e do respeito à identidade de cada povo.

Além de fortalecer o aprendizado teórico sobre a diversidade cultural, o projeto proporcionou momentos práticos de reflexão e interação que serão fundamentais para a formação das futuras educadoras. Essas vivências mostraram que o papel do pedagogo vai além da sala de aula, alcançando uma dimensão de cidadania e de respeito às diferenças, essenciais para construir uma educação realmente inclusiva e justa.

Os desafios enfrentados pela Comunidade Santa Luzia fora de sua aldeia também trouxeram lições importantes sobre a necessidade de políticas públicas que valorizem e apoiem os povos indígenas em sua luta pela preservação cultural. Como acadêmicas de Pedagogia, compreendemos o impacto e a relevância de acolher e respeitar as identidades culturais em nosso trabalho, o que fortalece nosso

compromisso em promover uma educação que respeite as diferenças e seja capaz de integrá-las.

Dessa forma, a experiência vivenciada nesse projeto nos prepara para atuar de maneira mais sensível e humanizada, reconhecendo o valor das culturas indígenas e a importância de iniciativas que promovam o intercâmbio entre elas e a sociedade em geral. Acreditamos que esses encontros foram apenas o início de um processo de aprendizado mútuo, que nos incentivará a buscar práticas pedagógicas que valorizem e integrem a diversidade em todos os contextos educativos.

Por fim, esse artigo “Desafios enfrentados pela comunidade indígena Santa Luzia de origem Pankararu para sobreviver longe da aldeia: como posso te ajudar?” contribuiu para o fortalecimento do nosso compromisso em construir uma educação inclusiva, onde a cultura indígena, representada pela Comunidade Santa Luzia, é reconhecida como parte essencial da formação humana. Esse projeto nos lembrou da riqueza que existe na troca cultural e de nosso papel na criação de espaços onde todas as culturas sejam respeitadas e celebradas.

## **6 REFERÊNCIAS**

BANIWA, Gersem Luciano. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo**. Tellus, ano 7, n. 12, abr. 2007. Campina Grande, 2007.

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf).

Acesso em: 15 de maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em:<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19out. 2024.

KLINTOWITZ, Danielle, CORREIA, Fernanda e AGUIAR, Marcos. **Indígenas no espaço urbano: não foi a aldeia que chegou na cidade mas a cidade que chegou na aldeia.** 20 Abr 2020. *ArchDaily Brasil.* Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/937793/indigenas-no-espaco-urbano-nao-foi-a-aldeia-que-chegou-na-cidade-mas-a-cidade-que-chegou-na-aldeia> > ISSN 0719-8906. Acesso em: 20 de out. 2024.

PENEDO, **Regulamento de Atividades Extensionistas,** Faculdade Raimundo Marinho, 2022.

PORFIRIO,Francisco.**Cultura indígena;** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-indigena.htm>. Acesso em 07 de out. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1995

# DISCUSSÕES E REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO EXTENSIONISTA: “FAMÍLIA E FOCO: ORIENTAÇÃO E APOIO JURÍDICO NA COMUNIDADE”

---

Laura Lima BRANCO<sup>1</sup>

Marcele Farias dos SANTOS<sup>2</sup>

Yasmin Isaelly de Lima RAMOS<sup>3</sup>

Ulysses Xavier PINHEIRO<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente artigo é resultado do Projeto de Extensão “Família em Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”, desenvolvido pelo 6º Período da Faculdade de Direito da Raimundo Marinho – Penedo/AL. A proposta inserida visa pelo cumprimento de uma responsabilidade social da instituição de ensino, e tem como objetivo promover diálogos com a sociedade viabilizando o acesso ao Direito. Buscou-se realizar a conscientização da população e auxiliá-los em tópicos relacionados ao Direito da Família e suas implicações. Foi utilizado o processo de Consulta Jurídica Gratuita em conjunto com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Raimundo Marinho - Penedo/AL. As consultas ocorreram por meio de demanda espontânea, e foram realizadas aplicação de questionários de sondagem para

---

<sup>1</sup> Discente da disciplina de Direito de Família, integrante da grade curricular do 6º período de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.

<sup>2</sup> Discente da disciplina de Direito de Família, integrante da grade curricular do 6º período de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.

<sup>3</sup> Discente da disciplina de Direito de Família, integrante da grade curricular do 6º período de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.

<sup>4</sup> Docente no curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo; Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pampa e especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela mesma instituição; Graduado em Turismo (bacharelado) pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ulyssesxp@outlook.com.

averiguar e avaliar a funcionalidade do projeto, e sua utilidade para a população. Ao todo foram atendidas mais de oitenta munícipes da cidade de Penedo e Região, resultando em vinte e quatro avaliações de atendimento e dez agendamentos de atendimento especializado a ser realizado pelo NPJ, com possível ajuizamento de ações judiciais, cumprindo o objetivo geral deste projeto.

**Palavras-chave:** direito civil; direito de família; afetividade; responsabilidade.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como se desenvolveu o projeto extensionista: “Família e Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”, que aconteceu como parte integrante da disciplina de Direito de Família, constante na grade curricular regular do 6º período do curso de Direito, da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e se desenvolveu no semestre 2024.2, na cidade de Penedo-AL.

A família é considerada uma instituição social básica, e é a partir da qual se desenvolvem as demais, onde ela cumpre um papel social fundamental. No entanto, ao longo do tempo, as relações familiares têm passado por grandes transformações, devido às mudanças sociais, culturais e econômicas que caracterizam a sociedade moderna.

Faz-se importante ressaltar o quanto as mudanças na sociedade, têm afetado significativamente a vida familiar, desde o modelo de formação até o provedor do sustento. Por exemplo, o conceito de família se ampliou e não existe um modelo único. Hoje, é possível ter uma família tradicional com um pai e uma mãe ou com duas mães ou com dois pais, e a adoção legal é um direito.

No decorrer das transformações sociais, o direito de família conjuntamente mudou sua concepção acerca do instituto jurídico “família”, antes conceituado na figura paternalista e baseado unicamente em filiação biológica entre homem e mulher. Hoje o estado

de filiação não-biológico ou socioafetivo em meio a este cenário democrático ganha força, bem como princípios, ensejando então, em segurança jurídica de quem advém dele, garantindo pleno desenvolvimento.

O Código Civil de 2002 veio adequar importante parte da legislação brasileira às transformações sociais pelas quais passamos nas últimas décadas, objetivando a adequação à realidade social brasileira, e editou normas que regulam as relações matrimoniais e patrimoniais do direito familiar.

Daí a importância do Direito de Família, que é um ramo do Direito Civil, que trata de assuntos que afetam a vida de muitas pessoas, pois é responsável por regular as relações pessoais e patrimoniais decorrentes do casamento, união estável, concubinato, do parentesco, divórcio, da tutela e da curatela, da guarda dos filhos, alimentos, partilha de bens e pensão por morte; e diz respeito ao progressivo reconhecimento de direitos relativos à sociedade de fato para a convivência.

Seguindo esse raciocínio, o referido projeto extensionista, denominado “Família em Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade” trouxe como objetivo geral: oferecer orientação jurídica gratuita para famílias em comunidades de baixa renda sobre questões relacionadas ao direito de família, como casamento, divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade. Já como objetivos específicos, trouxe: (i) realizar atendimentos jurídicos pontuais no centro histórico ou em centros comunitários para esclarecer dúvidas e orientar sobre procedimentos legais relacionados ao direito de família, como casamento, divórcio, reconhecimento de paternidade, guarda de filhos e pensão alimentícia; (ii) desenvolver e distribuir materiais educativos, como folhetos, cartilhas e/ou guias práticos, que expliquem de forma acessível os direitos e deveres das famílias em temas relevantes; e (iii) identificar e encaminhar casos mais complexos para o núcleo de prática jurídica da Faculdade Raimundo Marinho, garantindo acompanhamento contínuo e especializado para as famílias que necessitam de apoio jurídico adicional.

Não distante desses objetivos, o presente *paper* traz como objetivo geral apresentar discussões e reflexões acerca do projeto extensionista: “Família e Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”. Como objetivos específicos, (i) relatar de forma sucinta temas sensíveis relacionados com o Direito de Família e que foram trabalhados no projeto extensionista “Família e Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”; (ii) discorrer sobre a metodologia aplicada no projeto extensionista “Família e Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”; e (iii) apresentar e analisar os resultados obtidos a partir da aplicação prática do projeto extensionista “Família e Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”.

A relevância nesse assunto, está no fazer com que a sociedade entenda as mudanças e evoluções que o instituto “família” sofreu nos últimos tempos e passem a compreender a importância do valor social da mesma, e o entendimento de que ela é mutável, pois, novos arranjos familiares surgem e modelos tradicionais já não são a regra geral absoluta. Por outro lado, em maior medida, aproximar a comunidade acadêmica de conceitos tão caros e presente no cotidiano da população, com o apoio e orientação jurídica de qualidade e de forma acessível.

## **2. TEMAS SENSÍVEIS RELACIONADOS COM O DIREITO DE FAMÍLIA**

No presente capítulo serão elencados os temas mais sensíveis relacionados com o direito de família e sua importância para a sociedade. Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas, bem como diante da notória demanda por atendimentos junto ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, tais temas se revelam como mais procurados e que atraem maior carência de apoio e orientação jurídica especializada e de qualidade.

## 2. 1. Casamento e União Estável

O Código Civil, em seu Art. 1.511, estabelece o casamento como uma “comunhão de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Mas essa visão de comunhão de vida, foi estabelecida após a CRFB/88 ao estabelecer que os direitos e deveres devem ser exercidos pelo homem e pela mulher envolvidos na sociedade conjugal, tornando-se um direito personalíssimo. Anterior a isso, o casamento era visto sob uma perspectiva institucionalista, que colocava os achismos civis acima da proteção e felicidade dos indivíduos.

Rizzardo (2019), define casamento como um contrato solene entre duas pessoas que possuem a intenção de constituir uma família em comunhão completa de suas vidas. Portanto, a relação matrimonial possui em seu caráter mais amplo essa expressão de comunhão de vidas ou de afetos. Através dele são desenvolvidos vínculos entre os noivos, e a plena comunhão é celebrada com sublimidade pelo casamento (BOMZANINI, 2014 apud OLIVEIRA, 2002)

Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves (2024), o casamento é:

(...) o negócio jurídico de Direito de Família por meio do qual um homem e uma mulher se vinculam através de uma relação jurídica típica, que é a relação matrimonial. Esta é uma relação personalíssima e permanente, que traduz ampla e duradoura comunhão de vida (GONÇALVES, 2024, p.40.)

No entanto, dentro do instituto do casamento, é necessário ficar atento ao que o Direito chama de “Capacidades”. Como uma regra com exceções, e por força do Art. 1.521<sup>5</sup> do Código Civil, o casamento

---

<sup>5</sup>Art. 1.521. Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta; III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o

possui limitações para sua execução, e firmamento de contrato conjugal.

Assim sendo, e diante de ordem tão expressa pelo Código Civil, os casamentos que forem realizados por pessoas que estejam enquadradas nesses aspectos trazidos pelo Art. 1.521, tem seu casamento automaticamente anulado.

Maria Berenice Dias (2023) aborda os impedimentos absolutos compreendendo a vedação absoluta de matrimônio entre pessoas que dividem parentescos, tais como: pais e filhos, sogros, genros ou noras (parentes e afins em linha reta), e irmãos considerando assim a proibição de incesto. Com o advento da união estável, esse rol de impedimentos aumentou trazendo, à exemplo, proibição de casamento entre o cônjuge que esteve em união estável e o filho do outro cônjuge, mesmo após a dissolução da união estável.

De outra banda, faz-se necessário considerar, que não há uma hierarquia entre Casamento e União Estável. A união estável surge após um processo histórico que culmina na Constituição Federal de 1988 ao incluir o termo “entidade familiar” em sua definição de família. Passando assim, a proteger aqueles relacionamentos não constituídos por meio do casamento (BOMZANINI, 2014).

O mesmo autor ressalta que ainda diante dessa nova perspectiva de conceito para o antes conhecido como Concubinato, agora União Estável, ainda era utilizado no Brasil a Súmula 380 do STF-143, definindo os concubinatos como sócios de uma relação e sem a inclusão de benefícios próprios e de direito na união estável, como o Direito sucessório.

Apenas com a promulgação da Lei nº 9.278/96, a Lei da União Estável, esse conceito foi se modificando e passando a ser considerado regimes de bens, e direitos sucessórios para os descendentes de casais com união estável, gerando participação igualitária entre os cônjuges (BOMZANINI, 2014).

---

adotado com o filho do adotante; VI - as pessoas casadas; VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Somente em 2002, o Código Civil, passa a reconhecer em seu Art. 1723, a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura” desde que seja o objetivo dessa união a constituição de uma família. A união estável se torna assim um ato jurídico, que serve como um meio de dar voz aos direitos daqueles que possuem esse tipo de relação (BOMZANINI, 2014).

Quanto às exceções causadoras de impedimentos e suspensões da união estável, estes estão previstos no Art. 1.723, §1º, do Código Civil, que destaca o Art. 1.521, onde estão as proibições para o casamento, sendo essas as mesmas causas de suspensão e impedimentos para a união estável (DIAS, 2023. p.184).

## **2.2. Divórcio, Partilha de Bens e Regime de Bens**

Assim como o casamento era visto para o direito como um instituto indissolúvel, com a força da lei imposta pelo Código Civil de 1916, o divórcio se tornava impossível, a dissolução dessa sociedade entre duas pessoas não poderia acontecer. Sua única forma de suceder, era trazida pelo Art. 317 (CC/1916), que fundamentava a instituição do desquite, ainda assim, não sendo uma separação definitiva, uma vez que os cônjuges permaneciam casados, e com o seu vínculo matrimonial existindo. (SPENGLER et. al. 2020).

Com o passar dos anos e modificações legislativas, o divórcio, então considerado uma ação personalíssima, passa a ser dividido em 3 partes: Divórcio Litigioso; Divórcio Judicial e; Divórcio extrajudicial consensual. São levadas em consideração como requisitos principais a serem observados antes do divórcio, a guarda dos filhos, atualização dos nomes, alimentos e partilha de bens.

Ressalta-se que o divórcio extrajudicial consensual, foi adotado após a Lei nº 11.411/07, alterando a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. A lei altera e dá a possibilidade de realizar inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual. É aplicada desde que não haja divergências entre os cônjuges quanto ao desejo de divorciar-se, ou a existência de filhos menores e incapazes entre o casal.

Em 2024, ano em que escrevemos este artigo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), objetivando a eficiência, qualidade e celeridade do Poder Judiciário, aprovou a alteração da Resolução nº 35 de 2007, que disciplinou a aplicação da Lei nº 11.441/2007. A nova alteração busca desburocratizar as ações extrajudiciais de inventário, partilhas e divórcios.

Entre as mudanças que ocorreram encontra-se a possibilidade de divórcio e partilha ainda que hajam filhos menores de idade ou incapazes, e a “possibilidade de formalizar a separação de fato do casal por escritura pública com vistas a formalizar o rompimento da comunhão plena de vida entre o casal e, em consequência, as repercussões patrimoniais que advêm do regime de bens” (WALD; FONSECA, 2023)

A partilha de bens é um procedimento um tanto quanto importante e fundamental para o casamento e dissoluções de união estável, que em tese é o que determina como serão divididos os bens no tempo da convivência das partes. É válido destacar que os tópicos destacados abaixo, vem abordar os princípios legais que gerencia a Partilha de Bens, destacando dois tipos de partilha e os direitos de cada parte a receber o que é devido.

No Brasil, a partilha de bens é regulamentada principalmente no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), especialmente no artigo 1.659, I, II<sup>6</sup>, onde estabelece a viabilidade de separação de partilha de bens e dissolução de união estável.

Por seu turno, entende-se como regime de bens o grupo de normas que regula o conjunto de bens obtidos antes e durante a união, seja de união estável ou casamento. Os regimes tem uma provocação fundamental, pois é por meio deles que os cônjuges terão um nome de seus direitos e deveres em relação a divisão, sendo eles (i) a Comunhão Parcial de Bens, onde os bens que são adquiridos durante a união dos

---

<sup>6</sup> Art. 1.659. Excluem-se da comunhão: I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar; II - os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.

cônjuges, são bens comuns, ou seja, os bens que cada um tinha antes da constância da relação continua sendo bens particulares; (ii) Comunhão Universal de Bens, onde os bens adquiridos antes e durante a união são bens considerados comuns, ou seja, pertence aos dois, totalmente diferente da Comunhão Parcial de Bens; (iii) Separação de Bens: cada cônjuge tem exclusivamente seu bem, independentemente de possuir antes ou durante da relação; e (iv) Participação Final nos Aquestos, inovação do nosso Código Civil de 2002, que mais se parece com uma hibridez, onde, na constância da sociedade conjugal o regime se assemelha com a separação de bens e ao fim da sociedade conjugal, funciona como se fosse a comunhão parcial de bens.

### **2.3. Adoção**

A Adoção, para o Direito Civil brasileiro, é um instituto jurídico de ordem pública que gera vínculo de filiação, paternidade ou maternidade, no qual uma criança ou adolescente é permanentemente assumido como filho por uma pessoa ou por um casal que não são os pais biológicos do adotado.

Nesse processo legal responsabilidades e os direitos dos pais biológicos em relação ao adotado são transferidos integral ou parcialmente para os adotantes, (salvo no que se refere aos impedimentos do casamento), com fulcro no art. 227, §§ 5º e 6º da CF/88, gerando assim, a possibilidade de integrar à dinâmica familiar de uma pessoa que é proveniente de uma outra história de vida diferente, obedecendo é claro, certos requisitos.

É necessário muito investimento afetivo e grande capacidade de acolher as pessoas envolvidas, garantindo aos adotados um ambiente saudável para o seu desenvolvimento. O adotante obrigatoriamente terá que ser maior de 18 anos, e pode ser casado(a), solteiro(a) ou em união estável. Para a adoção conjunta, é necessário que os adotantes sejam casados civilmente ou estejam em união estável.

Esse instituto é uma forma de acolher crianças e adolescentes que foram afastadas de seus lares, devido a situações de risco e/ou

expostas a condições de vulnerabilidade, e garante ao adotados os mesmos direitos e deveres dos filhos biológicos.

Pelos dados publicados recentemente pela Agência Brasil, há atualmente 4.962 crianças e adolescentes no país disponíveis para adoção, informou o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Dados do Conselho Nacional de Justiça mostram que das adoções efetivas feitas nos últimos seis anos, 47% foram de crianças que tinham até três anos na data da sentença, 28% de crianças de quatro a sete anos completos, 17% de oito a 11 anos completos e 8% foram de adolescentes, ou seja, maiores de 12 anos completos. Em 2019, 3.062 crianças foram adotadas por meio do SNA. Em 2020, no entanto, como um dos efeitos da pandemia, somente 2.505 conquistaram nova família.

## **2.4. Guarda e Alimentos**

A guarda é um conjunto de direitos e deveres que os pais têm em relação aos filhos, independentemente de estarem separados ou divorciados. A guarda é importante para regularizar a situação da criança e garantir que ela receba assistência material, moral e educacional.

A guarda é sempre decidida judicialmente, mesmo que os pais estejam de acordo. O juiz deve levar em consideração as necessidades específicas do filho, a distribuição de tempo com cada pai e a opinião do Ministério Público.

A legislação determina que a guarda deve ser atribuída à parte que tiver melhores condições de criar a criança com conforto, bem estar e segurança. A guarda é dever de ambos os pais em prestar auxílio mútuo aos filhos, independentemente da condição de separados/divorciados, ambos os pais são responsáveis pelos filhos e possuem direitos e obrigações em decorrência destes.

Nessa linha, a obrigação de prestar alimentos é muito conhecida pela população e é uma das situações mais comuns, uma vez que dessas normas derivam da conhecida pensão alimentícia. De acordo com o Código Civil, parentes, cônjuges ou companheiros podem pedir, uns

aos outros, os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social. Hoje esse instituto do Direito Civil, é considerado como um direito fundamental.

Segundo Maria Berenice Dias (2023), “O direito à alimentação tem acento constitucional, sendo reconhecido como um direito social, e inclusive é a única dúvida que admite a prisão do devedor”. Sendo que, como regra para sua concessão, devem ser observadas as necessidades de quem reclama e os recursos de quem pagará e, no caso de filhos, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos.

Além disso, o CPC previu que o alimentante que não paga o que deve pode ter seu nome negativado. Também especificou que o devedor que é preso deve cumprir regime fechado, o que não era explícito anteriormente.

A pensão alimentícia não possui um prazo determinado de pagamento. O que se leva em consideração para determinar quanto tempo o requerente receberá a pensão é a sua necessidade financeira e a possibilidade de a parte pagante continuar pagando. O alimentante pode pedir a revisão da pensão alimentícia caso mostre que o valor pago não está compatível com a sua situação financeira, tanto para diminuir o valor pago quanto para aumentar.

Segundo os juristas Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2024), “o fundamento da ‘prestação alimentar’ encontra assento nos princípios da dignidade da pessoa humana, vetor básico do ordenamento jurídico como um todo, e especialmente, no da solidariedade familiar”.

Há também, mas pouco conhecido Alimentos Gravídicos que é uma pensão alimentícia mensal que a gestante pode solicitar judicialmente para cobrir as despesas da gravidez. O objetivo é garantir o bem-estar da gestante e do bebê, proporcionando as condições necessárias para uma gravidez saudável. Essa pensão é amparada pela Lei nº 11.804/2008 instituiu o benefício dos alimentos gravídicos.

O intuito da lei é a proteção do estado gestacional, possibilitando o desenvolvimento integral do nascituro, ser concebido,

mas ainda não nascido, intuito este louvável. Todavia, a crítica que se faz é acerca da exigência da lei apenas a indícios de paternidade para que a obrigação alimentar seja imposta. A lei não define em que consistem esses indícios de paternidade que o juiz deverá considerar para a fixação dos alimentos gravídicos.

Nesse sentido, temos que os alimentos devem ser suportados pelos pais e/ou responsáveis legais, para que ele consiga, através da verba alimentar, prover sua subsistência visando prover não só a alimentação do alimentando, mas saúde, educação, lazer, entre outros.

## **2.5. Investigação de Paternidade/Maternidade e Registro Tardio**

A investigação de Paternidade e Maternidade, de fato não é um tema que abrange somente questões jurídicas, a investigação de paternidade e maternidade abrange também áreas sociais e emocionais, como vamos abordar nos tópicos abaixo. É válido destacar, que é um assunto muito importante em diversas situações como direito de saúde, reconhecimento da família e herança.

Em conformidade com a legislação, em relação a investigação de Paternidade varia de acordo com cada país, e para confirmar a filiação existem pelo menos dois tipos de métodos. O primeiro, feito diretamente em cartório, que pode ser feito a qualquer momento e de forma voluntária; o segundo, por meio de exame de DNA (Ácido desoxirribonucléico), muito utilizado quando se há indecisão quanto a paternidade, sendo uma ferramenta mais precisa e utilizada para reconhecer a biologia entre pais e filhos, considerado um meio muito confiável.

Conforme com o que já foi narrado acima, a investigação de paternidade é algo que implica muito na vida da criança, principalmente em questões emocionais, mexendo não apenas com o emocional da criança, mas também com o emocional dos pais. A espera sem perspectiva pode levar a sentimentos como rancor, raiva, aflições, conflitos, mas também pode unir famílias, trazendo paz, felicidade, conforto e segurança para a criança e para os pais.

A comprovação da paternidade ou até mesmo da maternidade, por si já trás uma série de direitos e deveres consigo, pois ambos os pais tem a obrigação de fornecer estrutura financeira e emocional para a criança. No Brasil, uma vez que foi determinado a paternidade e a maternidade, a criança tem direito a pensão alimentícia e acesso aos demais benefícios legais e sociais.

Como todas as mudanças de conceituação e papeis no que constitui uma família, e levando-se em consideração que a lei deve basear-se nas relações sociais e evoluções estruturais da cultura, a paternidade tardia não é uma exceção. Iniciando pela Constituição Federal (1988), em seu Art. 226, §7º, o qual assegura a família como base da sociedade, entregando ao Estado a função da proteção de seus direitos, incluindo dessa forma filhos de uniões estáveis como sujeitos de direitos, e por fim garantindo que sejam reconhecidos como filhos, tendo direito de saber sobre a própria paternidade.

Segundo o Art. 1609, do Código Civil, o ato de reconhecer um filho é irrevogável, e assim é o direito deste de ser reconhecido, sendo possível traduzi-lo como um direito fundamental à personalidade humana, como descreve Monfredini ([s.d]):

Direito este, traduzido como expressão maior do direito à filiação, uma vez que o nome traz a identidade da pessoa e portanto, direito fundamental como atributo à personalidade humana. (MONFREDINI, [s.d]; Projeto Reconhecimento de Paternidade: mapeando a demanda, garantindo o direito à filiação e conhecendo os efeitos)

Sobre o tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) corrobora o conceito de incorporar a personalidade jurídica, em seu Art. 27, ao dizer que “O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível” (BRASIL, 1990).

Para tanto, a lei continua a garantir por meio do reconhecimento da paternidade tardia, os direitos dos filhos de serem reconhecidos em seu nascimento ou após o falecimento, em caso de haver descendentes, como previsto no Parágrafo Único do Art. 1609, do Código Civil

(2002), garantindo os direitos constitucionais e personalíssimo dos indivíduos sociais.

## **2.6. Desafios do Direito nas novas configurações familiares**

Garcia (2018) em notas de seu artigo “A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos: novos desafios para a sociedade”, destaca que até os dias atuais, a doutrina não possui um consenso à respeito dos princípios constitucionais que possuem reflexo direto no que seria o Direito da Família, e que por esta razão até hoje, a “doutrina tem se debruçado em estudar regras de aplicação e conjugação de tantos relevantes valores” constitucionais, que possam ser aplicados principalmente aos novos conceitos de família, seus tipos e configurações.

Diante disso, é importante destacar que a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, foi a primeira Lei do país a prever a existência de mais do que apenas um único modelo familiar constituído apenas pelo casamento, como era em leis anteriores.

Essa mesma lei, a Carta Magna do Estado, também passou a prever, e dar abertura para desenvolvimentos futuros de doutrinas e entendimentos que se encaixassem na atual situação social do Brasil e do mundo, bem como suas configurações.

Segundo Maria Berenice Dias (2023), é esse conceito deixado pela Constituição sobre o que de fato é família, que abre a própria lei para uma série de interpretações de maneira que se possa através do sistema jurídico infraconstitucional, permitir o aprimoramento da lei diante dos valores, princípios e realidade social pela qual o Brasil viesse a enfrentar, podendo assim, hoje, haver uma nova leitura sobre os direitos da família (MADALENO, 2023).

Tal medida pode ser considerada, portanto, detentora do fortalecimento do princípio da dignidade da pessoa humana, ao garantir que não seja imposto tratamentos diferentes nos tipos de constituição familiar que tem surgido, assim como aponta Garcia (2018) ao citar

Lourival Serejo (2014) “a família interfere em todos os seus institutos, como forma de garantia e de reconhecimento da função de cada membro desempenha em sua respectiva família”. Reflete assim, que deve haver o respeito desse princípio no que se coloca como família, seus papéis e formações.

Passa-se assim a discutir as novas constituições de família, e sua formação provinda não mais do sangue, mas se dá afetividade, sendo esse o elo que liga e conecta os membros de uma família. Guilherme Calmon Nogueira da Gama sintetiza, segundo Cristo (2015), a relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e a afetividade ao dizer:

O princípio da dignidade da pessoa humana importou na despatrimonialização e repersonalização das relações de família, valorizando-se os aspectos existenciais e garantindo-se os direitos da personalidade de cada membro, em substituição à exagerada importância que se dava ao tratamento das relações patrimoniais entre cônjuges, companheiros e parentes, como ocorria anteriormente. O projeto familiar passou a ser desenvolvido no afeto, obrigando-se os membros a auxiliarem uns aos outros não apenas materialmente, mas também através de cuidados físicos, afetivos e morais. (...) (GAMA, 2003 *apud* CRISTO, 2015)

Diante deste entendimento, em 2011, com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após o julgamento da ADI 427 com a ADPF 132, que deu igualdade aos fins legais entre a União Estável Homoafetiva e a União Estável Heteroafetiva, percebe-se com mais ênfase às mudanças propostas pela CRFB/88, e suas aberturas a alterações no campo da Civil. (CONTARINI, 2021)

Segundo Contarini (2021), em seu artigo “Dez anos do julgamento conjunto da ADPF 132 e ADI 427. Como anda a aplicação do direito à busca da felicidade no direito da família pelo STF?”, o STF delimita a decisão por aprovação da União Estável Igualitária juridicamente como uma forma de “promoção da dignidade humana”,

pois segundo o autor, a “busca pela plena felicidade individual” (SARMENTO, 2016 apud CONTARINI, 2021).

O Ministro Celso de Mello em seu voto na ADI 4277 (2011), destaca que dar tal importância a essa autonomia de buscar a felicidade individual e assegurar o princípio da dignidade da pessoa humana é uma forma de garantir uma postulação constitucional, pois, ela expande os direitos fundamentais “como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais”.

Diante desta visão, destacamos assim o outro passo que é dado para essa instituição da liberdade e felicidade autônoma defendida pelo Ministro em seu voto: a adoção. A ADI 4277 (2011), ao conceder direitos iguais de união aos casais homoafetivos estendeu seus braços sobre a possibilidade de serem feitas adoções de crianças por casais do mesmo sexo.

Levando em consideração o tema da adoção, destaca-se a burocracia no processo de adoção para casais homoafetivos que buscam a adoção como meio de “gerar filhos” uma vez que em sua maioria são estéreis e não podem reproduzir. Referimos aqui a casais homoafetivos formados por homens, uma vez que mulheres podem recorrer a inseminação artificial. Tal dificuldade, conduz os casais homoafetivos formados por homens a recorrer a bancos de doação de óvulos utilizando-se da gravidez solidária, a barriga de aluguel. (HERING, 2019)

Sobre o tema, em diálogo com as leis brasileiras, pouco se tem desenvolvido sobre a Reprodução Assistida (RA). Em termos de discussão real, quem dialoga sobre o tema implicando a possibilidade da parentalidade homoafetiva é o Conselho Federal de Medicina (CFM). Através disso, a reprodução assistida é trazida à luz quando a Resolução nº 2.294/2021 assegurou pela primeira vez a casais homoafetivos a possibilidade de filhos biológicos por meio de técnica de reprodução assistida.

Mediante tais questões, fica evidente a pobreza discursiva do Estado por meio do Código Civil, e suas imposições jurídicas. Algo

considerado por alguns doutrinadores e juristas uma “timidez” do Código Civil/02, ao pincelar de forma breve sobre o tema da inseminação artificial sem de fato gerar aprofundamento sobre o tema, e falhando assim em cumprir demandas ordenadas pela CRFB/88 quanto a garantia de direitos iguais para todos (HERING, 2019).

Portanto, diante de todos os processos de mudanças sociais ocorridos no mundo moderno e suas demandas, percebe-se que o Direito brasileiro se mantém a um passo atrás do que é demandado em realidade por esta mesma sociedade a qual deve garantir os direitos.

Ainda que diante destas deficiências estruturais, não se excluem os avanços, conquistas, e decisões favoráveis a pais e mães homoafetivos, mas ainda se identificam enormes passos a serem dados no caminho de conferir direito verdadeiro a todos como é instruído no Art. 3º da CRFB/88 que objetiva “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

### **3. METODOLOGIA**

Para a análise do Direito da Família e suas muitas nuances, foi adotada a metodologia quantitativa. Objetiva-se por meio desta, promover uma visão mais clara sobre o Direito da Família no Brasil, e buscar aprofundar não apenas o conhecimento como também a posição crítica diante dos resultados encontrados.

À princípio usamos a revisão bibliográfica, utilizando de doutrinas e da legislação essenciais para se trabalhar o tema. Dessa forma, foi possível obter maior conhecimento sobre os aspectos teóricos, assim como identificar mais objetivamente o que a jurisprudência e a legislação atual têm providenciado para a evolução de seus sistemas mediante a constante evolução do Direito da Família na sociedade mundial e conseqüentemente na brasileira.

Munidos de tais conhecimentos, em conjunto com o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, da Faculdade Raimundo Marinho, foi

realizado contato com a comunidade penedense por meio da orientação e da assistência jurídica relacionada ao tema da família.

Na ocasião, foi possível, diante da finalidade do projeto, tirar dúvidas da comunidade, assisti-los em suas queixas, bem como encaminhá-los para uma assistência jurídica especializada junto ao NPJ, também presente na ocasião.

Por fim, foram compilados os resultados neste documento, existindo assim, um compilado informativo, teórico e qualitativo da relevância deste projeto idealizado e executado diante das muitas faces do Direito da Família e o seu acesso escasso, fora das paredes acadêmicas.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Feitas as considerações preliminares sobre o projeto de extensão denominado “Família em Foco: Orientação e Apoio Jurídico na Comunidade”, destacando sua importância e sua metodologia, é chegada a hora de discutirmos sobre os resultados de sua aplicação prática, que ocorreu dentro do cronograma delimitado na fase de planejamento, no dia 25 de outubro de 2024, das 8hs às 17hs, na Praça Comendador Peixoto, Centro Histórico da Cidade de Penedo-AL.

Inicialmente, cumpre destacar que após a montagem das tendas e identificação visual do espaço de trabalho e atendimento, muitos foram os curiosos que passavam e procuravam saber do que se tratava. Em princípio, até mais de uma hora instalados, não havia sido concretizado nenhum atendimento. Fato que não se confirmou ao longo do dia, onde restaram distribuídos 500 *folders* explicativos e realizados mais de 80 atendimentos, de acordo com a contagem manual dos alunos, resultando em 10 atendimentos especializados agendados e 24 avaliações de atendimento espontâneas.

Os atendimentos foram realizados pelos discentes da disciplina de Direito de Família (6º período) em conjunto com os discentes do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, supervisionados pelos Professores Ulysses Xavier Pinheiro,

docente da mencionada disciplina, e Luana Machado Terto, coordenadora do referido núcleo.

No dia anterior à aplicação prática (24/10), foi concedida entrevista com o Prof. Ulysses, coordenador do projeto extensionista, em rádio local (Penedo FM, 97.3 MHz)<sup>7</sup>, momento em que a aplicação prática, juntamente com os objetivos do projeto Família em Foco foram anunciados amplamente.

De plano, não houve abordagem de transeuntes, mas, tão somente, a expectativa de que os interessados chegassem até as tendas de atendimento. Aos interessados, algum aluno fazia a apresentação do projeto e entregava um *folder* explicativo. Nesse momento era indagado acerca de interesse em atendimento mais pormenorizado em uma das 05 mesas de atendimento instaladas embaixo das tendas.

Ao longo do dia, em momentos em que poucos interessados surgiam, alunos anunciavam em caixa de som o motivo daquela instalação e faziam a entrega de folders para pessoas que transitavam na praça, em torno às tendas do projeto. Isso fez com que mais pessoas interessadas, mas inibidas, buscassem informações acerca do projeto e, oportunamente, atendimento.

Com o andamento das atividades, os interessados em tirar maiores dúvidas, eram direcionados para uma das 05 mesas que eram divididas por assuntos/temas da seguinte forma:

- **Mesa 01** – Casamento e União Estável;
- **Mesa 02** – Alimentos e Dissolução da Sociedade Conjugal;
- **Mesa 03** – Partilha de Bens e Regime de Bens;
- **Mesa 04** – Investigação de Paternidade e Maternidade e Registro Tardio de Paternidade;
- **Mesa 05** – Adoção e Guarda.

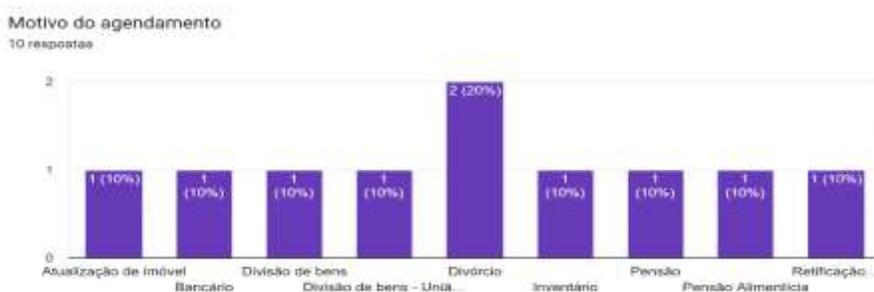
---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fClgqGbL51k>>, a partir de 1:59:25 de gravação.

As mesas eram compostas por 04 alunos, sendo 02 da disciplina de Direito de Família e 02 integrantes do NPJ. Após, realizado o atendimento pormenorizado pelos alunos em cada uma das mesas, era avaliada a necessidade de atendimento especializado para ajuizamento de ação ou encaminhamentos complementares, desta feita, eram eles encaminhados para uma outra mesa, onde alunos designados realizavam agendamentos para o NPJ, conforme calendário de atendimento do núcleo, previamente determinado.

Nessa toada, foram realizados 10 agendamentos especializados que restaram dispostos da seguinte forma:

**Gráfico 1 - Motivo dos agendamentos**



Fonte: Os autores, 2024.

Diante do gráfico acima elencado, resta claro que dos 10 agendamentos realizados, 1 deles foi para atualização de imóvel (regularização), 1 para questões bancárias (consumidor), 1 para divisão de bens (oriundo de divórcio), 1 para divisão de bens (oriunda de dissolução de união estável), 2 para divórcio, 1 para inventário, 2 para pensão alimentícia (sendo que um ficou anotado como pensão alimentícia e outro apenas como pensão, mas referem-se ao mesmo tema) e, por fim, 1 para retificação de registro civil.

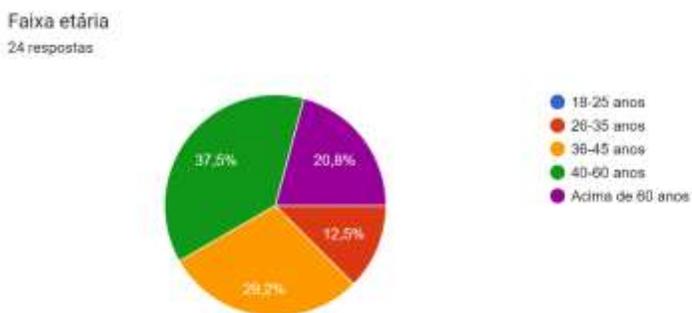
Todos os agendamentos foram registrados para as Quintas-Feiras subsequentes, sendo o dia ordinário de funcionamento do NPJ. Assim, restaram 5 agendamentos para o dia 31 de outubro de 2024; 2 agendamentos para o dia 01 de novembro de 2024; 2 agendamentos

para o dia 07 de novembro de 2024 e 1 para o dia 14 de novembro de 2024.

De registrar, que até a confecção do presente artigo e fechamento da pesquisa realizada, os 5 agendamentos do dia 31 de outubro de 2024 sucederam com sucesso, restando a necessidade de ajuizamento de duas ações de natureza cível, que seguirão sobre supervisão dos alunos e da coordenação do referido núcleo.

Para a avaliação do projeto extensionista, foram confeccionados formulários de avaliação que ficaram disponíveis nas mesas de atendimento. Cada uma das pessoas que passaram pelo atendimento pormenorizado, após atendidas as suas dúvidas e demandas, eram instadas a avaliar o atendimento. Tendo em vista que a avaliação era desobrigada e opcional, apenas os cidadãos realmente interessados em responder a fizeram, resultando em 24 fichas respondidas, conforme segue abaixo.

### Gráfico 2 - Faixa etária do atendido

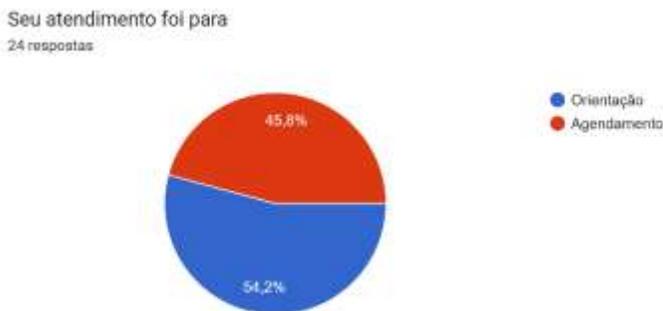


Fonte: Os autores, 2024.

Com base no gráfico acima, resta perceptível a diversidade da faixa etária de atendimentos realizados pelo projeto, sendo que cerca de 37,5% possuem entre 40 e 60 anos; 29,2% possuem entre 36 e 45 anos; 20,8% acima de 60 anos e 12,5% entre 26 e 35 anos. Detalhes interessantes podem ser notados em relação a esses pontos, pois percebe-se uma diminuição dos atendimentos realizados para pessoas

mais jovens e nenhum deles para pessoas entre 18 e 25 anos. Compreensível é tal fato, haja vista que a temática trabalhada é relacionada com direito de família.

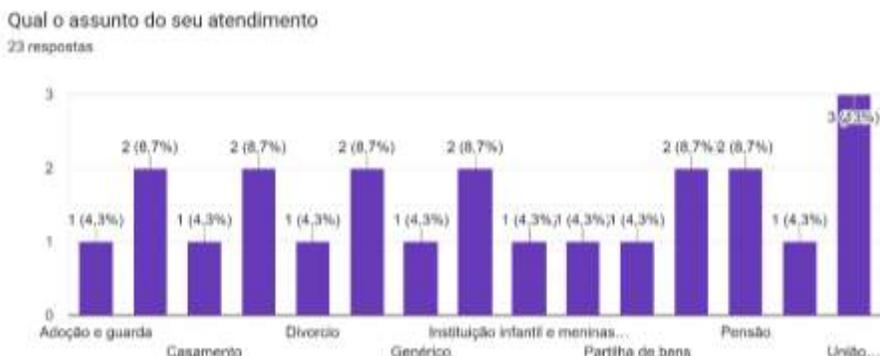
### Gráfico 3 - Motivo do atendimento



Fonte: Os autores, 2024.

O gráfico acima enumera o motivo do atendimento e deixa evidente que a maior parte dos atendimentos se deu para orientação e a menor parte para agendamentos. Tal dado é impreciso em uma avaliação geral e ampla, pois nem todos os atendidos preencheram a ficha de avaliação do atendimento, fato que ocorreu com maior frequência para os agendados, talvez pelo fato de saírem com perspectiva maior de resolução de seus problemas.

### Gráfico 4 - Assunto tratado no atendimento



Fonte: Os autores, 2024.

As informações trazidas por esse gráfico são importantes, pois elencam os temas tratados nos atendimentos, realçando os interesses e demandas da comunidade relacionadas com o Direito de Família. Importa destacar, ainda, que ao contrário do que se esperava, não foram atendidas demandas somente relacionadas com alimentos ou guarda, como se imaginava anteriormente, mas foram as mais diversas questões trabalhadas no projeto.

Nesse sentido, com base no contido, tivemos 1 atendimento sobre adoção e guarda; 4 sobre alimentos; 1 sobre casamento; 2 sobre divisão de bens após a dissolução da sociedade conjugal; 3 para divórcio; 2 para guarda; 1 relacionado com instituições de acolhimento infantil e gravidez infantil; 1 relacionado com inventário; 1 relacionado com partilha de bens em união estável; 2 relacionado com investigação de paternidade; 1 relacionado com retificação de registro civil; 3 referentes ao instituto da união estável; e, por fim, 1 sem tema definido ou determinado.

As demais questões serviram de baliza para avaliação dos alunos envolvidos e para *feedback* em relação ao projeto aplicado, com a possibilidade de se pensar e repensar outras possíveis edições do mesmo projeto. Assim sendo, em relação a qualidade do atendimento; educação e respeito da equipe; qualidade das orientações; atingimento das expectativas; qualidade da estrutura física; satisfação com o tempo de espera; qualidade do material impresso; e possibilidade de recomendação do projeto extensionista para outros interessados registraram 100% das respostas assinaladas no item 5<sup>8</sup>, que correspondiam a resposta “concordo plenamente”.

Os dados resultantes deixam cristalina a percepção do público acerca de questões sensíveis a aplicação prática do projeto de extensão aplicado. Embora pareça simples, tais questões refletem dedicação e empenho dos discentes para a aplicação prática, tudo isso refletido em

---

<sup>8</sup> Modelo de questões inspiradas na Escala de Likert de 5 pontos, onde o número 1 representa “discordo totalmente”; o 2 representa “discordo parcialmente”; o 3 representa “nem concordo nem discordo”; o 4 representa concordo parcialmente; e o 5 representa concordo plenamente.

avaliações máximas de forma unânime em questões relacionadas com a qualidade do atendimento, da estrutura física do evento, do tempo de espera, do material impresso (*folders*) e da possibilidade de recomendação e replicabilidade da ação proposta.

Essas informações são caras para a realização de outras edições, pois possibilitam a revisão dos pontos sensíveis para que sejam propostas ações em direção de melhorias com base em parâmetros sólidos, baseados nas avaliações do público final em relação aos erros e acertos dessa edição piloto. Com esses dados a organização de novas ações semelhantes restam facilitadas, possibilitando arquitetar novas formas de abordagem, partindo-se de um modelo consolidado pelo sucesso.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades realizadas pelo projeto de extensão “Família em Foco: Orientação Jurídica na Comunidade” demonstram a importância de promover o acesso à informação e à justiça para famílias de baixa renda em Penedo-AL. A partir dos atendimentos realizados, foi possível observar uma expressiva demanda por orientação sobre temas complexos do Direito de Família, como divórcio, pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade. Isso evidencia a necessidade contínua de iniciativas que contribuam para a conscientização jurídica e o acesso efetivo aos direitos fundamentais.

O engajamento dos discentes e docentes da Faculdade Raimundo Marinho foi crucial para o sucesso do projeto, com mais de 80 atendimentos realizados e 10 casos encaminhados para o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) para acompanhamento especializado. Essa atuação integrada entre a academia e a comunidade reforça o compromisso social da instituição, promovendo uma formação prática e humanizada aos alunos e impactando diretamente na vida dos cidadãos atendidos.

Outro ponto relevante observado foi a diversidade de temas trazidos pela comunidade, o que ressalta a complexidade das demandas

familiares e a necessidade de abordagem multidisciplinar e adaptativa. Através da coleta de dados e das avaliações dos atendidos, tornou-se evidente que a assistência jurídica gratuita desempenha um papel essencial na garantia dos direitos das famílias e na redução de desigualdades sociais.

Em conclusão, a experiência obtida com o “Família em Foco” destaca a relevância de projetos extensionistas que aproximam a academia da sociedade, não apenas para o fortalecimento do conhecimento acadêmico, mas também para a promoção da justiça social. A continuidade de iniciativas como essa contribui, sem dúvidas, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reafirmando a função social da universidade ao aproximar o conhecimento jurídico das necessidades reais da população.

## 6. REFERÊNCIAS

BENATTI, A.; RUBIN, C.; PEREIRA, R. **Significados da paternidade em contextos de vulnerabilidade social**. [s.d.]. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 72 (2): 105-120. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v72n2/08.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

BOMZANINI, J. F.. **O casamento e a união estável na doutrina, na lei e na jurisprudência**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/153064/000951669.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 66, de julho de 2010.**

**Brasília, DF:** Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm). Acesso em: 27 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977.** Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF:

Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.411, de 04 de janeiro de 2007.** Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm). Acesso em: 27 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº35, de 24 de abril de 2007.** Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em:

[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_35\\_24042007\\_26032019143704.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_35_24042007_26032019143704.pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

CAVALCANTI, Felipe. **Os Regimes de Bens e suas Implicações na Partilha Patrimonial.** Revista de Direito de Família, vol. 24, n. 2, 2020.

CONTARINI, G. **IBDFAM: Dez anos do julgamento conjunto da ADPF 132 e ADI 4277. Como anda a aplicação do direito à busca da felicidade no direito de família pelo STF?** . 2021. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1668/Dez+anos+do+julgamento+conjun>

to+da+ADPF+132+e+ADI+4277.+Como+anda+a+aplica%C3%A7%C3%A3o+do+direito+%C3%A0+busca+da+felicidade+no+direito+de+fam%C3%ADlia+pelo+STF#\_ftnref1>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

**CRISTO, I. IBDFAM: Adoção por casais homoafetivos e o melhor interesse da criança.** Disponível em:

<[https://ibdfam.org.br/artigos/1043/Ado%C3%A7%C3%A3o+por+casais+homoafetivos+e+o+melhor+interesse+da+crian%C3%A7a#\\_ftnref27](https://ibdfam.org.br/artigos/1043/Ado%C3%A7%C3%A3o+por+casais+homoafetivos+e+o+melhor+interesse+da+crian%C3%A7a#_ftnref27)>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

**CNJ. Adoção.** Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/>>. Acesso em: 20 out. 2024.

**DINIZ, M. H. Curso de direito civil brasileiro: Direito de família.** Vol. 5. 38ª ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2024.

**DIAS, M. B. Manual de direito das famílias.** 16ª. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2023.

**DPE/CE. Defensoria Pública do Estado do Ceará. Conheça os tipos de adoção permitidos pela legislação brasileira.** Disponível em: <<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/conheca-os-tipos-de-adocao-permitidos-pela-legislacao-brasileira/>>. Acesso em: 20 out. 2024.

**FERNANDO, P. A Paternidade Biológica, e Ação de Investigação de Paternidade.** revista de Direito de Família, V, 25, N 2, 2021.

**GARCIA, F. Z. S., IBDFAM: A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos: novos desafios para a sociedade.**

2018. Disponível em:

<<https://ibdfam.org.br/artigos/1273/A+evolu%C3%A7%C3%A3o+do+direito+das+fam%C3%ADlias+e+da+condu%C3%A7%C3%A3o+d>

e+seus+conflitos:+novos+desafios+para+a+sociedade#\_ftnref6>.

Acesso em: 21 de outubro de 2024.

GAGLIANO, P. S., PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil: Direito de família**. Vol. 6, 14ª Ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2024.

GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: **Direito de família**. Vol. 6. 21ª ed. - São Paulo: SaraivaJur. 2024.

HERING, Maila. **Inseminação artificial por casais homoafetivos: a morosidade do duplo registro da maternidade**. Faculdade Doctum de Vitória. Vitória/ES, 2019.

KONO, M. **Aprova nova resolução para simplificar inventários e divórcios extrajudiciais**. CNJ. Disponível em:

<<https://www.mattosfilho.com.br/unico/cnj-resolucao-inventarios-divorcios/>>. Acesso em: 28 out. 2024.

LIMA, M. Alves de. O Direito Potestativo no Divórcio. Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS). Prof. (a) Orientador (a): ME. Miriam Moema de Castro Machado. Goiânia-GO, 2021.

Disponível em:

<<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2604/1/TC%20O%20DIREITO%20POTESTATIVO%20NO%20DIVO%cc%81RCIO.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2024.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. Vol. 5. 14ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

MADALENO, Rolf, **Direito de Família**, 13º ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

MELO, K. **Agência Brasil explica: quais são os tipos de adoção permitidos**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-06/agencia-brasil-explica-quais-sao-os-tipos-de-adoacao-permitidos>>. Acesso em: 20 out. 2024.

MESQUITA T. C. Jusbrasil. **Reprodução assistida e presunção de paternidade**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/reproducao-assistida-e-presuncao-de-paternidade/149933969>>. Acesso em: 21 Out 2024.

MONFREDINI, Maria Isabel. 4ª Promotoria da Infância e da Juventude da Comarca de Mogi Guaçu. Projeto Reconhecimento de Paternidade: mapeando a demanda, garantindo o direito à filiação e conhecendo os efeitos. Disponível em:

[https://www.mpdfp.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional\\_ABMP/12%20Experiencia%20Projeto\\_Paternidade%20-%20G1.pdf](https://www.mpdfp.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional_ABMP/12%20Experiencia%20Projeto_Paternidade%20-%20G1.pdf). Acesso em 28 out. 2024.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional** – 19ª ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: Editora JusPodivm, 2024.

PALMEIRA, H.; SCORSOLINI-COMIN, F. **Reconhecimento Tardio de Paternidade e suas Repercussões no Desenvolvimento dos Filhos**. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v15n2/v15n2a02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2024.

RIZZARDO, A. **Direito de Família**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

STF. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 132/ADI 4277**. Relator: Min. Ayres Brito. Julgamento em 05 de maio. 2011. Voto. Disponível em <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em 20 out. 2024.

SPENGLER, F. M.; SCHAEFER, R. M. P. **Divórcio: Evolução Histórica e Legislativa com Destaque às Inovações do Código de Processo Civil**. RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ - Rio de Janeiro, nº 37, jun. 2020.

SEREJO, L. **Direito Constitucional de Família: EC nº66/2010 – divórcio direto, união estável homoafetiva e casamento homoafetivo**, 3ª.ed., Belo Horizonte: Del Rey,2014, p.18-21.

SOUZA, M. Cunha de. **Os Casais Homoafetivos e a Possibilidade de Procriação com a Utilização do Gameta de um deles e de Técnicas de Reprodução Assistida**. Revista da EMERJ, v. 13, nº 52, 2010. Disponível em [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista52/Revista52\\_141.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista52/Revista52_141.pdf). Acesso em: 21 Out 2024.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Paternidade**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/paternidade>>. Acesso em: 21 Out 2024.

VILASBOAS, L. C. **O novo conceito de família e sua desbiologização no direito brasileiro**. Revista Artigos.Com. ISSN 2596-0253. Vol. 13, 2020. Disponível em <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/2864/1189>> . Acesso em: 21 Out 2024.

WALD, A.; FONSECA, P. M. P. C. da. **Direito de Família**. 20ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2023.



